DÍVIDA AGRÍCOLA: FALTA UM PLANO COMPETENTE DE COMUNICAÇÃO

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL 19 ■ Nº 9 ■ 15 DE SETEMBRO DE 1999 ■ R$ 6,00

SAFRA DE INCERTEZAS

Sem crédito e sem dinheiro no bolso os agricultores brasileiros se preparam para o plantio da próxima safra



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

IBRE

ISSN 0100-4298

9 770100 429988 00009

Soja

Folicur®

Controla oídio e doenças de final de ciclo



www.bayer.com.br

TeleBayer
Discagem Direta Gratuita
0800-115560

Bayer
Proteção das Plantas

ATENÇÃO

Este produto é perigoso à saúde humana, animal e ao meio ambiente. Leia atentamente e siga rigorosamente as instruções contidas no rótulo, na bula e na receita. Utilize sempre os equipamentos de proteção individual. Nunca permita a utilização do produto por menores de idade.

Consulte sempre um Engenheiro Agrônomo

Venda sob receituário agronômico

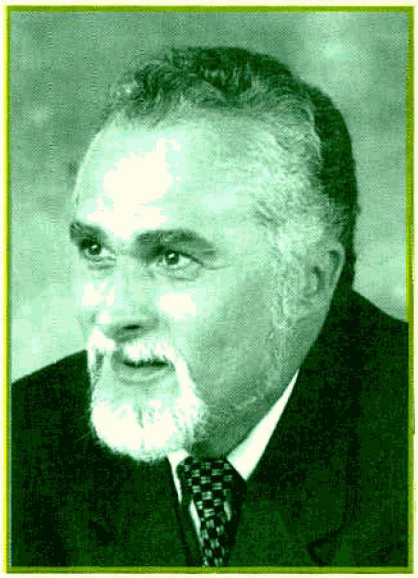
ANDEF

Criticado por se aliar a oponentes políticos históricos na questão da renegociação das dívidas agrícolas, o PT deu um passo para mostrar que a bandeira da reforma agrária vai ser içada ao lado da proposição de uma política agrícola que viabilize uma agricultura competitiva, de postura mais agressiva, tanto em relação ao mercado externo como ao interno.

O deputado José Genoíno (SP), líder do partido na Câmara dos Deputados, afirma que um partido que pretende disputar o poder não pode deixar de lado questões estratégicas como a segurança alimentar, mas buscar se aproximar do setor produtivo que, à mercê das crises e políticas governamentais, está à procura de novos aliados. O deputado denuncia que a medida provisória editada pelo governo não resolve o problema dos micro, pequenos e médios agricultores, e perpetua a prática de negociações com setores que detêm maior poder de fogo, ao permitir reedições com pequenas modificações sempre que tiver sua aprovação ameaçada no Congresso.

Os novos aliados

BETH FERNANDES



Genoíno: política agrícola para o país

■ *A produção agrícola deve bater novo recorde em 1999. Isso é um sinal do sucesso da política agrícola?*

— Não. É um sinal de que o Brasil tem um grande potencial para a produção agrícola e, considerando o tamanho da população, o tamanho do país e a nossa capacidade produtiva, está aquém: poderia chegar a 100 milhões de toneladas. A agricultura tem grande potencial, mas está sem política de financiamento; a relação com o sistema financeiro ora é de promiscuidade, ora é perversa. Temos números e pesquisas, tanto da Confederação Nacional da Agricultura como do Ministério da Agricultura, que apontam uma transferência de renda em torno de R$24 a R$25 bilhões do campo para a cidade. Se se considerar a manutenção dos preços agrícolas, que se mantiveram baixos, os aumentos dos insumos e os juros, foi uma transferência brutal.

■ *Como é possível a produção bater recordes sucessivos e as lideranças mobilizarem aquela massa de produtores que ocupou Brasília no mês de agosto para pedir a renegociação da dívida?*

— Porque nós estamos operando com capacidade de produção limitada. Temos uma crise – dizem que na média são 800 mil pessoas que deixam a agricultura pela cidade a cada ano. O que está acontecendo é que o médio produtor está perdendo; o micro e o pequeno não sobrevivem com essa política do governo, e os grandes negócios estão ficando cada vez menores. A agricultura brasileira tem que ser muito diversificada, tanto do ponto de vista da produção como das formas de propriedade, das formas de produção. O crescimento da safra deve ser entendido como recado de que podemos produzir mais e de que o Brasil está deixando de apostar numa postura mais ofensiva tanto em relação às exportações, como em relação ao mercado interno.

n *Os agricultores estariam se mobilizando, nas suas entidades, para pressionar os parlamentares a derrubar o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto de lei do deputado Augusto Nardes. O senhor vê chances nessa estratégia?*

— Nós, do PT, negociamos na Comissão de Agricultura porque as nossas propostas foram contempladas no projeto. Primeiro, o mutuário que desviou a finalidade do crédito está fora das negociações, seja mini, pequeno ou médio; segundo, as dívidas irregulares, conforme levantamento da própria Fundação Getulio Vargas, gorduras colocadas de maneira irregular pelos bancos, têm que ser abatidas dos bancos e não do Tesouro; terceiro, um tratamento diferenciado para mini e pequenos; e quarto, uma emenda nossa que limita toda a negociação a quem tem dívida originária em torno de R$200 mil. Você tem hoje uma situação na agricultura em que as propriedades estão sendo perdidas para os bancos e não para o Movimento dos Sem-Terra.

■ *Noutra frente, a CNA está trabalhando na medida provisória para elevar o teto proposto para R$15 mil, com prazo de 20 anos para pagar e perdão de 40% da dívida. Como a oposição vai atuar na questão?*

— Esse é o pior caminho, porque a negociação foi feita com os produtores aqui, sempre pelo velho caminho: chamar alguns e lhes oferecer vantagens; não se sabe qual a moeda de troca. Pela primeira vez aqui na Câmara, fizemos um processo transparente: uma comissão faz um debate qualificado durante quatro meses, vota-se um substitutivo, discutem-se emendas – e o governo não apresentou nenhuma emenda,

se omitiu, tenta inviabilizar o projeto pela inconstitucionalidade e vem com uma medida provisória. O problema da MP é que vão se fatiando os interesses e, na hora em que o governo sentir que perde, ele não vota, fica reeditando a MP e a cada reedição contempla um e outro setor.

n *No Plano Collor, em 1990, foram estabelecidas duas remunerações para recursos aplicados na poupança: na parte indisponível foi aplicado o índice de 41,28%; na parte disponível, o índice de 84,32%. O Banco do Brasil reajustou todo o débito do agricultor em 84,32%. Essa diferença é que os agricultores pretendem ver perdoada. O senhor concorda com esse índice?*
— Esse é um dos problemas, que se somou com o Plano Real. Um outro agravante: a securitização da dívida agrícola, em 1995, foi muito restritiva e feita muito mais em função de resolver um problema fiscal do Banco do Brasil. O pessoal não teve como honrar os compromissos, porque de lá para cá nós tivemos crise asiática, crise da Rússia e desvalorização cambial. A desvalorização recente afetou demasiadamente a agricultura: quando há mudança de regras, considerando que a agricultura tem um período de oito a 10 meses no giro do capital, isso arrebenta.

n *Os agricultores alegam que o Banco do Brasil não abre mão de cobrar o reajuste indevido e usa de meios administrativos ou judiciais para intimidá-los. Muitos teriam sido coagidos a incluir o Plano Collor para poder fazer a securitização dos débitos. Como o Congresso pode influir nessa situação?*
— Nós temos em mãos contratos que provam isso. Por exemplo, um agricultor fez uma dívida em 1992 de Cr$61 milhões (equivalentes a US$13.500) e hoje está devendo mais de R$1 milhão. Foi obrigado a colocar isso. Quando o proprietário rural é grande, negocia com o banco em condições vantajosas. Mas do médio para baixo, ou não tem condições de negociar ou cai na mão dos advogados. Essa intenção do governo, de criar uma empresa para fazer auditoria e negociar caso a caso, vai ser um maná para os advogados, porque o agricultor que vive na roça vai cair na mão de uma empresa de consultoria sem informações nem assessoria – aí é culpa das entidades representativas e também do governo e do próprio Banco do Brasil, que se comporta no financiamento da agricultura não como um banco de fomento, mas com características comerciais, como os outros bancos que operam no setor. O Congresso só poderia influir se votasse um projeto de lei, a MP não resolve.

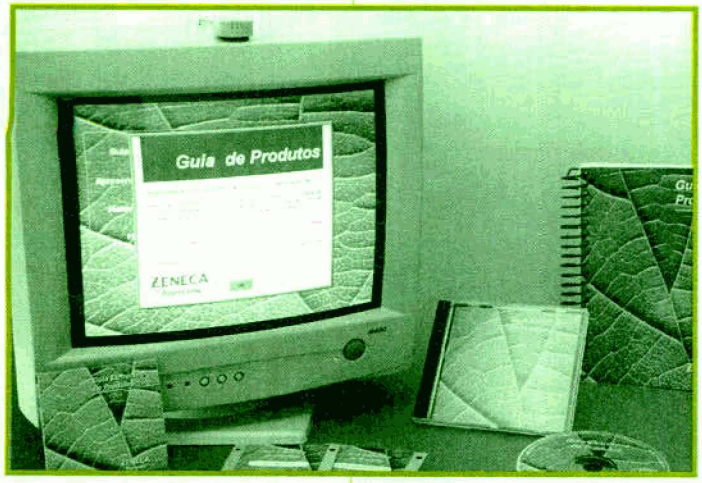
■ *Esse movimento de renegociação das dívidas poderá ter um impacto negativo sobre a safra 1999/2000, na avaliação de especialistas que prevêem dificuldades para o financiamento dessa próxima safra. O senhor defende o subsídio para a agricultura?*
— A indefinição de regras gera insegurança muito grande e se o Brasil fosse coerente com as metas do PPA, de produzir empregos e alimentos, devia jogar uma política agressiva. Eu digo que o país tem na agricultura uma das poucas possibilidades de dar um grande salto, considerando a crise que a agricultura vive no mundo, considerando a importância da produção agrícola mundial. O setor está com medo, os agricultores não vão fazer empréstimo sem segurança – sabem que a MP pode ser reeditada com alterações. Eu defendo o subsídio para a agricultura, porque ela não tem condições de competir sem uma política clara de subsídios. Tem que haver, com critérios, limites e fiscalização rigorosa para garantir a finalidade do crédito agrícola. Eu acho que os bancos têm condições de fazer isso.

> O crescimento da safra deve ser entendido como recado de que podemos produzir mais e de que o Brasil está deixando de apostar numa postura mais ofensiva tanto em relação às exportações, como em relação ao mercado interno.

■ *O senhor afirmou, em artigo recente, que o debate sobre a questão se transformou num misto de desinformação e preconceito moralista. Se existe desinformação, os próprios partidos, entre eles o PT, não teriam parcela de responsabilidade?*
— Em primeiro lugar, a gente rompeu com esse exagero da desinformação produzindo a maior massa de informação que uma bancada já fez sobre agricultura. O fato é que a imprensa, em vez de criticar o posicionamento do PT em relação ao financiamento ou à dívida, puxou o debate para saber se o partido estava fazendo uma aliança com o relator do projeto, Ronaldo Caiado. Ora, ele é deputado, não é presidente da CNA nem da UDR, é relator. Se a gente não conversasse com ele, seríamos criticados por sermos maniqueístas e preconceituosos. Acho que o PT deu um passo para dizer que quer não só reforma agrária, quer também uma política agrícola. O setor ruralista sempre mobilizou pequenos e médios proprietários com um discurso de direita e a esquerda nunca discutiu com esse setor; ela sempre foi identificada com o discurso de que a agricultura era para dividir terra. Os produtores rurais foram empurrados de encontro à parede e viram que tinham de buscar outros aliados. Nós fomos fazer uma aliança pontual.

■ *Essa estratégia, então, marca uma nova postura do PT?*
— Eu acho que se o PT quer disputar para valer o poder, ele tem que ter uma política agrícola para o país. Ele não pode ser governo só com a bandeira da reforma agrária. Eu quero uma reforma agrária com critério, que não ameace nem a agricultura nem as áreas produtivas e vou viabilizar uma agricultura competitiva, tanto em relação ao mercado externo como ao interno. Temos que pôr os dados na mesa: qual é a segurança alimentar que o Brasil tem? Nenhuma, estamos a zero de estoque, não temos nada. Esta é a discussão a fazer, porque a agricultura não é uma preocupação individual do agricultor, mas uma questão estratégica nacional.

AGRO drops



Zeneca informatiza guia de produtos

A Zeneca Agrícola, segunda empresa brasileira de defensivos agrícolas, começou a distribuir no mês passado seu novo *Guia eletrônico de produtos*, entre clientes, engenheiros agrônomos, escritórios de planejamento, cooperativas e revendas.

O *Guia* contém a relação de todos os produtos comercializados pela empresa, além de informações técnicas de utilidade para o mercado, como: formulação, dosagem, aplicação, pragas, plantas daninhas, doenças e cuidados no uso, para diversas culturas. A publicação é de fácil consulta e está disponível em três formatos: livro, disquetes e CD ROM.

Aveia reduz níveis de colesterol no sangue

Lançada em 1994, a IAC 7, aveia desenvolvida pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC), tem despertado interesse pelo alto teor de beta-glucano, que reduz níveis de colesterol no sangue. Apropriada para a fabricação de flocos, a variedade é uma aveia branca de ciclo precoce que está presente na panificação e na fabricação de biscoitos e *baby food*. O produto está sendo produzido na planta da SL Alimentos, na região de Mauá da Serra, Paraná. No momento a empresa está testando quatro novas variedades da aveia em seus campos experimentais. Os testes analisam precocidade, resistência a doenças e rendimento industrial.

Mosca do figo arrasa plantação

Uma nova praga está atacando a produção de figo na região de Valinhos (SP), responsável por 90% de toda a produção do estado de São Paulo. Desde o início do ano, a chamada "mosca do figo" provocou perda de 40% da produção da região. O Instituto Agronômico de Campinas (IAC) está desenvolvendo trabalhos de laboratório para determinar o ciclo de desenvolvimento da mosca e estudar as possíveis medidas de controle.

Ao contrário de moscas da mesma espécie, que atacam frutos em estado de decomposição, a mosca do figo ataca o fruto no início de maturação, causando seu apodrecimento. Outra característica importante é a rapidez de reprodução do inseto. Ela leva por volta de quinze dias para atingir a idade adulta, dependendo da temperatura local, e se reproduz em grande quantidade.

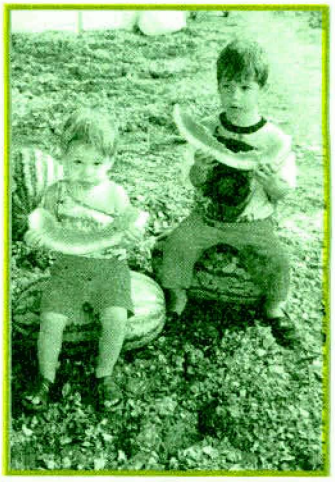
Inseticida é eficiente no combate a pragas

O Ecotech Pro, lançado pela AgrEvo, é um inseticida biológico formado por uma nova geração de *Bacillus thuringienses* (Bt). O produto foi desenvolvido através da combinação de material genético de uma raça de Bt, subespécie de *Kurstakj*, com outra raça, a aizawai. Como resultado, há a produção de uma bactéria com duas toxinas, que resulta num inseticida com maior espectro de controle e mais eficiência no combate às pragas.



O inseticida atua através da intoxicação estomacal, quando ingerido por larvas e lagartas da ordem lepidóptera. Minutos após a ingestão da dose letal do produto, as pragas cessam a alimentação, deixando de causar mais prejuízos à cultura. A morte acontece de um a quatro dias depois, dependendo da espécie e das condições do meio ambiente.

Segundo a AgrEvo, o inseticida é altamente seguro, não afetando a flora benéfica à lavoura (abelhas e outros inimigos naturais das larvas e lagartas). Além disso, não apresenta riscos ao aplicador nem de contaminação das águas superficiais e subterrâneas e não oferece restrição quanto ao período de carência. Indicado para uso nas culturas de soja, tomate, couve, repolho, abobrinha, coqueiro e citrus, o Ecotech Pro é encontrado em todo o Brasil em frascos de 1 litro.

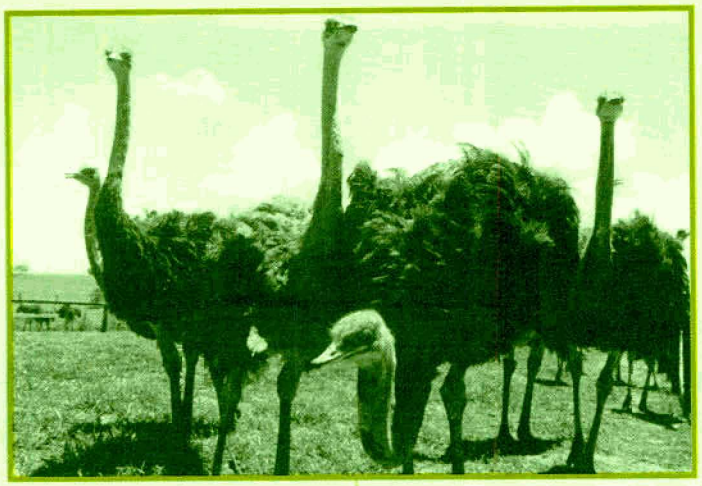


Melancia híbrida é sucesso em vendas

A melancia híbrida Savana, da Asgrow, vem sendo o maior sucesso de vendas da empresa no Brasil. Na safra 1998, o produto bateu o recorde em vendas de melancias com mais de 4 milhões de sementes comercializadas. Este ano a empresa pretende aumentar em 5% suas vendas.

O produto tem formato oblongo e a casca grossa, resistente ao transporte. O formato torna a carga estável, evitando o rolamento na carroceria dos caminhões, e diminui as perdas em longos percursos.

Os frutos graúdos, que pesam entre 13 e 14 quilos, têm polpa tenra e crocante, de coloração vermelha viva. Os produtores que já plantaram o híbrido apontam como vantagens importantes a alta produtividade, a grande uniformidade dos frutos e a resistência às doenças *Fusariose raça 1* e *Antracnose raça 1*, que atacam a cultura.



Governo autoriza importação de avestruz

Um lote de 1.300 avestruzes originários dos Estados Unidos chegou ao Brasil em agosto último. Após dois anos de proibição da entrada de animais do exterior, por conta de restrições sanitárias, o Ministério da Agricultura voltou a autorizar a importação, após a definição das regras e rígidas medidas de controle de doenças.

A Central do Avestruz, empresa que investe na atividade (também chamada estrutiocultura) há cerca de três anos, é a primeira organização brasileira que atende a todas as exigências sanitárias do Ministério e está autorizada a retomar as importações do animal. O lote que chega ao país é o primeiro de uma série. O objetivo da Central é trazer cerca de 1.000 animais por mês.

Embrapa lança manual de rotulagem

A Embrapa Agroindústria de Alimentos, do Rio de Janeiro, acaba de lançar o livro *Manual de rotulagem*, um guia para empresários e consumidores que desejam se informar sobre a nova legislação dos rótulos dos produtos brasileiros. A publicação, com 39 páginas, foi escrita pela pesquisadora Hilda da Rosa Rodrigues, da Embrapa Agroindústria de Alimentos, que também é membro do Grupo Técnico de rotulagem de alimentos do Comitê do Codex Alimentarius do Brasil. O Codex é um programa conjunto de discussão de normas alimentares, ligado à FAO. As normas do Codex são geralmente adotadas no Brasil porque são utlizadas como referência no Mercosul e na Organização Mundial do Comércio (OMC), além de criar também uma padronização nos rótulos dos produtos brasileiros. Ao adotar essas normas, o Brasil deixará seus produtos mais competitivos no mercado internacional.

Fortaleza tem água-de-coco sem conservantes

A água-de-coco verde envasada sem conservantes e preservada por métodos combinados está sendo lançada este mês, durante a Frutal, em Fortaleza. O produto foi desenvolvido pela Embrapa Agroindústria Tropical atendendo a uma solicitação de um grupo de produtores de coco do Ceará, mediante convênio assinado com o Sindifruta, a Finep e o Sebrae/CE.

A nova água-de-coco permite o consumo imediato, já que utiliza uma técnica de resfriamento e não de congelamento. O produto não contém conservantes químicos em sua composição – o que o torna mais próximo da água-de-coco *in natura*.

O trabalho de pesquisa consumiu um ano envolvendo ensaios de laboratório, análises sensoriais e análises microbiológicas que permitiram as correções necessárias para garantir a qualidade do produto final. A próxima etapa do projeto será a implantação de uma unidade de produção experimental na Embrapa Agroindústria Tropical, em Fortaleza, para a realização da transferência da tecnologia para os patrocinadores. O produto deverá ser comercializado a partir do ano 2000.



Feijão de vagem é nova opção de plantio

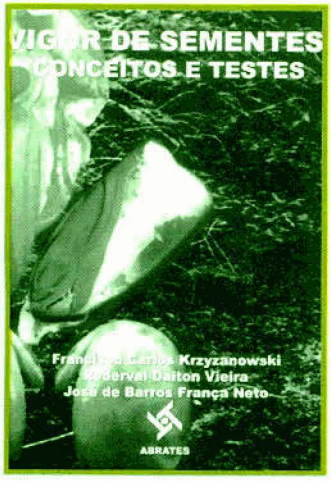
Os cultivares de feijão de vagem Nerina e Paulista, lançados pela Royal Sluis no Brasil, vêm sendo uma boa opção para os horticultores em relação ao cultivo envarado de vagens. São cultivares de hábito determinado. As plantas eretas crescem até no máximo 80cm e dispensam amarrios, envaramento e conduções. O plantio pode ser intercalado com outras culturas como café, maracujá, uva ou laranja, permitindo o aproveitamento de áreas não cultivadas e sistemas de irrigação. As colheitas são bastante concentradas, realizando-se apenas duas a três apanhas. São fatores que contribuem muito para a redução dos custos operacionais e com mão-de-obra.

Além do cerrado (Triângulo Mineiro, Goiás, MT, MS), onde predomina o plantio de feijão de vagem, os cultivares são também plantados em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e estados da região Sul. As vagens são de coloração verde intensa, sem fibras e crocantes e têm grande aceitação no mercado, para consumo *in natura* e industrial. Apesar de os cultivos serem baixos, as vagens não tocam no chão e têm resistência ao vírus do mosaico, à antracnose e a bactérias como Xanthomonas e Pseudomonas. Alguns comerciantes afirmam que por serem mais escuras que as demais, as vagens agradam mais ao consumidor, garantindo melhor qualidade pós-colheita, pois não ficam pálidas e com ar de produto envelhecido.

Frutas e verduras terão contrato especial

A adoção de um modelo básico para contratos de compra e venda de frutas, legumes e verduras, a ser utilizado nas relações entre produtores e consumidores institucionais será estudada pela Câmara Setorial de Frutas, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo de São Paulo.

A Câmara decidiu também solicitar uma reunião com a Associação Paulista dos Supermercados, para tratar da implantação do sistema de codificação numérica conhecido pela sigla PLU (Product Look-Up) para frutas e hortaliças. Este sistema permite a automatização da pesagem no setor de hortigranjeiros e tem muitos pontos semelhantes aos do Programa Paulista para a Melhoria dos Padrões Comerciais e Embalagens de Hortigranjeiros. O Programa já está sendo usado em vários alimentos (tomate, banana, caqui, alface, berinjela, goiaba, pimentão) e começa a despertar interesse de outras regiões do país.



Livro testa vigor de sementes

Os pesquisadores José de Barros França Neto e Francisco Krzyzanowski, da Embrapa Soja (Londrina, PR), e Roberval Daiton Vieira, da Unesp/Jaboticabal, são os editores do livro *Vigor de sementes: conceitos e testes*.

O livro foi editado em forma de fichário e tem capa dura de plástico para facilitar o manuseio e também atualização dos capítulos. Todos que o adquirirem serão cadastrados e, posteriormente, avisados sobre as atualizações dos capítulos. A obra está à venda no setor de publicações da Embrapa Soja por R$80,00.

Simpósio discute frango em Chapecó

Produtores, agroindustriais e pesquisadores vão se encontrar em Chapecó, no Oeste de Santa Catarina, nos dias 14 e 15 de outubro para discutir os principais aspectos que envolvem as matrizes de frango de corte no Brasil. O 2º Simpósio Técnico sobre Matrizes de Frango de Corte, promoção da Associação Catarinense de Avicultura (Acav)e Embrapa Suínos e Aves de Concórdia, pretende levantar quais são as últimas novidades no mundo em torno da produção, manejo e sanidade de matrizes.

O principal convidado do simpósio será o pesquisador Mike Czarik, da Universidade da Geórgia, Estados Unidos. Czarik falará sobre *Ambientação para aviários de produtoras pesadas*.

As palestras do simpósio se realizarão no Parque da Efapi. As inscrições custam R$80,00 para um participante. Dois participantes pagam R$150,00 e três, R$200,00. Estudantes, com comprovante, receberão desconto de 30%.

Evento debate comunicação em agribusiness

A experiência brasileira de comunicação em agribusiness e meio ambiente será o tema do 1º Congresso Brasileiro de Comunicação em Agribusiness e Meio Ambiente (Agricoma), marcado para São Paulo, no período de 21 a 22 de outubro próximo.

Na oportunidade, será apresentada pesquisa inédita sobre *Os transgênicos na mídia nacional*, que analisa a cobertura dos jornais e revistas brasileiros no debate relativo aos transgênicos, para o qual têm convergido aspectos técnicos, políticos e econômicos, mobilizando setores importantes da sociedade e a própria opinião pública.

Os temas a serem desenvolvidos no 1º Agricoma incluem: O jornalismo em agribusiness pela TV; a experiência do *Globo Rural*; O presente e o futuro do jornalismo em agribusiness e meio ambiente no Brasil; Pesquisa: os transgênicos na mídia brasileira; Canal Rural, um *case* de sucesso; os desafios do *marketing* rural no Brasil; Comunicação e Agribusiness no Brasil; A comunicação das empresas de agribusiness: os *cases* da Perdigão e da Dow AgroSciences; Comunicação e meio ambiente no Brasil; Rede de Comunicação dos Trabalhadores Rurais: a história de um projeto em obras.

O 1º Agricoma é uma realização da disciplina de Jornalismo e Agribusiness da Escola de Comunicações e Artes da USP, com a promoção da Comtexto Comunicação e Pesquisa. Informações e inscrições: (011) 3865-6327, fax: (011) 262-1697. Leitores de AGROANALYSIS terão desconto de 10% na taxa de inscrição

Embrapa seleciona chefias de centros de pesquisa

A Embrapa está abrindo processo de recrutamento e avaliação de candidatos ao cargo de chefe geral de suas unidades em Fortaleza (CE), Coronel Pacheco (MG), Sete Lagoas (MG), Passo Fundo (RS), Distrito Federal, Acre, Paraná, Bento Gonçalves (RS), Corumbá (MS), Petrolina (PE), Campina Grande (PB), Rio de Janeiro (RJ), Aracaju (SE) e Porto Velho (RO). Até o momento, 27 centros já têm chefias escolhidas desse modo. O processo é transparente, democrático e privilegia a competência.

Os processos de seleção têm datas diferentes em cada unidade e os interessados devem entrar em contato com as unidades de pesquisa. Entre os pré-requisitos estão três anos de experiência em cargos de gestão superior; coordenação ou gerência de instituições de pesquisa e ensino, públicas ou privadas; curso de mestrado concluído e 10 anos de experiência em atividades de Ciência e Tecnologia ou relacionada ao negócio agrícola.

Produtividade de cafezais será recalculada

O índice real da produtividade dos cafezais será indicado em nova pesquisa, a ser feita por técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA), que vão refazer os cálculos de produtividade das lavouras de café de São Paulo, entre 1996 e 1999. A decisão, comunicada na última reunião da Câmara Setorial do Café, foi tomada a partir dos dados mais recentes do IEA sobre a evolução da área plantada de café no Estado.

Segundo os dados atuais do IEA, feitos com base na metodologia do Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola do Estado de São Paulo (o Projeto Lupa), no ano passado, a área plantada era de 242 mil hectares, 6% acima da de 1996. Pelo método tradicional, a área teria alcançado 323 mil hectares, 42% superior à de três anos antes.

Outro dado novo importante é que está havendo aperfeiçoamento tecnológico na produção, pois a densidade populacional do café é muito maior do que a registrada anteriormente. Segundo apuraram os pesquisadores, a média está em 1.732 plantas por hectare e não 1.300 plantas por hectare, como constava em pesquisa anterior.

Pesquisa quer prolificidade na suinocultura

Fêmeas hiperprolíficas são animais que produzem de dois a quatro leitões a mais por leitegada ao nascer, quando comparados com a média do número de leitões nascidos por leitegada em granjas de produção de animais para o abate. Quando a média se situa em 10 leitões, os animais hiperprolíficos produzem de 12 a 14 leitões por leite cada. Enquanto que na França, Inglaterra e outros países europeus já se trabalha com linhas hiperprolíficas há mais de 20 anos, no Brasil, a Embrapa Suínos e Aves, Concórdia, SC, em parceria com a Cooperativa Central do Oeste Catarinense Ltda., Chapecó, inicia um trabalho de desenvolvimento de duas linhas hiperprolíficas de suínos, uma com a raça Landrace e outra com a raça Large White.

O objetivo final do trabalho é produzir fêmeas F1, originárias do cruzamento de machos e fêmeas Large White e Landrace das linhas hiperprolíficas. Essas fêmeas F1, produzidas em granjas multiplicadoras, serão repassadas aos coo-

perados que produzem os animais terminados para a indústria.

Empresa lança goiabada light *no mercado*

A Predilecta, indústria de conservas alimentícias de Matão, interior paulista, está lançando a primeira goiabada *light* do mercado. Depois de mais de um ano de pesquisas, a indústria conseguiu chegar ao resultado esperado: goiabada *light* com gosto de goiabada tradicional. Para criar um diferencial entre os demais concorrentes, a empresa elegeu recentemente uma variedade de goiaba que apresenta características especiais próprias para a fabricação do doce. A variedade é chamada Goiaba Predilecta e suas mudas foram distribuídas pela indústria para os produtores mais importantes da região.

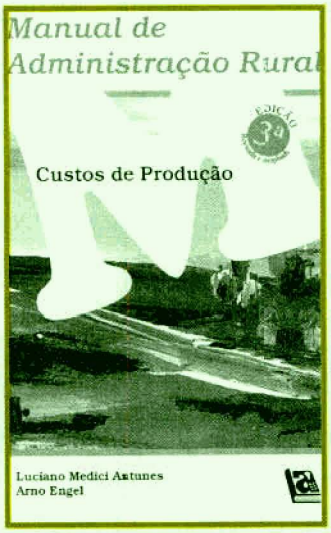
Fundada em 1990, a Predilecta é líder em vendas de goiabada no país, com 14,8% do mercado. Além de doces, geléias e frutas em calda, a empresa produz derivados de tomate (molhos e extratos), condimentos (mostarda, *catchup* e pimenta) e conservas em geral. Empresa 100% nacional, a Predilecta utiliza estratégias que vêm trazendo bons resultados para competir nesses segmentos de concorrência, em sua maioria, multinacional.

Trigo deve colher 1,6 milhão de toneladas

Começou na segunda quinzena de agosto a colheita do trigo no norte do Paraná. O estado é o maior produtor nacional, responsável por 60% da produção brasileira. Este ano a estimativa é de que o Paraná colha entre 1,4 e 1,6 milhão de toneladas de grãos.

O Paraná plantou 765 hectares nesta safra, enquanto no ano passado o plantio foi de 898mil hectares. A área plantada no maior estado produtor caiu 23%. Apesar da redução, a produção nesta safra deve ser praticamente a mesma do ano passado, devido às boas condições climáticas.

No norte do estado são plantados 270 mil hectares de trigo. Neste inverno de muito sol e pouco frio, o desenvolvimento das lavouras na região é considerado bom. O clima esteve favorável à cultura, porque choveu na época da semeadura e do crescimento da planta e agora, perto da colheita, há bastante insolação e pouca chuva.



Livro ajuda a calcular custos de produção

A Livraria e Editora Agropecuária acaba de lançar a terceira edição do livro *Manual de administração rural – custos de produção*, de Luciano Medici Antunes e Arno Engel. Parte da coleção Ganha Campo, a obra reproduz conceitos fundamentais para correta elaboração de custos de produção em atividades agropecuárias.

O leitor, ao finalizar a leitura, será capaz de determinar o retorno econômico de cada atividade desenvolvida em sua propriedade.

A edição traz como novidades capítulos sobre critérios de rateio, administração de informações, ciclos culturais, exemplos detalhados e exercícios práticos já resolvidos, além da revisão e detalhamento de todos os conteúdos tratados nas edições anteriores.

Pedidos pelo telefone (51) 480-3030, fax (51) 480-3309, pelo e-mail: edipec@plug-in.com.br ou ainda pela caixa postal 66, CEP 92500-000, Guaíba-RS.

Vem aí o maior evento da pecuária leiteira

A Exposição Internacional de Gado Leiteiro (Expomilk), programada para acontecer em São Paulo entre os dias 18 e 23 de outubro próximo, amplia sua filosofia de trabalho.

A oitava edição da mostra está mais dinâmica e reunirá 270 expositores comerciais ligados à produção láctea e ao setor laticinista, com o objetivo de oferecer ao produtor de leite possibilidades de fazer negócios.

Os dirigentes da Expomilk confirmaram a expectativa de movimentar mais de R$8 milhões em negócios nos cinco dias de exposição. Estarão presentes empresas que atuam em segmentos como produtos veterinários, rações animais, inseminação artificial, equipamentos de ordenha, implementos agrícolas, industrialização de produtos lácteos, embalagens, transportes, informática e serviços.

Trata-se de um crescimento expressivo em relação à última edição da feira, quando participaram cerca de 70 empresas, comprovando assim o incremento do agronegócio no país.

Pequenos produtores também terão sua vez na Expomilk'99. A coordenação da feira está em entendimentos com o Banco Real e Banco do Brasil para oferecer financiamentos especiais para aquisição de máquinas e equipamentos novos e mesmo para artigos de manutenção da propriedade rural.

A feira se realizará no Centro de Exposições Imigrantes do Parque da Água Funda, SP. Mais informações pelo telefone (11) 3871-1018, ou pelo fax (11) 3862-5308.

Obra relata 50 anos de extensão rural no Brasil

Entre várias formas de descrever e de explicar as tensões e crises pelas quais passou e ainda vem passando a extensão rural no Brasil, foi escolhida a que parte de uma base de elementos históricos e culturais para utilizar o enfoque político visando explicar as transformações ao longo da história. Segundo esta perspectiva, existiria um arquétipo



na prática da política brasileira, conhecida como estratégia de conciliação, de larga penetração e uso no enfrentamento de problemas na órbita do poder. Na publicação *Conciliação e conflito na extensão rural brasileira*, de Mauro Márcio Oliveira, associa-se essa estratégia a valores próprios do processo civilizatório brasileiro.

A obra, adverte o autor, não é um trabalho de catalogação de episódios históricos da extensão rural. Por isso, nela não há cronologia elaborada nem a intenção de reunir esses episódios ou qualquer de suas amostras mais significativas. Na verdade, os acontecimentos históricos servem de pano de fundo para cumprir o objetivo central de submeter acontecimentos significativos da vida extensionista brasileira ao processo de condução política, com base em uma de suas estratégias mais significativas, a estratégia da conciliação.



Caterpillar lança retroescavadeira

A Caterpillar apresentou na 3ª Feira Internacional de Equipamentos para a Construção, realizada em agosto último no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, SP, suas mais recentes novidades internacionais, dentre elas a retroescavadeira 416C-IT Série II. A máquina conta com maior capacidade de elevação do conjunto de retroescavação e desenvolve um trabalho bem mais suave em deslocamentos, carregamentos e transporte, isto devido ao sistema de absorção de impactos similar ao que é oferecido nas carregadeiras de rodas da marca. Seu desempenho foi ampliado devido ao novo sistema hidráulico, com limitador de torque de duplo ajuste. Também ficou bem mais fácil trocar ferramentas nas retroescavadeiras Caterpillar, equipadas com engate rápido traseiro de maior rotação.

A Caterpillar, que em outubro comemora 45 anos de atividades industriais no Brasil, é hoje uma empresa brasileira de classe mundial, com certificação MRPII Classe A. Fabricante de máquinas de terraplenagem e movimentação de materiais para os setores de construção, mineração, agricultura, florestal e industrial, produz em sua fábrica de Piracicaba, interior do estado de São Paulo, 23 modelos diferentes de produtos entre motoniveladoras, pás-carregadeiras de rodas, tratores de esteiras, motoescrêiperes, compactadores e escavadeiras, além de peças e componentes. Empregando 2.300 pessoas, é a principal exportadora do setor, atendendo a mais de 120 países.

Agricultores aprovam culturas transgênicas

Os agricultores de uma das mais importantes entidades agrícolas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a Cooperativa dos Agricultores de Plantio Direto (Cooplantio), aprovam as culturas geneticamente melhoradas. Esse foi o resultado de uma pesquisa feita com os participantes do 14° Seminário de Gramado, realizado em julho último.

O trabalho mostrou que mais da metade dos entrevistados (cerca de 60%) é favorável à biotecnologia e pretende plantar ou indicar a técnica a outros produtores. Outros 12% apóiam a tecnologia, mas não disseram se plantarão ou não culturas geneticamente melhoradas. Do total dos produtores, profissionais da agroindústria, agrônomos, consultores e pecuaristas consultados, apenas 2% são contrários ao cultivo e à comercialização de produtos geneticamente melhorados.

A pesquisa revelou ainda os motivos pelos quais os entrevistados se posicionaram a favor. Mais de 50% deles afirmaram que plantariam transgênicos por razões econômicas, 24% indicaram a produtividade e 19% porque querem seguir as experiências de outros países como Canadá, Argentina e Estados Unidos.

Com esse trabalho, toda a entidade, que tem cerca de 8 mil integrantes, entre associados e clientes, decide agora manifestar seu apoio à biotecnologia. "Pretendemos levar ao conhecimento de todos os resultados das culturas geneticamente melhoradas nos lugares onde estão sendo cultivadas", afirma Daltro Benvenuti, vice-presidente da Cooplantio. "Não podemos ficar afastados desses avanços. Estamos coletando informações para preparar nossos agrônomos", acrescenta.

Soja faz recomendações para a próxima safra

A utilização do nitrogênio para melhorar o rendimento da soja continua sendo descartada pela pesquisa, apesar do apelo de algumas multinacionais para retomar seu uso. Esta foi uma das discussões da XXI Reunião de Pesquisa de Soja da Região Central do Brasil, realizada em Dourados, (MS) de 31 de agosto a 2 de setembro, sob coordenação da Embrapa Agropecuária Oeste e promoção da Embrapa Soja.

Na Reunião, a Embrapa Soja levou proposta para alterar a Tabela de Recomendação de Adubação de soja, que vigorou por 15 anos. A Tabela foi mudada para atender às novas demandas dos solos, garantindo aumento de produtividade. As principais mudanças foram nas dosagens de enxofre e fósforo.

Fertilidade foi uma das oito áreas de conhecimento debatidas durante a Reunião de Pesquisa de Soja. As comissões discutiram o melhoramento genético, a sanidade de plantas, as dificuldades para transferir tecnologias, entre outros temas.

A partir dos resultados obtidos nessa reunião será editada a publicação com as novas Recomendações Técnicas para a Cultura da Soja para a safra (1999/2000).

Na comissão de economia e difusão de tecnologia, por exemplo, foi dado novo enfoque ao Treino e Visita, sistema de transferência de tecnologia implantado pela Embrapa Soja e que apresenta resultados positivos. O sistema permite o fluxo de informação constante, ampliando a integração entre a pesquisa, os extensionistas e o produtor. Outras instituições passarão a utilizar a metodologia, inclusive, outras unidades da Embrapa.

Pesquisadores fundam associação de carnes

Uma boa medida acaba de ser tomada para tentar aproximar os pesquisadores em carnes no país: foi fundada, em 24 de agosto último, a Associação Brasileira de Ciência de Carnes(ABCC), em reunião realizada no Departamento de Tecnologia de Alimentos da Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, em Campinas, SP.

A ABCC tem como objetivo congregar pesquisadores em carnes de todo o Brasil, para formar uma massa crítica e atuante no sentido de exigir melhorias para o setor e obter uma imagem de grupo representativa diante dos demais países.

A Associação carrega também o compromisso de organizar eventos que permitam o encontro de pesquisadores, estudantes e demais profissionais envolvidos com a tecnologia de carnes e que tenham como objetivo o desenvolvimento da área de carnes.

Entre os dias 1° e 3 de setembro, a ABCC participou da VIV América Latina, maior feira de proteína animal realizada no país,o que garantiu uma excelente divulgação para a entidade.

Para saber mais a respeito da ABCC, basta ligar para o telefone (19) 234-0776 ou entrar em contato pelo endereço eletrônico soleil@correionet.com.br.

NESTA edição

16 Plano de safra

Cenário sombrio .....

As medidas do governo não são suficientes para estimular índices de produtividade e resolver o alto endividamento do setor produtivo

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Queda e imobilidade 19

Defensivos e fertilizantes apresentaram retração, enquanto sementes e tratores conseguem manter o cenário de 1998

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

Sem dinheiro no bolso 20

Com o poder de compra reduzido e crédito escasso, os agricultores brasileiros se preparam para o plantio da próxima safra

André Pessôa

25 Competitividade

Fragilidade patente

Exigências de mercado e a conjuntura da pecuária leiteira dos países do Mercosul pressionam os produtores brasileiros

Alzemar José Delfino

Mau humor 27

O agricultor argentino faz cara amarrada para o esfriamento do nível das atividades nas cadeias produtivas

Luiz Antonio Pinazza

30 Segurança alimentar

Futuro na mesa

O terceiro milênio já começou no setor de alimentos. Mas as potencialidades estão longe de se terem esgotado

Antonio Herminio Pinazza

32 Café

Chuvas bem-vindas

Comparando com os últimos seis anos, sobretudo nos quatro meses que antecedem a florada, 1999 é o ano de menor nível de chuva

Armando Matielli

33 Oferta

Ao sabor do mercado

É no mercado que as expectativas do lucro ou os dissabores do prejuízo se materializam

Clóvis Oliveira de Almeida

35 Dívida agrícola

Velho estigma

Prejudicado por equívocos econômicos, o setor agrícola é ainda o grande desconhecido da opinião pública

Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro

DA redação

Questão de sobrevivência

De um lado, dívida agrícola artificialmente inflada motivando marcha reivindicatória a Brasília, frustração pela recusa governamental em aprovar as propostas do movimento e dificuldade no acesso ao crédito para o plantio iminente da safra de verão 1999/00. De outro, exportações agropecuárias impulsionadas pela desvalorização do real, pequeno crescimento econômico do país sustentado pelo desempenho do agronegócio, expectativa governamental de se revigorarem as exportações de produtos agropecuários no curto prazo.



Paradoxal? Sem dúvida. Mas também emblemático do que é a agropecuária brasileira hoje em dia. Seu verdadeiro valor permanece oculto pela aparência simplória da imagem tradicional do homem do campo nas mentes urbanas, enquanto a atividade continua a ter que lidar com a noção deturpada de ser algo *menor* dentro do contexto econômico nacional.

A reversão desse quadro depende, obrigatoriamente, de uma visão menos burocrática e mais empreendedora por parte das autoridades encarregadas do setor. Depende também de as lideranças agrícolas lograrem uma reposição da imagem do produtor rural, principalmente daquele que as populações urbanas consideram de grande porte. Os tributos que o atraso desse processo tem cobrado, ano a ano,

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

Conselho Curador – *Presidente*: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio.

Vice-Presidente: Armando Klabin

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Bradesco SA, Banco CCF Brasil SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidade SA), Paulo Rabello de Castro, Sergio Franklin Quintela, Sergio Ribeiro da Costa Werlang, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Rui Manuel de Medeiros d'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes, Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (BBM SA), Roberto Dualibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

Conselho Consultivo – Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado, Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais) e Roberto Gusmão.

Instituto Brasileiro de Economia – *Diretor*: Antonio Carlos Porto Gonçalves

Centro de Estudos Agrícolas – Ignez Vidigal Lopes

daqueles que militam na agropecuária brasileira não mais podem continuar a existir, sob pena da própria falência da atividade, agora sob a égide da competição globalizada. Nesse novo ambiente, com grande rapidez tornam-se transparentes as fraquezas e as vantagens dos agentes envolvidos em qualquer atividade econômica. Subitamente, e sem direito a segunda chamada, fica determinado quem sobrevive e quem sucumbe no atual panorama dos negócios mundiais.

O Ministério da Agricultura brasileiro agora incorpora as políticas do café, do álcool e do açúcar. Esforço governamental específico estará sendo logo alocado aos segmentos cárneos e de fruticultura, com foco na maior participação do Brasil no comércio internacional desses produtos. O presidente da República reforça sua expectativa de que o país chegue a produzir 100 milhões de toneladas de grãos no espaço de mais três safras.

Selemar Vargas



Há muito a ser feito, porém, se o país almeja realmente ter sua agropecuária reposicionada como um negócio atraente à classe empreendedora e capaz de suprir as crescentes exigências dos consumidores finais de alimentos.

Os produtores rurais têm feito a sua parte. Plantar alimentos ou criar animais, a cada ano, sabendo que permanece a incógnita quanto ao futuro de suas dívidas bancárias, já mostra uma boa vontade rara de se encontrar em outros segmentos econômicos, que não hesitam em esticar a mão ao governo quando se vêem frente a frente com algum complicador em seus negócios.

As perspectivas do plantio da safra de verão 1999/00, trazidas por esta edição de AGROANALYSIS, mais uma vez comprovam essa diferença de comportamento. Falta o campo receber, mais do que apenas promessas, a contrapartida real das autoridades traduzida em soluções de mercado que agreguem o (há muito) devido valor à produção agropecuária brasileira.

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA – Lauro Vieira de Faria

CENTRO DE ESTUDOS DE FINANÇAS – Ricardo Simonsen

COORDENADORIA DE PROJETOS – Fernando de Albuquerque

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS – Salomão L. Quadros da Silva

CENTRO DE ESTUDOS DE EMPRESAS – Sergio Gustavo S. da Costa

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS – Paulo Sidney de Melo Cota

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA – Sergio Pace

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

FUNDADOR – Julian M. Chacel

CHEFE DO CEA/IBRE – Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO – Redator-chefe: Regis Alimandro

REDATORES SETORIAIS: Daniela de Paula Rocha (algodão), Ernesto Pierobom, Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antonio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho) e Stivilane Dornelas (cooperativas).

COLABORADORES: Adib Jamil Amin (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rocrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool), Antonio Danieleto Filho (digitação).

REDATORES: César Garcia e Maria Adelaide Oliveira.

ARTE: Osvaldo Moreira da Silva (editor), Norma Massa (assistente) e Juliana da Silva Prado (estagiária).

REVISOR: Odemir Capistrano.

Contatos com a redação pelos telefones (21) 559-5621/5622/5623/5624 e fax (21) 559-5616 e 551-4049 ou pelos e-mails regis@fgv.br *e* cgarcia@fgv.br

SUPORTE TÉCNICO: Bruno da Silva Júnior.

ESTAGIÁRIOS: Alessandra Santos Vaz, Gregory Honczar, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Seda.

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Eliane dos Santos Botelho, Bianca Leal de Castro e Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE – GERENTE COMERCIAL: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda; tel.: (21) 559-5623; fax: (21) 559-5616 e 551-4049; e-mail: caique@fgv.br

REPRESENTANTES COMERCIAIS: RIO – Milla de Souza: telefax: (21) 524-0366, 533-3121 e-mail: triunvirato@openlink.com.br; **BRASÍLIA** – Belmira Neves: tel.: (61) 225-0275; **SÃO PAULO** – Nilson Trivelli: tel.: (11) 3061-9754, fax: (11) 3063-2126 e e-mail: mixmidia @ uol.com.br; **RIO GRANDE DO SUL** – Ararê Vargas: tel.: (51) 343-8423; fax: (51) 337-4262.

CIRCULAÇÃO – Editora FGV: Elsa Maria Saboia Stephan: (11) 559-5543/5544 e fax 559-5541.

SERVIÇO DE VENDAS: Editora FGV: Praia de Botafogo, 190, sala 607, CEP 22253-900 ou caixa postal 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777.

LIVRARIAS: *Rio de Janeiro:* Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 559-5535 e fax: 559-5537; *São Paulo:* Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

NESTA edição

Conjuntura 38

SUCO DE LARANJA *No bagaço*

A parcimônia da indústria de SLCC para comprar laranja faz cair a cotação e ameaça os produtores independentes

IRENE RAGUENET TROCCOLI

FGV/BM&F *Preços elevados* 39

Agentes do mercado futuro de milho acreditam em preços acima do ponto máximo para o médio e longo prazos

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

FEIJÃO *Safra atrasada* 40

O feijão carioca deve continuar subindo em São Paulo. A seca prolongada também contribui para a elevação dos preços

SANDRA HETZEL

Legislação 41

Normas consolidadas

Neste mês merecem destaque a regulamentação da participação de não residentes em operações das bolsas de mercadorias e de futuros, com o objetivo de internalizar negócios antes feitos no exterior, e a consolidação das normas do Proaf, programa destinado a amparar a agricultura familiar, cujas normas se encontravam dispersas, algumas até mesmo já sem validade.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Estatísticas 46

IPP sobe

Batata tem preço maior 47

Fumo tem área menor 48

Boi recupera cotação 49

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Panorama 50

Previsões de mercado para setembro

CARLOS COGO, IRENE RAGUENET TROCCOLI, REGIS ALIMANDRO, ROGERIO FERREIRA DE SOUZA E GREGORY HONCZAR

Diário de bordo 54

A chave da história

ROBERTO RODRIGUES

FOTO DA CAPA: © EMBRAPA SOLOS

Visite nossa home page: **http://www.fgv.br**

Permitida a reprodução total ou parcial de nossos índices e matérias desde que citada a fonte. As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS – Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax (21) 551-4049, ou para os e-mails regis@fgv.br, cgarcia@fgv.br ou ainda o fax (021) 559-5616.

Para assinar, ligue grátis: **0800-217777**

ABRE aspas:

O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luís Marcos Suplicy Hafers, mostra-se moderadamente confiante nos resultados esperados da nova safra de verão, cujo plantio tem início agora. Os preços em geral estão baixos, mas há indícios de que o produtor poderá encontrar mercado favorável para o algodão e para o milho, entre outros produtos. O problema da dívida não está resolvido e na sua opinião são os agricultores que mais produzem que mais estão endividados. Mas Hafers acredita que a prorrogação das parcelas que vencem este ano e a admissão por parte do governo do recálculo, que reduziria o montante da dívida em 30% e até 60% em alguns casos, poderia reanimar as intenções de plantio. "Afinal", diz ele, "o agricultor não pode parar". Abaixo, a entrevista.

O campo não tira férias

NIVALDO MANZANO



Hafers: é preciso produzir o que se vende, e não vender o que se produz

■ *Quais as perspectivas para a nova safra?*

— A nova safra preocupa tanto em área quanto em produtividade. Veja-se o caso da soja, por exemplo. Os preços estão muito baixos, os agricultores estão descapitalizados. A ameaça americana de aumentar enormemente os subsídios não entusiasma os brasileiros a aumentar o plantio, que pode até diminuir. Os produtores recebem um subsídio de US$5,20 por saca e nós vendemos a US$4,40. Ou seja, somos suficientemente competentes para competir com a agricultura dos outros, mas não somos suficientemente ricos para competir com o Tesouro norte-americano.

No caso do algodão, vejo a possibilidade de uma melhora: somos ainda importadores, mas temos vantagem; por isso, acredito que haverá uma grande expansão no plantio do algodão. O milho é uma cultura que desperta interesse, porque a sua posição estatística está apertada. Se formos importar, vamos pagar entre R$10,00 e R$11,00 o saco posto aqui. Isso é suficiente para estimular um pouco o plantio.

Mas é preciso considerar que hoje, início de setembro, com uma seca terrível e com o problema da dívida não resolvido, uma discussão com o Banco do Brasil complicada, o entusiasmo não é grande. Que se vai plantar, não há dúvida, pois o agricultor não sabe fazer outra coisa e não pode parar de plantar. Mas a situação não é de entusiasmar. A continuar como está, não será fácil chegar aos 100 milhões de toneladas, como espera o governo.

■ *Há recursos disponíveis para o financiamento da safra?*

— A maior parte da safra é financiada pelo próprio agricultor, outra parte pelos vendedores de insumos e outra ainda pelo Banco do Brasil. Acontece que quem deve mais é quem planta mais. A dívida não é simétrica. E são os grandes produtores que estão mais apertados. Se não houver – e parece que não vai haver um aumento da participação dos agentes privados

no financiamento, a situação do crédito vai ficar difícil. A situação da indústria de fertilizantes já está muito apertada, segundo se informa; a dolarização nos pegou numa situação mais difícil do que eu imaginava e os grandes compradores de soja estão mais cautelosos por causa dos preços baixos, que elevam o risco deles. Esta é, pois, uma época de mais preocupação. Pode ser que, com a chegada da primavera, a chuva e o cheiro de terra molhada, a animação seja outra. Portanto, eu concluo que, se o desempenho da próxima safra for igual ao do ano anterior, o resultado será considerado bom.

■ *Como está o nível de endividamento do produtor?*

— O endividamento do produtor brasileiro é modestíssimo em relação a seu patrimônio e a seu volume de produção. Quando, porém, se atenta para os custos, observa-se que o crédito do governo, de 8,75% ao ano, não é barato. Da mesma forma o crédito dos vendedores de insumos, em torno de 18% a 20% mais a correção cambial, é caríssimo, enquanto nossos concorrentes lá fora pagam de 3% a 4% em dólar. O capital econômico e financeiro do produtor está sendo dilapidado. As máquinas estão obsoletas, seu padrão de vida está desabando e a dívida aumentando. Além disso, segundo o índice do *The Economist*, os preços estão 43% mais baixos que há 15 anos. Nessa toada, não vamos ter dinheiro sequer para importar o que é necessário. Cabe aos condutores da política econômica ter uma visão mais política que contabilista da realidade. Isso me preocupa. Nós, da agricultura, não temos o beneplácito da dúvida da população urbana. A esquerda ainda nos vê como coronéis, latifundiários etc, enquanto estamos longe disso: a agricultura é um negócio como qualquer outro. Não se trata mais de uma atividade proprietário-extrativista, e sim de uma atividade técnica, gerencial e de conversão.

■ *É possível concorrer com os subsídios praticados lá fora?*

— Além da soja, observe a situação do açúcar. Estamos exportando açúcar por cerca de US$150,00, enquanto o subsídio na Europa é de US$560,00. Os americanos impõem uma taxação de US$500,00 por tonelada de suco de laranja, que vale US$1.200,00, além de estabelecerem uma quota ridícula para o nosso açúcar. No caso do fumo, produto que tem no Brasil um de seus maiores exportadores, a mesma coisa.

■ *O sr. está dizendo que o liberalismo não funciona para a agricultura?*

— Exatamente. Não funciona para nós. Mas pensar a partir daí que se deva subsidiar a produção, não. O subsídio não é necessário. Basta um entendimento maior do que seja a agricultura.

■ *A mudança ministerial vai contribuir para esse entendimento?*

— Certamente. O ministro Pratini de Morais tem uma visão mais global, não produtivista da agricultura. Existe hoje um clima que nos permite explicar ao governo o que está acontecendo. Tanto mais que deixamos de lado nosso próprio cacoete, que era considerar a agricultura em termos de tutela governamental e não de parceria.

■ *A "marcha da produção" serviu para alguma coisa?*

— Sem dúvida. Serviu pelo menos para criar uma perplexidade no governo, que achou que podemos ter razão quanto ao problema da dívida. Se tivermos razão na questão da dívida, será que não temos razão em relação a outras questões? No passado e neste governo a única coisa que funcionou para a agricultura foi a lei Kandir, que permitiu compensar o atraso no câmbio. É preciso considerar que a agricultura é segurança cambial, porque ela é responsável pelos saldos positivos na balança comercial; é segurança social, porque é a atividade que mais emprega com menos capital; e é segurança alimentar, algo para o que não se dá muita importância, porque a fome no Brasil resulta da falta de renda e não de alimentos. Ainda assim a segurança alimentar é importante sob o aspecto do aumento do custo de vida e combate à inflação.

> A FGV mostrou que com o recálculo a dívida cairia cerca de 30%, havendo casos em que chega a 60%. Proponho que haja prorrogação das parcelas vincendas neste ano. Eu me insurjo contra o calote ou o perdão. Não estamos pedindo favor algum ao governo.

■ *A "marcha da produção" terá significado algo mais que isso?*

— Sim, pois ela chamou a atenção para o poder de arregimentação dos agricultores, ao catalisar a insatisfação. Serviu para mostrar que a situação é mais grave do que se imaginava na "estação espacial" de Brasília. Deixamos claro para toda a nação que não somos contra a estabilidade. Ela é fundamental para o desenvolvimento, mas não basta. E a marcha serviu ainda para chamar a atenção para as distorções que estão ocorrendo na agricultura. O que precisaria ter ficado igualmente claro para a opinião pública é a situação da agricultura familiar, que assegura a renda da família do produtor numa área que pode variar de 10 a 15 hectares, por exemplo, e cuja atividade representa uma alternativa para o desemprego na cidade. Ela pode não ser totalmente eficiente do ponto de vista econômico, mas é suficientemente econômica para assegurar um benefício social. É isso que o economista rural não entende.

■ *A concentração da propriedade não é inevitável, como fenômeno decorrente dos ganhos de escala?*

— Isso é conversa de economista que foi estudar nos EUA e pensa que seu nome é John. Falo com base na minha experiência na técnica de superadensamento no plantio de café, na qual sou um dos pioneiros. Recebi o título de cidadão paranaense por ter demonstrado que um agricultor competente pode produzir 200 sacos de café limpo em cinco hectares, usando a mão-de-obra familiar, o que lhe garante uma renda bruta de R$15 mil por ano. É claro que a agricultura familiar não é viável em se tratando de soja e milho. Mas pode ser viável em fruticultura e outras atividades. Por isso digo que os programas do governo voltados para a agricultura familiar estão na direção certa. Falta-lhes apenas eficiência: o

dinheiro sai de Brasília mas não chega às mãos do pequeno produtor. Parte da responsabilidade cabe ao Banco do Brasil, que nesse contexto é um entrave terrível. Deram-lhe a missão de ser um banco rentável ao mesmo tempo que se lhe exige a função de banco de fomento: as duas são incompatíveis.

■ *Qual a sua expectativa em relação ao encaminhamento do problema da dívida?*

— Não sei. Mas acho que a disposição do governo de admitir o recálculo seria suficiente. A FGV mostrou que com o recálculo a dívida cairia cerca de 30%, havendo casos em que chega a 60%. Proponho que haja prorrogação das parcelas vincendas neste ano enquanto se discute a questão. Eu me insurjo contra o calote ou o perdão. Sou pela negociação, porque não estamos pedindo favor algum ao governo.

■ *Estaria faltando apoio da opinião pública para os pleitos da agricultura?*

— No Brasil prevalece uma mentalidade urbanóide. O cidadão urbano vai para o campo descansar e pensa que o agricultor está fazendo a mesma coisa. Essa mentalidade vem de uma visão cepalina do desenvolvimento, que era antiagricultura, e de uma visão esquerdista, antiagricultura, por atribuir aos coronéis um poder que nunca tiveram. O que ocorreu, de fato, no Brasil foi uma enorme transferência de renda do campo para a cidade. Se os produtores rurais detivessem o poder que se atribuiu a eles, a agricultura não estaria na situação em que se encontra. O que falta hoje, isso sim, é um esforço das lideranças rurais para fazerem uso dos mecanismos de relações públicas. Mas é verdade também que está havendo uma revolução cultural. Anteriormente, eu era visto como um ET e hoje sou visto apenas com espanto. Já é uma melhora.

■ *Como o sr. avalia as metas do governo de aumentar as exportações de produtos agroindustriais?*

— Em conversa com o ministro Lampreia, ouço-o queixar-se da solidão do negociador. É verdade que a agricultura vinha de uma situação de tutela, na qual o governo estabelecia o preço mínimo e dava o crédito subsidiado, levando o agricultor a voltar para casa satisfeito. Hoje, a situação é outra. Temos de lutar. Por isso, a questão do protecionismo e das negociações no comércio internacional foram mal cuidadas por ausência nossa. São problemas que não são fáceis de resolver, mas se tornariam muito mais difíceis se os agricultores não se envolvessem.

■ *O que o sr. espera das próximas negociações internacionais?*

— O fato mais importante é que a democracia está ameaçada na América Latina, do México à Argentina. A pobreza no campo, que gera instabilidade, é resultado direto do protecionismo europeu. A negociação na Organização Mundial do Comércio será muito dura, mas temos um ativo fantástico, que é o nosso mercado. O mercado parece um bem abstrato, mas é do maior interesse. Confio em que o Itamaraty saberá negociar bem.

A agropecuária está pronta a responder a um estímulo da demanda vindo de fora?

— Temos obtido brutais ganhos de produtividade. Exemplos: a nova cafeicultura do Oeste baiano colhe em média 70/80 sacas, contrastando com a média brasileira de 15 sacas. Na pecuária bovina, estamos obtendo 7,5 arrobas por ano, contra 3,6 arrobas anos atrás. No algodão, estamos produzindo mais de 200 arrobas por hectare. A produção da pecuária leiteira aumentou 30% em uma década, fruto do aumento da produtividade. Pense-se também nos ganhos obtidos na avicultura e em muitas outras atividades. São todos impressionantes. Podemos aumentar ainda mais a produção e a produtividade com pequeno aumento da área. Além disso, é preciso considerar que está havendo um enorme esforço em direção à melhoria da qualidade. Com o controle da febre aftosa, por exemplo, a carne brasileira vai obter um preço de 20% a 30% acima do que se paga por ela atualmente, da mesma forma que o café de melhor qualidade alcança um preço de 15% a 20% superior.

> Os produtores recebem um subsídio de US$5,20 por saca e nós vendemos a US$4,40. Ou seja, somos suficientemente competentes para competir com a agricultura dos outros, mas não somos suficientemente ricos para competir com o Tesouro norte-americano.

■ *Em São Paulo está se vendendo café pronto para coar importado. O que o sr., cafeicultor, acha disso?*

— Nós exportamos a pouco mais de US$100,00 o saco e importamos o mesmo café a US$500,00. Mas a diferença é que a empresa que está fazendo isso não está vendendo café, mas satisfação. Trata-se de uma empresa craque do *marketing*, que compra o melhor café pagando 20% mais e vendendo quatro vezes mais caro. Aí entra a consideração abstrata: como o café é um negócio barato, o negócio não é vender bebida e sim vender prazer. Quanto vale o prazer? Quanto vale uma xícara de café por hábito e uma xícara de café por prazer? O bom café puxa mais uma xícara e conquista, assim, a satisfação do cliente.

■ *O que falta ao empresário brasileiro para enxergar o mesmo negócio?*

— O problema é que somos patrimonialistas. Como cafeicultores, gostamos de tijolo, de terreiro, de saco de aniagem. Não sabemos medir o abstrato, o prazer, a satisfação. Vi outro dia o caso de um vendedor de uma fábrica que foi despedido porque iria ganhar mais que o diretor da fábrica. Uma prova de que não entendemos a importância do *marketing*. Meio século de inflação tolheu-nos a visão do *marketing*. As coisas eram compradas, não eram vendidas. Comprava-se hoje porque amanhã custaria mais caro. Acabou a inflação, mas as pessoas parecem não se terem dado conta de que a situação é outra. Antes, mandava no negócio o homem da produção; no tempo do *overnight*, passou a mandar o homem das finanças; hoje, manda o homem de *marketing*. O processo começa na decisão do consumidor: é preciso produzir o que se vende, e não vender o que se produz. O agricultor precisa entender isso.



Em outubro,

AGROANALYSIS
A REVISTA DE ECONOMIA APLICADA DA FGV
GLOBORURAL

vão mostrar quem vai ditar as regras do mercado
no próximo século.

Edição Especial das 100 Maiores do Agribusiness

Não deixe a sua Empresa ficar de fora. Anuncie agora. Temos formatos especificamente compatíveis com sua verba de publicidade

Ligue para Milla de Souza no Rio (21) 533-3121; Nilson Trivelli em São Paulo (11) 3061-9754; para Belmira Neves em Brasília (61) 225-0275, ou para Ararê Vargas no Rio Grande do Sul (51) 337-4262. Ou, ainda, se preferir, contate nosso Gerente Comercial, Carlos Henrique, pelo telefone (21) 559-5623.

Data de circulação: 20 de outubro

SAFRA DE VERÃO I

Cenário sombrio

As medidas do governo não são suficientes para estimular índices de produtividade e resolver o alto endividamento do setor produtivo

LUIZANTONIOPINAZZA E REGISALIMANDRO

Email: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.com.br

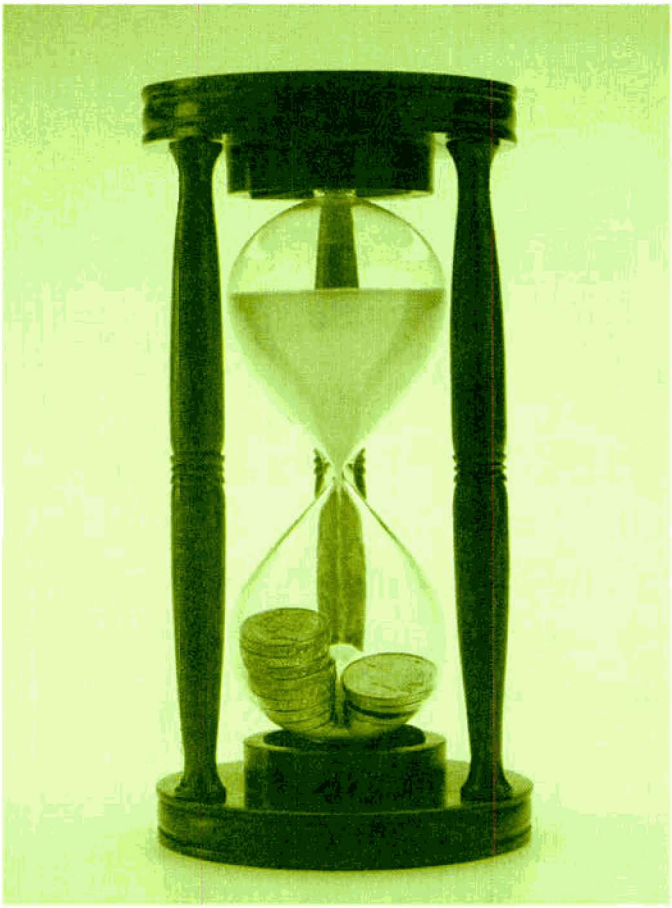
Os agentes que desenvolvem atividades de forma direta ou indireta no agribusiness brasileiro certamente estão céticos quanto às medidas previstas pelo Plano Agrícola 1999/2000. A reação não espanta. É o resultado das repetidas medidas calcadas em promessas não realizadas de supersafras, que abriam uma distância abissal entre o discurso oficial e a realidade dos fatos.

Para a safra 1999/2000 de cereais e oleaginosas não se esperam mudanças radicais no tamanho da produção. O patamar continua no nível de 80 milhões de toneladas, com alguma variação para mais ou para menos. A probabilidade maior é a de uma redução nos índices de produtividade, em decorrência de uma queda no padrão tecnológico diante do menor uso de insumos nas lavouras.

O Plano Agrícola anunciado está baseado em quatro pilares: R$13,1 bilhões em recursos para o crédito rural; a viabilização do acesso à terra através da integração de ações de programas como Pronaf e Procera; pouca prioridade aos preços mínimos como instrumento potencializador do plantio; e medidas de suporte estrutural contemplando setores como cacau, pecuária, insumos etc. (ver quadro).

Recursos para o crédito rural

O Tesouro Nacional fixou em R$4,45 bilhões o limite para cobrir a diferença entre os juros praticados pelo mercado e as taxas de juros do crédito rural. Os recursos totais deverão chegar a R$13,1 bilhões, incluindo R$3,5 bilhões da exigibilidade (25% dos depósitos à vista), além dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), fundos constitucionais (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e recursos livres dos bancos.



Cronologia do financiamento rural no Brasil

- O Decreto nº 1.102, de 21/11/1903, regulamenta a lei que criou os Armazéns Gerais de Depósito, um ano antes.
- O Banco do Brasil começa a financiar compras de café em 1931.
- O Decreto nº 5.212, de 21 de janeiro de 1943, cria a Comissão de Financiamento da Produção, que passa a fixar preços mínimos a partir de 1951, pela Lei nº 1506, de 19 de dezembro do mesmo ano.
- Instituída a Carteira de Crédito Rural e Industrial (Creai) do Banco do Brasil para financiar a agricultura.
- Criado o Grupo Executivo de Crédito Rural em 1961 para formular uma política de crédito rural.
- Aprovada a Lei nº 4.504 (Estatuto da Terra), em 10 de novembro de 1964, dando valor especial ao crédito fundiário, ao crédito rural tecnificado e ao crédito para custeio, investimento e comercialização.
- Aprovada a Lei nº 4.829, em 5 de novembro de 1965, que institucionaliza o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).
- O Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, obriga os agentes financeiros do SNCR a promover contratos de seguro rural, de acordo com as normas e limites fixados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados.
- Aprovada a Lei nº 5.969, em 11 de dezembro de 1973, que institui o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).
- Criada a comissão com técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, do Banco Central e do Banco do Brasil, para analisar o impacto da conta movimento, que dava ao Banco do Brasil a condi-

Volume de recursos

Em R$ bilhões

Modalidade	*1998/99*	*1999/2000*	*Variação %*
Custeio e comercialização	7,60	11,00	44,70
Investimento	1,80	2,10	16,60
Total	9,30	13,10	40,80

Encargos financeiros dos recursos controlados

Percentual ao ano

Produtores	*1995/96*	*1996/97**	*1997/98*	*1998/99*	*1999/2000*
Agricultura familiar					
Custeio	16	9	6,5	5,75	5,75
Investimento	16	8,84	8,24	9,8	9,8
Demais	16	12	9,5	8,75	8,75

Fonte: Banco Central.

*A partir da safra 1996/97, os encargos passaram a ser TJLP mais 6% com rebate de 50%.

As estimativas foram efetuadas tomando por base os períodos: safra 1996/97: dez.96 a fev.97; safra 1997/98: dez.97 a fev.98; safra 1998/99: jan.99 a mar.99.

Preços mínimos básicos

Em R$

Produtos	*Unidade*	*Safra 1998/99*	*Safra 1999/00*	*Variação %*
Algodão em caroço	15 kg	7,00	8,00	14,20
Arroz longo fino	50 kg	10,53	10,92	3,70
Arroz longo	60 kg	9,30	9,30	0,00
Feijão	60 kg	26,00	28,00	7,70
Mandioca	tonelada	25,00	28,50	14,00
Milho	60 kg	6,70	7,10	4,50
Soja	60 kg	9,50	9,70	2,10
Sorgo	60 kg	4,69	4,97	5,90

Fonte: Conab.

Ampliação dos limites de adiantamento por beneficiário: milho: de R$150 mil para R$200 mil; soja: de R$40 mil para R$100 mil no NE, CO e N e de R$40 mil para R$60 mil para as demais regiões.

Na safra passada, o governo anunciou um volume de R$11,9 bilhões, mas emprestou de fato R$9,4 bilhões, ou seja, 78% do total. A maior dificuldade está na incapacidade cadastral dos agricultores para tomarem mais financiamento. O número de produtores amarrados à securitização e ao Programa Especial Sobre Ativos é significativo. Para cobrir a diferença, sobra apenas a aplicação de recursos próprios, bem exíguos no presente momento.

Os juros do crédito rural continuam inalterados: 8,75% ao ano para médios e grandes produtores e 5,75% ao ano para os pequenos.

Dias promissores para a BM&F

Entre as fontes alternativas

ção de autoridade monetária em 1981.

- Retirada integral do subsídio embutido no crédito mediante a aplicação plena da correção monetária e juros adicionais em 1984.
- Extinta a conta movimento (mecanismo pelo qual o Banco Central financiava automaticamente os recursos) das operações do Banco do Brasil e centralização do controle financeiro da União na então recém-criada Secretaria do Tesouro Nacional em 1986.
- A Circular nº 2.539 do Banco Central, de 1995, cria os Adiantamentos de Contratos de Câmbio (ACC) como mecanismo de antecipação total ou parcial de vendas a termo no mercado internacional.
- A Resolução nº 2.148, de 1995, permite a captação de recursos externos.
- O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova em julho de 1999 a abertura da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) à aplicação direta de estrangeiros em contratos de *commodities* agrícolas.

Medidas de suporte estrutural

Proleite – A abertura comercial e o Mercosul exigem investimentos para modernização das bacias leiteiras. O programa é uma linha de financiamento para investimento de R$1 bilhão em cinco anos. Disponibiliza R$200 milhões para financiar tanques de resfriamento, ordenhadeiras mecânicas, picadeiras, misturadores de ração, triturador e outros equipamentos. Cada produtor poderá financiar até R$25 mil com taxa de juros fixada em 8,75%.

Máquinas agrícolas – Aumentar a alíquota do imposto de produtos industrializados sobre máquinas agrícolas em 1% ao mês até atingir 5% em dezembro.

Prosolo – Aporte de mais R$300 milhões, com taxa de 8,75% ao ano, para pagamento em cinco anos com limite de financiamento de R$40 mil por beneficiário.

Armazenagem – Projeto de lei para modernização do sistema sendo encaminhado pelo MAA.

Recoop – Dispor o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção de R$2,1 bilhões (R$1,4 bilhão para refinanciar a dívida e R$700 milhões de recursos novos) para beneficiar 310 cooperativas, em prazos de até 15 anos e encargos financeiros anuais correspondentes a 4% mais a variação do IGP-DI.

Cacau – Meta de recuperação de 300 mil hectares atingidos pela vassoura-de-bruxa. A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) desenvolveu fungicida natural e barato para o controle da doença.

Cooperativas de crédito – A Resolução nº 2.608, de 27 de maio de 1999, do CMN, credenciou as cooperativas centrais a exercer fiscalização e auditoria em nome do Banco Central, em condição de futuramente repassarem recursos oficiais e operarem com recursos equalizáveis.

Prodecer – Para o Programa Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecer), a Portaria nº 2.609, de 1º de junho de 1999, o MAA instituiu uma agenda para o endividamento no Prodecer II; encargos financeiros no Prodecer III; detalhamento, no Prodecer IV, da captação de recursos japoneses (R$500 milhões); barreiras tarifárias e não tarifárias e cooperação na área de pesca.

Bovinocultura de corte – Os recursos controlados do crédito rural serão concedidos até 30 de junho de 2000, exclusivamente para recuperação de pastagens e retenção de matrizes.

Fertilizantes – A Camex estuda a possibilidade de redução das tarifas para reduzir os custos de comercialização.

Suinocultura – O MAA baixa as Portarias nº 194, de 7 de maio de 1999, e nº 240, de 26 de maio de 1999, propondo medidas para revitalização do setor e expansão das exportações.

de recursos, o interesse pelo dinheiro oriundo da captação externa, através de operações da Resolução 2.148, a chamada 63 caipira, caiu virtualmente para zero. Com a desvalorização do real em relação ao dólar e a permanência da instabilidade no mercado cambial brasileiro, não há como prever a recrudescência imediata dessa linha de crédito.

Já os contratos futuros na Bolsa de Mercadorias & Futuros vislumbram dias promissores. No primeiro semestre deste ano tiveram expansão. O movimento foi de US$2,2 bilhões com 228 mil contratos negociados. Comparando com o mesmo período de 1998, houve um incremento de 21,5% e 46%, respectivamente. As perspectivas para o ano são de operações futuras nos contratos crescendo para US$4,4 bilhões (8%) em valor e 363 mil nos contratos (24%). Com a regulamentação e internacionalização dos mercados futuros, espera-se que toda a cadeia produtiva seja beneficiada pela liquidez advinda da entrada de novos investidores.

Venda antecipada

Também a cédula de produto rural mostra boas perspectivas. O título é emitido pelo agricultor e avalizado pelo Banco do Brasil. O instrumento permite a venda antecipada do produto agrícola e funciona como fonte de recursos. No primeiro semestre deste ano foram contabilizados R$50 milhões dessas operações, 8,6% a mais em relação aos R$46 milhões registrados em todo o exercício de 1998. Até o final do ano tudo leva a crer que os leilões de CPR ultrapassem os R$100 milhões. Há ainda a perspectiva de virem a ser autorizadas operações de CPR com liquidação financeira, ou seja, sem a obrigatoriedade de entrega física do produto no final do contrato. Esta modificação corrigirá um erro de origem da CPR e aumentará a liquidez dos negócios com a cédula.

O OBJETIVO É VIABILIZAR O ACESSO À terra através da descentralização do processo de reforma agrária e da adoção de novas modalidades de financiamento para a agricultura familiar para contemplar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda.

Agricultura familiar no contexto do novo mundo rural

O Pronaf – Planta Brasil,criado pela Resolução nº 2.629 do Banco Central,tem como fundamento o estudo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), segundo o qual para cada milhão de reais investido na agropecuária são gerados 89 empregos diretos e 24 indiretos. Podem ser beneficiadas pessoas jurídicas, como associações e cooperativas.

A idéia é integrar as ações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). O programa incorpora, a partir desta safra, os produtores familiares assentados pela Reforma Agrária que até agora não tinham acesso ao Procera.

O objetivo é viabilizar o acesso à terra através da descentralização do processo de reforma agrária e da adoção de novas modalidades de financiamento para a agricultura familiar para contemplar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda.

O Pronaf – Planta Brasil tem como meta atender a 24 milhões de produtores em 4,5 milhões de propriedades rurais, que representam 21% da área plantada no país e respondem por 400 mil empregos. Para tanto, estão sendo disponibilizados: R$3,46 bilhões (R$2,85 bilhões em recursos equalizáveis e R$610 milhões pelo Pronaf) com a finalidade de aumentar o número de contratos de financiamento de 700 mil para 1,2 milhão entre 1998/1999 e 1999/2000; R$460 milhões para a Reforma Agrária e recomposição produtiva de agricultores familiares a serem assentados, até o limite individual de financiamento entre R$3 mil e R$7,5 mil, com 10 anos de pagamento, sendo três de carência, além de rebates de até 75% da variação da TJLP com um piso de 3,25% ao ano; linha de crédito integrado coletivo para beneficiar associações, cooperativas ou outras pessoas jurídicas integradas com até R$5 mil por agricultor participante e R$200 mil para o projeto como um todo.

Ajuste nos limites de adiantamento e preços de garantia

Quanto aos preços de garantia, a grande novidade aparece

Leilão eletrônico do BB em 1998

Tipo	*Produto*	*Quantidade (kg)*	*Valor (R$)*
CPR	Café	15.309.000	37.562.670,15
	Carne	4.950	7.590,00
	Soja	42.918.955	8.483.743,94
	Total	58.232.905	206.859.004,09
Disponível	Algodão pluma	142.661	206.859,03
	Arroz	10.350.426	2.817.946,23
	Milho	11.267.332	1.286.119,47
	Ovos	16.800	11.200,00
	Soja	4.237.518	908.980,42
	Sorgo	2.525.525	216.118,63
	Trigo	1.174.613	189.479,82
	Total	29.714.875	5.636.703,60
Café/MICT	Café	119.222.040	268.871.677,85
PEP	Algodão pluma	170.255.000	277.702.574,85
	Milho	65.225.000	7.066.034,07
	Trigo	1.648.646.000	252.367.204,08
	Total	2.084.296.000	537.135.812,29
EGF/PL	Arroz	394.056.234	60.306.981,82
	Farinha mandioca	10.482.349	7.066.034,07
	Fécula mandioca	662.217	252.367.204,08
	Feijão	1.472.875	537.135.812,29
	Milho	1.381.815.258	60.308.981,82
	Soja	1.543.254	2.021.118,65
	Trigo	1.394.521	111.974,45
	Triticale	23.000	727.238,88
	Total	1.691.449.708	187.420.121,24
Total		3.982.915.528	1.045.118.319,07

Fonte: Banco do Brasil.

no algodão, com o maior reajuste. Isso mostra o nítido interesse do governo em estimular o crescimento da lavoura. Nas demais culturas, exceto a mandioca, os preços mínimos deverão ficar abaixo dos níveis praticados pelo mercado.

A pequena prioridade dada aos preços mínimos como instrumento para estimular o plantio revela a tendência do Ministério da Agricultura para não intervir nos mercados. É uma ratificação daquilo que vem ocorrendo nos últimos anos. Desde 1995, quando os estoques de milho, soja e algodão chegaram no expressivo nível de 15 milhões de toneladas, observa-se um esvaziamento nos volumes disponíveis.

Na comercialização da safra 1999/2000 é bem provável que o governo reduza ainda mais sua participação na compra de produtos. No primeiro semestre deste ano, com a fraca diferença entre os preços de mercado e o preço mínimo, o Programa de Escoamento de Produto (PEP) encolheu: o movimento foi de R$217 milhões contra R$350 milhões em 1998. Em contrapartida, o leilão de mercadoria disponível, como arroz, milho, soja e trigo, quase dobrará para R$10 milhões.

SAFRA DE VERÃO II

Queda e imobilidade

Defensivos e fertilizantes apresentaram retração, enquanto sementes e tratores conseguem manter o cenário de 1998

LUIZANTONIOPINAZZA E REGISALIMANDRO

Sementes

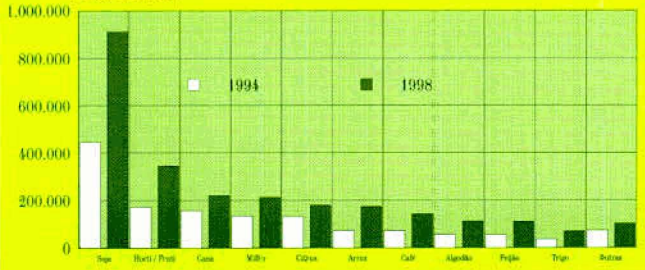
A indústria sementeira opera sob a perspectiva de manutenção do cenário de 1998 para o corrente exercício, pelo menos em termos de volume. A comercialização deverá envolver um montante de 1,5 milhão de toneladas, de acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Sementes (Abrasem). O ritmo das vendas está mais acelerado para o milho, cuja oferta projetada é de 160 mil toneladas, enquanto a demanda gira em torno de 140 mil toneladas. Para a soja, a colocação das sementes mostra um desempenho fraco, diante de uma produção de 860 mil toneladas. A discussão sobre a regulamentação de produtos transgênicos no país é acompanhada com atenção pelas empresas.

Fertilizantes

Pelos números da Associação Nacional de Difusão de Adubo (Anda), as vendas de fertilizantes tiveram uma retração de 20% no primeiro semestre, em relação a igual período de 1998. A fraca adubação da cana explica em grande parte esse comportamento. O agricultor por sua vez encontra dificuldades para absorver o incremento ocorrido nos preços do insumo, de 40% a 50%, fruto da desvalorização do real. Grande parte da maté-

Consumo de defensivos agrícolas por cultura

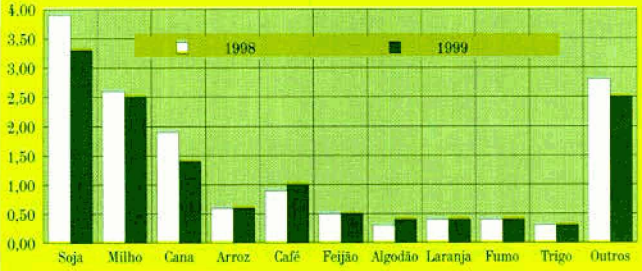
US$ bilhões



Fonte: Andef.

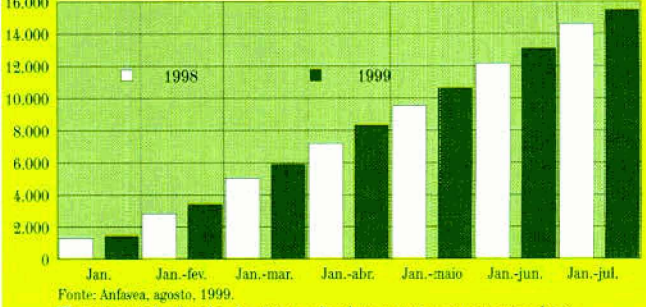
Consumo de fertilizantes por cultura

Milhões de t



Fonte: Anda.

Brasil: vendas de máquinas agrícolas automotrizes*



Fonte: Anfavea, agosto, 1999.
*Tratores agrícolas de rodas, de esteiras, cultivadores motorizados e retroescavadeiras.

ria-prima utilizada na formulação de fertilizantes é importada.

A melhora esperada para o segundo semestre não chegará a provocar um crescimento na produção, que deve recuar de 5% a 8%. No ano passado a produção foi de 14,7 milhões de toneladas e a indústria emprestou US$400 milhões para os produtores – mas deverá emprestar bem menos na atual safra.

Defensivos

De acordo com as estatísticas do Sindicato de Defensivos Agrícolas (Sindag), no primeiro semestre as vendas de defensivos caíram mais de 20%. É uma quebra no ciclo recente de expansão no faturamento do setor, que vinha em 20% ao ano.

Para o ano todo as empresas esperam que a queda não seja superior a 20%. A inadimplência continua alta. Estima-se que a indústria tenha emprestado US$1,7 bilhão para os agricultores adquirirem seus produtos. Desse montante, de 25% a 30% estão ainda em aberto para serem quitados.

Tratores

Entre os meses de janeiro e julho, conforme as estatísticas da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas totalizaram 15,4 mil unidades, enquanto em igual período de 1998 foram comercializadas 14,6 mil unidades. Para fechar 1999, espera-se que girem cerca de 20 mil tratores, o que representa um acréscimo de 7,5% sobre as vendas do ano passado, de 18,6 mil. Na área de exportação, comparando os embarques do primeiro semestre, foram registradas 2,1 mil unidades – uma queda de 63,2%, em comparação com 1998.

SAFRA DE VERÃO III

Sem dinheiro no bolso

Com o poder de compra reduzido e crédito escasso, os agricultores brasileiros se preparam para o plantio da próxima safra

ANDRÉ PESSÔA



André Pessôa *é engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa, MG, mestre em Economia Agrícola pela USP/Esalq, sócio consultor da Agroconsult Ltda. e assessor de Economia da Associação Brasileira de Marketing Rural.*

O plantio da safra de grãos 1999/00 será marcado pelos efeitos da desvalorização do real e do ambiente desfavorável de preços de *commodities* no mercado internacional. Internamente a desvalorização do real em cerca de 50% trouxe como reflexos mais importantes a elevação da renda nominal dos produtores brasileiros e a elevação nominal dos custos de produção.

Resultados líquidos

Decorrido um semestre da alteração da política cambial, já é possível fazer um balanço mais preciso do resultado líquido em termos de preços relativos decorrente desse processo.

Num primeiro momento imaginava-se que a elevação dos preços em reais (ganho nominal) seria significativamente maior que a provável elevação dos custos de produção. Isso teria sido possível, pois boa parte dos itens de custo de produção é cotada em reais (salários, depreciações, manutenção de equipamentos, impostos, assistência técnica, custos administrativos etc.).

Neste cenário, o forte impacto da desvalorização sobre insumos semi ou totalmente dolarizados como fertilizantes, defensivos e sementes teria sido atenuado pela pequena alteração nos preços dos itens em reais. Os impactos líquidos variariam de lavoura para lavoura de acordo com o peso relativo de cada item no custo total. Dessa forma a soja, que usa intensamente insumos dolarizados, se-

Soja: área plantada e produção

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
RS	3.169	3.050	2.800	-8,2	6.605	4.534	5.320	17,3
PR	2.848	2.760	2.650	-4,0	7.285	7.731	7.288	-5,7
MT	2.643	2.639	2.250	-14,7	7.227	7.465	6.075	-18,6
GO + DF	1.419	1.363	1.175	-13,8	3.495	3.485	2.815	-19,2
MS	1.118	1.068	900	-15,7	2.319	2.753	2.250	-18,3
MG	563	576	500	-13,2	1.278	1.343	1.100	-18,1
SP	527	514	480	-6,6	1.028	1.382	1.200	-13,2
BA	554	580	530	-8,6	1.188	1.150	981	-14,7
SC	217	221	200	-9,4	512	479	450	-6,0
MA + PI + TO	216	541	255	6,0	434	562	604	7,4
Total	13.274	13.011	11.740	-9,8	31.371	30.883	28.082	-9,1

Fonte: Agroconsult.

Milho de verão: área plantada e produção

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
PR	1.457	1.530	1.650	7,8	5.438	5.800	6.353	9,5
RS	1.514	1.491	1.550	4,0	4.450	3.238	4.340	34,0
MG	1.263	1.267	1.300	2,6	3.709	3.880	4.030	3,9
SC	767	780	800	2,6	2.580	2.738	2.960	8,1
SP	697	793	820	3,5	2.487	2.922	2.952	1,0
GO + DF	484	630	730	15,8	1.997	2.942	3.279	11,5
BA	294	353	360	2,1	492	755	900	19,1
MS	151	211	220	4,3	558	951	946	-0,5
MT	158	192	220	14,5	453	677	726	7,3
ES+RJ	73	70	70	0,4	162	159	161	1,5
NE - BA	1.472	1.704	1.835	7,7	403	1.126	1.275	13,3
NO	601	664	684	2,9	863	1.012	1.084	7,1
Total	8.931	9.684	10.239	5,7	23.592	26.200	29.006	10,7

Fonte: Agroconsult.

Arroz: área plantada e produção

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
RS	869	990	900	-9,1	3.595	5.585	4.770	-14,6
MT	364	764	820	7,3	776	1.802	2.009	11,5
SC	119	127	130	2,7	635	760	709	-6,8
GO + DF	134	207	232	12,1	215	354	429	21,3
MG	181	161	170	5,7	332	305	315	3,2
SP	60	71	75	5,6	131	127	150	18,3
MS	60	72	75	4,2	197	266	248	-7,0
MA + PI	576	592	630	6,3	447	740	684	-7,5
ES + RJ	14	14	14	3,7	36	36	38	4,7
PR	83	83	80	-3,3	178	182	180	-1,0
NE - MA e PI	133	155	169	9,2	273	339	382	12,5
NO	567	618	671	8,6	930	1.073	1.262	17,7
Total	3.159	3.852	3.966	2,9	7.743	11.568	11.174	-3,4

Fonte: Agroconsult.

ria mais sacrificada do que o café, onde a mão-de-obra é o principal item de custo. De maneira geral, os custos variáveis teriam aumentado entre 35% e 40% e os custos totais entre 15% e 25%.

Renda agrícola

Do lado da renda agrícola esperava-se um comportamento bastante favorável para os produtos voltados ao mercado externo como soja, açúcar, suco de laranja e café, suficiente para compensar ou até mesmo suplantar a elevação média de custos.

Entretanto alguns fatos impediram a materialização deste cenário róseo: queda acentuada nos preços externos de alguns produtos importantes na formação da renda agrícola como soja e laranja (-30%), café (-40%) e açúcar (-50%); retardamento da comercialização da safra por parte dos produtores, que não aproveitaram os preços mais altos em reais praticados logo após a desvalorização; ambiente recessivo no mercado doméstico, deprimindo preços de produtos típicos de mercado interno, como feijão, arroz, leite e hortifrútis, e finalmente a mudança de estratégia comercial dos parceiros do Mercosul, que em vez de enviarem seu excedente exportável de arroz, algodão e milho para o Brasil na nossa entressafra o fizeram em plena colheita.

O resultado líquido é que a renda sofreu uma evolução de apenas 6% em termos nominais, o que determinou uma sensível piora nos termos de troca do setor agrícola, já que a média de aumento nos custos foi de 17%.

Cenário potencial

Em que pese a mais um bom desempenho da produtividade na última colheita (3%), o setor está

enfrentando uma queda no seu poder de compra em torno de 7% em comparação com a safra 1998/99. Esse menor poder de compra se traduz em menor capacidade de investimento em tecnologia, com recursos originados dentro da própria atividade. Cabe então analisar o quadro de financiamento previsto para fechar o cenário do potencial de plantio na próxima safra.

Do lado do crédito público o governo fez um anúncio de R$13,1 bilhões contra pouco mais que R$9 bilhões da safra anterior. Entretanto o governo vem sistematicamente fazendo anúncios de disponibilidade de recursos que não se concretizam. No ano passado por exemplo, a diferença entre recursos anunciados e liberados foi cerca de 30% a menor. Além disso é bom lembrar que o aumento em reais anunciado fica atenuado pela elevação dos custos de produção.

Existe também o problema do custeio alongado, que permite aos produtores saldarem seus compromissos relativos ao custeio da safra 1998/99 em cinco parcelas de março a novembro. O Banco do Brasil terá portanto sua capacidade de aplicação atrelada ao ritmo de retorno dos empréstimos antigos ao caixa do banco.

O Banco do Brasil emprestou R$6,1 bilhões na safra anterior e pretende emprestar no mínimo a mesma quantia na safra atual, e graças à maior disponibilidade de recursos autorizados pelo Tesouro para equalização de taxas de juros, pode chegar a emprestar R$7 bilhões. Como houve uma ampliação de limite máximo de empréstimo por tomador em várias culturas, é provável que haja uma redução do número de produtores contemplados pelo crédito rural este ano, já que os recursos serão quase os mesmos.

Algodão: área plantada e produção

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
MT	107	199	250	25,8	271	558	750	34,5
GO	187	119	170	42,9	260	278	425	52,7
MS	49	44	60	35,1	93	113	162	43,1
BA	113	42	60	43,9	42	46	72	57,2
SP	122	74	65	-11,7	191	140	143	2,2
MG	83	52	55	6,8	122	79	94	18,4
PR	117	49	35	-28,6	175	107	88	-18,2
NE - BA	88	107	109	2,2	17	71	88	24,3
NO	5	3	4	37,9	4	3	4	42,9
Total	869	687	808	17,5	1.176	1.395	1.825	30,9

Fonte: Agroconsult.

Feijão das águas: área plantada e produção

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
PR	460	504	450	-10,7	379	421	315	-25,1
MG	220	237	200	-15,6	131	168	130	-22,6
BA	341	444	400	-9,8	50	180	160	-10,9
SC	169	170	150	-12,0	117	167	135	-18,9
RS	145	150	130	-13,4	96	130	98	-25,0
CE	446	557	550	-1,2	41	178	193	8,3
SP	72	94	80	-14,7	87	99	88	-11,1
ES + RJ	16	16	15	-5,1	11	12	11	-3,4
CO	33	56	39	-30,2	46	93	57	-38,1
NE-BA e CE	295	367	285	-22,3	28	99	99	0,5
NO	2	2	2	-11,8	1	1	1	50,0
Total	2.196	2.596	2.301	-11,4	984	1.545	1.286	-16,7

Fonte: Agroconsult.

Safra brasileira de grãos

Mil ha, mil t

	Área plantada				Produção			
	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)	1997/98 (a)	1998/99 (b)	1999/00 (c)	Var % (c)/(b)
Soja	13.274	13.011	11.740	-9,8	31.371	30.883	28.082	-9,1
Milho	8.931	9.684	10.239	5,7	23.592	26.200	29.006	10,7
Feijão	2.196	2.596	2.301	-11,4	984	1.545	1.286	-16,7
Algodão	869	687	808	17,5	1.176	1.395	1.825	30,9
Arroz	3.159	3.852	3.966	2,9	7.743	11.568	11.174	-3,4
Total	28.428	29.830	29.053	-2,6	64.867	71.591	71.374	-0,3

Fonte: Agroconsult.

As fontes privadas

O crédito privado, que tem sido importante fonte complementar de financiamento dos agricultores, também vai sofrer redução este ano. O setor de defensivos agrícolas, que em 1999 financiou cerca de 2/3 de suas vendas (US$1,75 bilhão), teve que renegociar boa parte dos seus contratos, invariavelmente implicando descontos do valor a receber, restando ainda cerca de 20% de contas em aberto.

O fato implicará revisão da política de crédito dessas empresas, que devem reduzir o volume de financiamento e aumentar a seletividade na sua concessão. O setor de fertilizantes, que dispunha de prazo de 400 dias para pagar suas importações de matéria-prima, utilizava essa fonte de recursos para financiar cerca de 15% de suas vendas, soma que chegou a mais de US$400 milhões em 1998. Este ano, com a redução

Evolução recente da renda agropecuária no Brasil (R$ bilhões)

Grupos	Renda 1997	Renda 1998	Renda 1999	Var % 1998/97	Var % 1999/98	Var. abs. 1999/98
Lavouras	27,20	28,70	30,40	5,60	6,00	1,70
Pecuária	18,50	19,10	24,00	3,10	25,20	4,80
Total	45,70	47,80	54,40	4,60	13,70	6,60

Fonte: Agroconsult.

Evolução recente da agricultura

Anos	PIB lavouras real	Relação de troca	Crédito (t-1) /PIB	Área colhida	Prod. da área	Poder de compra	NPK (t-1) /área	Poder de compra (t-1)
1980	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	91,6
1985	127,8	107,8	50,6	103,6	123,3	132,9	86,9	106,7
1990	121,5	98,2	46,6	101,3	120,0	117,8	108,1	123,9
1994	141,5	120,1	91,5	103,1	137,3	164,9	114,8	144,1
1995	141,4	101,8	73,2	102,1	138,5	141,0	138,7	164,9
1996	140,4	99,6	80,0	99,9	140,5	139,9	118,5	141,0
1997	144,8	108,0	85,0	102,3	141,4	152,7	135,0	139,9
1998	149,4	109,9	86,1	101,3	143,5	157,8	137,3	152,7
1999	156,2	103,3	84,4	104,3	146,8	151,7	140,0	157,8

Fonte: Agroconsult.

do prazo médio de importação para apenas 180 dias, o setor deve reduzir a praticamente zero seu volume de financiamento aos produtores.

Por último, as *tradings* que fornecem crédito na compra antecipada de grãos, em especial soja, café e açúcar, também devem reduzir o volume de financiamento em função do aumento do risco e da redução dos preços externos desses produtos. Espera-se, portanto, uma redução entre 15% e 25% do total de crédito oriundo do setor privado para o financiamento da safra de verão, com reflexos diretos na capacidade de investimento dos produtores, em particular da soja.

É sob a égide da redução do poder de compra e de maior restrição de crédito tanto público quanto privado que os agricultores brasileiros se preparam para o plantio da próxima safra de verão.

Tendo em vista esse cenário, apresentamos o comportamento mais provável da área a ser plantada nas principais lavouras de verão no Brasil.

Soja

A tendência na soja é de redução generalizada de área plantada, mas com forte concentração na região dos cerrados. Nos estados de Mato Grosso do Sul, Goiás, Mato Grosso e cerrado mineiro a restrição de crédito privado será o grande limitador de plantio, com reduções médias na faixa de 14%.

O Rio Grande do Sul sofrerá mais pela redução do poder de compra, já que a seca afetou drasticamente a produção, reduzindo a renda dos sojicultores no estado. As demais regiões produtoras terão reduções menores, graças à ótima situação de liquidez com que conta a soja, casos de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Oeste da Bahia. No total espera-se uma redução de 9,8% da área a ser plantada com soja, correspondendo a 1,271 milhão de hectares.

Milho

A tendência no caso do milho é de aumento de área em todas as regiões produtoras. As vendas do setor sementeiro até agosto apontavam grande procura de híbridos de alta tecnologia. Espera-se recuperação de área plantada principalmente em regiões tradicionais no plantio de milho, como o Sudoeste de Goiás e o Norte do Paraná, que plantaram muita soja nos últimos anos em função dos altos preços que essa leguminosa alcançou.

Espera-se que continue a melhoria do perfil tecnológico de produção de milho entre mini e pequenos produtores na região Sul, graças à expansão dos recursos do Pronaf. Com os baixos preços da soja, ganham força os argumentos técnicos da rotação de cultura. Na região Centro-Oeste o tamanho da expansão do milho estará diretamente relacionado à oferta de crédito público. No total espera-se uma expansão de área de 5,7% no Brasil, o que representaria uma área de aproximadamente 550 mil hectares.

Arroz

Para a lavoura de arroz espera-se uma retração da área plantada no Rio Grande do Sul, principal estado produtor, em função da queda dos preços ao longo da comercialização da safra deste ano.

Além da pressão da boa oferta do próprio estado, os rizicultores gaúchos enfrentaram mais cedo a forte concorrência dos produtores argentinos e uruguaios, que normalmente só atuavam no mercado brasileiro no período de entressafra.

A queda dos preços deflagrou novamente os recorrentes problemas de inadimplência em relação ao crédito público, que certamente voltará a ser reduzido este ano. Para os estados produtores do Centro-Oeste, em particular no Mato Grosso, espera-se crescimento de plantio sobre áreas anteriormente destinadas à soja. Isso deve ocorrer em função da boa aceitação comercial das novas variedades de arroz de sequeiro plantadas na região, que apresentam características muito próximas do arroz agulhinha gaúcho, plantado com irrigação. No total espera-se uma expansão de 2,9%, correspondendo a cerca de 113 mil hectares.

Algodão

A lavoura de algodão deve apresentar o maior crescimento relativo de área na próxima safra. Entretanto esse crescimento se dará apenas na região Centro-Oeste, já que as áreas plantadas no Paraná e em São Paulo devem continuar sendo reduzidas.

No Mato Grosso espera-se expansão da área dos atuais produtores e incorporação de novos produtores oriundos do plantio da soja. Em Goiás espera-se recuperação de áreas que haviam abandonado a cultura por conta de problemas fitossanitários, em boa medida superados. O quanto se confirmará essa forte tendência de crescimento vai depender do volume

de crédito público disponibilizado e do nível dos preços praticados nas operações de compra antecipada. Prevê-se um aumento de área de 17,5%, correspondendo a cerca de 121 mil hectares.

Feijão

Os baixos preços praticados no mercado de feijão atualmente e a significativa elevação de custos de produção determinarão uma redução de área plantada nas principais regiões produtoras. Mesmo a recente recuperação dos preços no final de agosto não deve ser suficiente para reverter a tendência de queda de área plantada.

Mais uma vez existe perspectiva de queda de área no Nordeste, que este ano havia se recuperado e contribuiu para o enfraquecimento do mercado na região Centro-Sul, já que praticamente não houve necessidade de transferência de feijão dessa região para atender o consumo nordestino. No total a área deve recuar 11,4%, correspondendo a 295 mil hectares.

Estima-se um recuo de 1.271 mil hectares na soja e de 295 hectares mil no feijão que seriam compensados em parte por aumentos de 554 mil hectares de milho, 113 mil de arroz e 121 mil de algodão. Ou seja, a área a ser plantada com as principais lavouras de verão estaria sendo reduzida em aproximadamente 778 mil hectares, o que equivale a 2,6% da área total da safra de verão 1998/1999.

Safra menor

A redução de área pode não corresponder a uma redução equivalente na produção de grãos, pois a maior parte da área de soja que deixará de ser plantada vai ser aproveitada com milho, arroz e algodão de alta tecnologia, que em geral apresentam produtividades médias maiores que a soja. A produção de grãos por hectare poderia até crescer, compensando em parte a queda da área plantada.

Entretanto existe uma tendência à redução do uso de tecnologia, decorrente dos problemas de financiamento. A maior restrição deve ocorrer no uso de fertilizantes e defensivos, o que potencializa o risco climático. Uma lavoura bem conduzida do ponto de vista tecnológico enfrenta obviamente de forma bem melhor as adversidades provocadas pelo clima, o que certamente não será o caso das lavouras a serem plantadas este ano.

Tendo em vista uma provável redução da produtividade da maioria das lavouras, espera-se diminuição de cerca de 217 mil toneladas de grãos na colheita da safra de verão, o que corresponde a menos 0,3% sobre o total produzido na safra anterior. A menor oferta agrícola no início do ano 2000 certamente trará reflexos sobre importantes variáveis macroeconômicas como nível de atividade (PIB), inflação e saldo comercial.

Preços: timidez

O risco de o não crescimento da oferta agrícola comprometer o cumprimento das metas inflacionárias a que se propõe o governo está diretamente associado à ocorrência ou não de adversidades climáticas. Se o clima não interferir, as chances de as tendências acima se confirmarem são grandes, e a oferta de alimentos, se não crescer, pelo menos não desabará.

Como há uma tendência de maior oferta de produtos mais voltados ao mercado interno em detrimento daqueles mais voltados à exportação e as chances de aumentos nominais de salários num ambiente de desemprego alto são pequenas, a pressão sobre os preços também deve ser pequena.

Do mercado externo espera-se recuperação tímida de preços, sem perspectivas de recuperar os mesmos níveis de 1998. A inflação portanto não sofreria impacto altista advindo da agricultura, o que é positivo; por outro lado, a agricultura não promoverá condições de compensar eventuais quedas de salários reais da camada de renda mais baixa da sociedade como tem acontecido ao longo de todo o Plano Real.

Como fica a balança comercial

Já para o comportamento da balança comercial, variável importantíssima na nova conjuntura pós-desvalorização, a agricultura não poderá promover a ampliação das exportações no nível desejado e esperado pelos formuladores de política econômica. Mesmo com a perspectiva de pequena recuperação de preços das *commodities*, não haverá espaço para saltos de saldo, uma vez que o *quantum* ficará prejudicado pela menor produção de excedentes exportáveis.

A redução de importação de produtos agrícolas, que já iniciou em 1999 trajetória declinante, deve continuar em queda no ano 2000. Estima-se portanto uma ampliação de superávit comercial agrícola de apenas US$1 bilhão em relação ao saldo a ser obtido em 1999.

Nível de atividade

Em relação ao nível de atividade – indicador econômico em que a agricultura vem sendo um dos destaques em 1999, pois além de apresentar números crescentes de PIB agropecuário também tem influenciado positivamente os setores da indústria e de serviços –, também devemos colher resultados insatisfatórios. Em 1999 devemos fechar o ano com crescimento entre 4% e 5% no PIB agropecuário, enquanto para 2000 esse número estaria mais próximo de zero para as lavouras e em 2% para a pecuária.

Além desses reflexos macroeconômicos, a manutenção da oferta agrícola no mesmo patamar de 1999 deve ter efeitos setoriais desfavoráveis, pois dificilmente haverá incremento no poder de compra dos agricultores no ano que vem. A renda agrícola deve permanecer na melhor das hipóteses estável, os custos de produção também tendem à estabilidade e a produtividade não deve crescer. Ou seja, não haveria capacidade de investimento originado no próprio setor capaz de financiar o plantio de uma safra substancialmente maior no ano seguinte.

A estagnação da produção agrícola junto com a não ampliação da renda no setor estabelece uma descontinuidade no processo de recapitalização experimentado entre 1996 e 1998. Isso põe em risco o processo de equacionamento do estoque de dívidas do setor e sua capacidade de captar financiadores no mercado.

É uma questão que fica em aberto para os formuladores de política econômica. Sempre que surge um problema em relação ao fluxo de renda na agricultura, cria-se ambiente político para reivindicações de revisão do estoque das dívidas dos agricultores. Ou seja, cuidando-se da manutenção de um bom fluxo de geração de renda no setor, além de colher todos os benefícios setoriais e macroeconômicos que a agricultura permite, evitam-se também desconfortos políticos e fiscais relativos ao estoque de dívidas.

Fragilidade patente

Exigências de mercado e a conjuntura da pecuária leiteira dos países do Mercosul pressionam os produtores brasileiros

ALZEMAR JOSÉ DELFINO

A fragilidade da pecuária leiteira brasileira diante de Argentina e Uruguai, seus parceiros de Mercosul, tem sido perceptível nos últimos anos. As questões relativas a custo de produção sempre deram vantagem a esses países e um preço final mais competitivo nas relações intrabloco.

A triangulação láctea segundo a qual o leite da União Européia e o da Oceania têm inserção mais fácil na economia argentina e uruguaia, especialmente na argentina, foi e ainda é uma grande preocupação dos produtores brasileiros. Apesar de todos os movimentos realizados pelos produtores, a situação do leite importado se agravou em 1998, levando à extinção de muitos plantéis leiteiros. A produção cresceu menos em 1997/98, comparada à dos anos anteriores.

Concentração no longo prazo

No curto prazo deve haver ainda importantes reduções do número de produtores médios e médio-grandes, principalmente dos que operam com custos mais elevados, pequenas escalas e mão-de-obra assalariada. Simultaneamente, enquanto não ocorrer a aplicação efetiva de um novo conjunto de normas e padrões de matéria-prima, continuará grande a oferta de leite de baixo custo e qualidade. A maior parte desse leite virá de produtores familiares que operam com gado mestiço e continuará sendo dirigida ao mercado informal, que deve aumentar ainda mais sua participação relativa no curto prazo.

No longo prazo, a generalização da coleta a granel, a revisão das normas de produção e a melhoria do sistema de fiscalização associada à definição de políticas públicas farão crescer a importância relativa de um menor número de produtores especializados, que substituirão o forte contingente dos não especializados. Esse processo deverá resultar no desaparecimento de pelo menos um terço dos atuais produtores de leite. O mercado informal também deverá diminuir, aumentando a concentração do setor industrial.

Esse processo de diminuição do número de produtores ocorreu de forma acentuada entre os parceiros do Mercosul nos últimos 15 anos – ou seja, o Brasil continua em desvantagem na produção primária, não só devido a diferenças de clima, solo, mecanização, pastagens e genética mas também na própria formação da estrutura produtora, da qual os não especializados ainda são a maioria.

Antes tarde...

É alto o grau de produtividade do rebanho argentino e uruguaio diante do brasileiro. Essa diferença está caracterizada por um rebanho especializado (genética apurada para a aptidão leiteira); alimento de qualidade o ano todo (pastagens, silagens); manejo adequado; controle sanitário dos animais e capacidade administrativa dos produtores desses países para gerenciar suas propriedades. A produtividade do rebanho bovino brasileiro é baixa quando comparada à de seus parceiros do Mercosul (inclusive o Paraguai) e muito desigual entre os produtores.

O número de produtores é claramente maior no Brasil. As mudanças na atividade só começaram a ser percebidas nesta década – um pouco tarde, embora nunca seja tarde demais – e o processo de exclusão tem sido claro nos estratos de pequenos e médios produtores.

O parque industrial brasileiro de laticínios cada vez mais se empenha em obter leite de boa qualidade. A tendência pode ser atribuída à competição crescente, à exigência de consumidores mais conscientes, ao maior rendimento industrial e até mesmo às condições para exportações futuras ao grande mercado latino-americano.

Leite de boa qualidade, resfriado, com baixa contaminação bacteriana e composição físico-química de padrão internacional, tem sido implementado por alguns laticínios e cooperativas. Paradoxalmente, essas empresas têm investido mais na formação de técnicos aptos a auxiliar o produtor na mudança da capacidade produtiva e na eficiência, mas não em conceitos efetivos que contribuam para uma matéria-prima considerada de boa qualidade. Esse quadro não se identifica com o da Argentina e do Uruguai, visto que esses países já implementaram o processo de qualidade do leite há alguns anos.

Em busca do leite bom

A verdadeira revolução por que passa o setor leiteiro nacional deve alertar o produtor para que se prepare para o futuro. Quem não se adaptar

Alzemar José Delfino *é professor do Centro Universitário do Triângulo – Unit – Uberlândia, MG.*

Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida na Universidade Mackenzie, São Paulo, sob o título "Um estudo comparativo da pecuária leiteira nos países do Mercosul", em junho de 1999.

certamente terá dificuldade de permanecer no setor, por pressões dos laticínios e dos outros produtores, que terão consciência de que o despreparo de alguns pode estragar o seu esforço de produzir com qualidade. A mistura nas plataformas de recepção e nos caminhões-tanques nivela o leite por baixo. A remuneração final ao fazendeiro é punida por aqueles que, mantendo práticas tradicionais, não conseguem aperfeiçoar a qualidade do produto.

Esse também é o caso do Paraguai, visto que o setor leiteiro desse país passa por um processo de transformação na busca da auto-suficiência e melhoria do padrão de qualidade da matéria-prima.

A inserção mais fácil do leite da UE e da Oceania na economia argentina e uruguaia preocupa os produtores brasileiros. A situação do leite importado se agravou em 1998, levando à extinção de muitos plantéis leiteiros. A produção cresceu menos em 1997/98, comparada à dos anos anteriores.

Argentina e Uruguai dominam esse processo há algum tempo e já exportam produtos de qualidade há anos.

Ganhando competitividade

A competitividade internacional da indústria de laticínios depende hoje fundamentalmente das ações das empresas que nela atuam. As ações do governo – redução da proteção da indústria doméstica e da tributação indireta; informações técnicas para o setor produtivo e apoio à capacitação gerencial necessária – não a tornarão mais competitiva, mas contribuirão para criar condições que estimulem as empresas a investir na utilização de fatores de produção especializados, por intermédio da pesquisa e desenvolvimento, na formação de recursos humanos, na atualização tecnológica e na abertura de mercados estrangeiros.

Vantagens competitivas sustentáveis requerem investimentos contínuos e esforço constante de aprimoramento do processo produtivo, uma vez que a tecnologia leva vantagens competitivas mais sustentáveis. O Mercosul pressionou competitivamente as empresas para concorrer nesse mercado ampliado, gerando um ambiente propício à

Mercosul: vantagens e desvantagens da pecuária leiteira

Brasil

Vantagens
- Terra e pastagem abundantes
- Tecnologia facilmente acessível
- Insumos de qualidade
- Mão-de-obra farta
- Boa assistência técnica
- Produtos ávidos para crescer
- Mercado consumidor subexplorado
- Boa base tecnológica da estrutura laticinista

Desvantagens
- Rebanho mestiço
- Baixa produtividade
- Baixo grau de mecanização
- Alto percentual da produção informal (45%)
- Produção instável (maior quantidade nas águas)
- Alto custo de produção
- Baixa qualidade do produto
- Baixa sanidade do rebanho
- Importador
- Estrutura laticinista ainda em reorganização
- Baixa fiscalização do produto
- Falta de políticas públicas e privadas para a atividade
- Desorganização dos produtores

Argentina

Vantagens
- Terra fértil
- Clima propício
- Rebanho com aptidão leiteira
- Alta produtividade
- Alto grau de mecanização
- Estrutura laticinista concentrada
- Produção na economia formal (95%)
- Produção estável
- Gado livre de doenças (aftosa, brucelose, etc.)
- Baixo custo de produção
- *Know how* exportador
- Qualidade do produto
- Exportador

Desvantagens
- Pouca disponibilidade de terras
- Dependência do mercado brasileiro como importador
- Nenhuma outra forma de aumentar a produção se não aumentar o seu custo

Uruguai

Vantagens
- Terra fértil
- Clima propício
- Rebanho com aptidão leiteira
- Alta produtividade
- Alto grau de mecanização
- Gado livre de doenças (aftosa, brucelose, etc.)
- Instalações simples
- Baixo custo de produção
- *Know how* exportador
- Estrutura laticinista concentrada

Desvantagens
- Pouca disponibilidade de terras
- Dependência do mercado brasileiro como importador

Paraguai

Vantagens
- Energia farta e barata
- Boas terrras
- Gado com aptidão leiteira

Desvantagens
- Baixo grau de tecnologia na produção
- Pouca expressividade na atividade
- Desorganização dos produtores
- Falta de políticas públicas e privadas

inovação.

A tradição de exportadores da Argentina e Uruguai, ao contrário do que acontece com o Brasil, beneficia esses países na interpenetração setorial, à medida que cada um se dedique aos produtos que lhe dão vantagens competitivas.

A complementaridade de vantagens competitivas entre Brasil, Argentina e Uruguai indica que *joint-ventures* entre empresas desses países são uma estratégia compatível com o novo momento da economia mundial. As multinacionais estão mais bem posicionadas para tirar proveito dessas oportunidades, uma vez que atuam em vários países e conhecem melhor cada mercado local.

Após a desvalorização do real diante do dólar em janeiro de 1999, o volume total das importações de produtos lácteos registrou queda acentuada. Abre-se a oportunidade para que o produtor nacional comece a rever sua forma de produção, entenda que a pecuária leiteira nacional é capaz de atender o consumo interno e trate de gerar excedentes para exportar.

Atritos e soluções em vista

De certa forma os produtores nacionais têm buscado soluções para aumentar a produtividade do rebanho e atender os padrões de qualidade necessários ao produto, juntamente com as cooperativas e laticínios. Em contrapartida, não contam com o total apoio do governo no que tange a políticas específicas para a atividade.

Por outro lado, os exportadores argentinos e uruguaios baixaram os preços de seus produtos para assegurar o mercado brasileiro.

Essa situação espelha bem o atrito existente entre Brasil e Argentina, principais parceiros do Mercosul. De um lado os brasileiros acusam os argentinos de triangulação de produtos lácteos e buscam sobretaxar os lácteos argentinos e uruguaios; de outro argentinos e uruguaios lutam pela permanência da alíquota zero para lácteos e reduzem seus preços para continuarem sendo competitivos.

O governo ajudaria os produtores brasileiros agindo contra as práticas desleais de comércio dos países que exportam produtos lácteos para o Brasil e criando condições para reestruturar a pecuária leiteira nacional, que apresenta elevada relação trabalho/capital, qualificando-a como atividade estratégica para qualquer política de promoção de emprego.

A situação não é das mais promissoras, mas deixa espaço para que os setores público e privado busquem a união e delimitem metas para elevar o Brasil à categoria de grande produtor mundial, não só em volume, mas principalmente em qualidade do produto.

COMPETITIVIDADE II

Mau humor

O agricultor argentino faz cara amarrada para o esfriamento das atividades nas cadeias produtivas

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Depois de a colheita ter se reduzido 17% na última safra, todos os sinais apontam para uma contínua desaceleração no ritmo da safra argentina 1999/2000. O quadro frustrante preocupa o empresário rural, que ao longo dos anos 90 foi responsável por uma injeção de cerca de US$8,2 bilhões em investimentos no campo.

Essa reviravolta quebrou um ciclo de intensa euforia no país. Autoridades públicas e privadas se gabam do sucesso das profundas reformas econômicas que empreenderam. Da lista consta a lei da conversibilidade da moeda, tratada como um marco. Mas as demais – reconversão do Estado, desregulamentação econômica, abertura comercial e estabilidade inflacionária, a constituição do Mercosul e o programa de privatizações – não ficam ofuscadas.

Ascensão e crise

No caso específico do agribusiness, entre 1990 e 1998 o desempenho foi notável. Enquanto a produção agrícola se expandia em 82%, a comercialização de agroquímicos subia 131% e a fabricação de tratores e colheitadeiras aumentava, respectivamente, em 60% e 240%. Na transformação, a indústria de oleaginosas cresceu 51%, a de lácteos 31% e a avícola 16%. Os números falam por si.

Uma das grandes forças motrizes desse movimento expansionista proveio diretamente da estratégia de ocupação crescente das agroexportações. Aproveitando uma conjuntura favorável, a Argentina se tornou rapidamente o quarto maior fornecedor de grãos no mundo: em milho é o segundo e na soja é o terceiro. Somente em 1998, o país colocou a formidável quantidade de 50 milhões de toneladas no mercado internacional, dos quais unicamente a soja respondia por mais de 11 milhões. Um feito memorável.

Com a crise financeira deflagrada no Sudoeste asiático em julho de 1997, o cenário externo foi adquirindo outra con-

O encolhimento do rebanho

O tamanho do rebanho da bovinocultura de corte na Argentina sofreu redução na década de 90 em cerca de 5 milhões de cabeças. Existem pelo menos três fatores principais para explicar o declínio: a dura seca ocorrida entre 1995 e 1996, a expansão dos cereais e das oleaginosas e o estreitamento das margens de rentabilidade.

A contragosto, o criador assistiu a uma queda de mais de 40% nos preços reais do animal abatido, em comparação com a década anterior. Mas na média a taxa de abate seguiu estabilizada em 27%, sem revelar portanto ganhos efetivos de produtividade.

No sistema de produção, a grande novidade foi o aparecimento da criação intensiva estabular. Partindo de 1992, quando 300 mil cabeças foram engordadas nesse sistema, apurou-se em 1998 cerca de 1,5 milhão de cabeças. Um crescimento de 400% no período. Estima-se que existam 120 criações intensivas profissionais e empresariais e 400 de características semi-intensivas.

Já na criação extensiva, grande parte das explorações conseguiu enormes saltos de produtividade, com uma produção por hectare que é o dobro da registrada em 1992. Isso decorreu do arraçoamento suplementar, impulsionado pela relação favorável de preço entre carnes e grãos. Nas áreas de pastagem a redução de seu tamanho consiste em dado negativo.

A diminuição *per capita* do consumo interno decorreu muito mais da menor oferta do que da mudança da preferência do consumidor para outras carnes. Uma migração desse tipo não deve ser temida. Nas estações de maior disponibilidade de animais para abate, como em março, o consumo *per capita* chega de 75 a 77kg/ano. A cultura da carne bovina está arraigada no país e não será removida a médio prazo.

No tocante à exportação, reduzida à metade, um dos maiores problemas advém da política de conversibilidade: os ganhos de produtividade não têm sido suficientes para inibir o preço mais caro da carne do país. E não há razões para otimismo nos próximos anos. O Japão, a Coréia e demais países do Oriente aparecem com boas oportunidades comerciais. De qualquer forma, diante das vantagens marcantes dos portenhos na produção da carne bovina, espera-se que até mesmo por inércia as exportações possam evoluir, apesar da promoção pouco agressiva das vendas externas.

Para a próxima década, pelas variáveis em jogo no momento, os argentinos não traçam perspectivas de grandes mudanças. Do elenco das previsões mais visíveis fazem parte uma ligeira recuperação no tamanho do rebanho, um aumento vagaroso da produção de carne, uma queda gradativa e não assustadora no consumo e expansão moderada nas exportações.

Produção de cereais e oleaginosas (em t)

Produto	*1981/82*	*1982/83*	*1983/84*	*1984/85*	*1985/86*	*1986/87*	*1987/88*	*1988/89*	*1989/90*
Algodão	491.000	373.300	610.000	536.100	376.600	322.800	849.400	619.350	922.950
Alpiste	32.300	63.000	50.000	53.000	23.500	57.500	48.000	59.500	56.900
Amendoim	205.000	165.000	235.000	240.000	259.000	350.000	274.100	190.200	234.700
Arroz	437.200	337.100	480.400	400.000	438.600	371.000	383.400	490.000	428.100
Aveia	339.000	637.000	593.000	717.000	400.000	495.000	718.000	450.000	667.000
Cevada cervejeira	115.800	180.000	140.000	200.000	100.000	114.900	262.000	322.500	362.000
Cevada forrageira	15.700	31.400	26.000	24.000	18.000	25.000	19.700	6.300	3.670
Centeio	149.000	148.000	130.000	155.800	94.000	60.000	88.300	41.200	62.500
Colza	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d	s/d
Girassol	1.980.000	2.400.000	2.200.000	3.400.000	4.100.000	2.200.000	2.915.000	3.200.000	3.900.000
Linho	600.000	730.000	660.000	500.000	460.000	622.000	535.000	416.000	490.000
Milho	9.600.000	9.000.000	9.500.000	11.900.000	12.100.000	9.250.000	9.200.000	4.900.000	5400000
Soja	4.150.000	4.000.000	7.000.000	6.500.000	7.100.000	6.700.000	9.900.000	6.500.000	10.700.000
Sorgo granífero	8.000.000	8.100.000	6.900.000	6.200.000	4.000.000	2.996.800	3.200.000	1.500.000	2.050.000
Trigo	8.300.000	15.000.000	13.000.000	13.600.000	8.700.000	8.700.000	9.000.000	8.540.000	10.000.000
Outros	408.630	396.960	331.800	362.070	327.900	215.350	172.700	172.700	273.145
Total	34.823.630	41.561.760	41.856.200	44.787.970	38.497.600	32.480.350	37.652.000	27.407.750	35.550.965
	1990/91	*1991/92*	*1992/93*	*1993/94*	*1994/95*	*1995/96*	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Algodão	789.400	651.960	431.145	706.000	1.122.547	1.347.000	1.030.000	987.000	1.024.000
Alpiste	42.200	32.120	33.242	23.000	23.000	18.000	25.000	29.000	24.000
Amendoim	310.600	221.400	233.400	208.000	238.000	464.000	281.000	627.000	477.000
Arroz	347.600	732.700	608.300	608.000	926.000	986.000	1.205.000	1.036.000	1.521.000
Aveia	695.000	610.000	600.200	436.000	357.000	260.000	310.000	517.000	384.000
Cevada cervejeira	323.400	570.100	580.100	455.000	341.000	385.000	533.000	921.000	536.000
Cevada forrageira	3.200	3.260	3.100	4.000	3.352	1.143	4.000	5.000	4.000
Centeio	55.100	46.000	34.000	64.000	54.000	40.000	36.000	62.000	66.000
Colza	s/d	57.052	30.090	12.000	21.000	9.000	4.000	2.000	2.000
Girassol	4.033.800	3.407.565	2.955.900	4.095.000	5.800.000	5.558.000	5.450.000	5.600.000	6.600.000
Linho	456.800	342.900	176.500	112.000	152.000	153.000	72.000	75.000	85.000
Milho	7.684.800	10.700.500	10.901.000	10.360.000	11.404.013	10.518.000	15.536.000	19.360.000	14.000.000
Soja	10.862.000	11.310.000	11.045.400	11.720.000	12.134.450	12.448.000	11.000.000	18.732.000	18.500.000
Sorgo granífero	2.252.400	2.767.000	2.859.700	2.148.000	1.649.500	2.132.000	2.499.000	3.762.000	3.390.000
Trigo	10.991.900	9.884.000	9.874.400	9.659.000	11.306.000	9.445.000	15.914.000	15.000.000	10.700.000
Outros	377.578	329.270	224.700	258.000	310.000	271.300	313.000	374.000	556.000
Total	39.225.778	41.665.827	40.591.177	40.868.000	45.841.862	44.035.443	54.225.000	67.089.000	57.869.000

figuração. Os países dessa região são importadores significativos das *commodities* em geral e pesam muito no equilíbrio da balança mundial de oferta e procura. O resultado foi uma rápida baixa na demanda acompanhada de queda nas cotações das matérias-primas agropecuárias. O reflexo dessa conjuntura atingiu negativamente os portenhos. Para piorar a situação, veio a desvalorização do real no começo deste ano: diminuiu a capacidade de compra no Brasil e estreitou a importação que vinha absorvendo muito produto argentino.

Se essa alternância no *front* do contexto internacional não foi bem-vinda, no âmbito interno os ventos também não são dos melhores. Às vésperas do plantio da próxima safra, pesam sobre o passivo dos agricultores dívidas acumuladas de aproximadamente US$7 bilhões. Resgatá-las a curto prazo, nem pensar. Pelo contrário, é indispensável a oferta de capital de giro de terceiros para aquisição dos insumos de produção. A área abarca 24,6 milhões de hectares, 30% no sistema de plantio direto. Para não reduzir a área plantada, que era de 17 milhões de hectares em 1992, as estimativas apontam a necessidade de um aporte de mais US$2 bilhões.

De 1990 a 1998, a produção agrícola expandiu 82%, a comercialização de agroquímicos subiu 131%, a fabricação de tratores aumentou 60% e a de colheitadeiras 240%. Na transformação, a indústria de oleaginosas cresceu 51%, a de lácteos 31% e a avícola 16%. Os números falam por si.



Argentina: dados socioeconômicos

- Área (km2): 2.766.800
- PNB (US$ bilhões de 1997): 305,7
- PIB agricultura (US$ bilhões de 1997): 28
- PNB *per capita* (US$ de 1997): 8.570
- População (julho/1997): 35.797.985
- Mortalidade infantil por 1.000 pessoas: 19,6
- Expectativa de vida: 74,3 anos
- Taxa de alfabetização: 96%

Argentina: os números do pessimismo

Situação dos agricultores	Boa : 1,5%	Regular : 23,7%	Ruim: 74,8%
Política agrícola interna	Boa: 4,4%	Regular: 34,8%	Ruim: 60,8%
Perspectivas futuras	Melhoria: 3,0%	Manutenção : 23,8%	Piora: 73,2%

Origem dos problemas:

a) política econômica interna: 51,2%

b) conjuntura externa desfavorável: 17,1%

c) ambos os fatores : 31,7%

Fonte: Federação Agrária Argentina – FAA.

Ganhando com a crise

Pesquisa levada a efeito pela Federação Agrária Argentina (FAA) em abril último retrata o estado de ânimo pessimista do agricultor. A Confederação Rural Argentina, a Sociedade Rural Argentina, a Confederação das Cooperativas Agropecuárias e mais a FAA selam entre si acordos e se unem como porta-vozes do campo. Essa união potencializa a organização de marchas e protestos, cuja escalada crescente pretende sensibilizar o governo com uma lista de reivindicações.

Nessa queda-de-braço, no fim de julho as autoridades governamentais anunciaram um pacote de medidas que visam amenizar a vida econômica dos produtores:

- linha de crédito de US$800 milhões para garantir o plantio e a colheita de trigo, milho, soja e outras culturas fundamentais;
- novos empréstimos com prazos de vencimento de três a 10 anos;
- subsídio de 3% nas taxas de juros;
- alongamento do pagamento da dívida por um prazo de 20 anos.

Em meio a chuvas e trovoadas, os três candidatos à presidência – Eduardo Duhalde, Domingo Cavallo e Fernando de La Rua – são uníssonos em anunciar promessas para o campo. Conscientes de que nenhum deles quer sair molhado, as entidades trabalham com inteligência para arrancar-lhes comprometimento com o setor. Nos palanques de campanha eleitoral, a agricultura é sempre um item da pauta, ao contrário do que ocorria em outros tempos. Como resultado, os eleitores das cidades travam enfim conhecimento com a realidade rural.

Apesar da crise, a união das entidades mais poderosas ligadas às atividades rurais deixa um saldo positivo. É um exemplo que poderia ser considerado universal, que normalmente faz parte da história da agricultura dos países e não somente da Argentina.

A união das entidades serviu para testar a tese de que, ao contrário das ações isoladas, rotineiras e personalistas, com perda de energia e resultados pífios, os discursos ganham forma e legitimidade em torno dos maiores anseios da sociedade. Num mundo de grandes negociações – como as que estão para se realizar na Organização Mundial do Comércio, na Rodada do Terceiro Milênio – esse passo é básico. Trata-se, em última instância, de uma lição de casa imprescindível para as nações – inclusive, é claro, o Brasil.

Futuro na mesa

O terceiro milênio já começou no setor de alimentos. Mas as potencialidades estão longe de se terem esgotado

ANTONIO HERMINIO PINAZZA

A questão da segurança alimentar é em geral considerada sob duas vertentes. A primeira é a quantitativa, ou seja, a da fome, que hoje atinge 800 milhões de pessoas para as quais o fundamental é o acesso à fonte alimentar, obviamente sem qualquer preocupação sobre conteúdo protéico, vitamínico ou balanceamento. A segunda é a qualitativa, segundo a qual as classes privilegiadas podem atender seus desejos e conveniências e se abastecer de alimentos saudáveis e seguros.

Se no curto prazo teremos plantas produzindo plásticos, combustíveis e outros produtos inimagináveis até pouco tempo atrás, na área de alimentos a conquista de nichos específicos de consumidores levará à oferta de produtos incríveis. Isso pelo menos é o que demonstram as tendências analisadas pelo Brand Futures Group.

A nova cara do mercado

Após o trauma da vaca louca na União Européia, a contaminação de frangos por *salmonella* nos Estados Unidos, a polêmica sobre o uso de hormônios de crescimento, a contaminação da carne de frango, leite, ovos e derivados pela dioxina na Bélgica e a controvérsia sobre a engenharia genética em plantas e animais, a escolha de alimentos seguros e saudáveis se tornou exponencialmente mais importante. O



cenário nem é assim tão recente, se considerarmos por exemplo que a entrada da carne bovina com hormônios proveniente dos EUA está proibida há 10 anos na União Européia.

Materializam-se a preocupação com a segurança alimentar e os procedimentos de preparação dos alimentos – sinal óbvio e claro de que os cidadãos, principalmente os da União Européia, desejam conhecer as possíveis conseqüências da biotecnologia sobre a saúde e a ecologia.

Esse balizamento condiciona as novas tecnologias às preocupações de um mercado que, além de segurança, exige cada vez mais em termos de funcionalidade e conveniência dos alimentos.

No bad foods

Nos Estados Unidos estão sendo analisadas as possibilidades de alguns alimentos registrarem alterações de cor em seu sistema de rotulagem, à medida que ocorram vencimento de validade, exposição prejudicial a temperaturas inadequadas ou deterioração.

Na Malásia viabiliza-se a produção de alimentos dirigidos a hábitos alimentares ligados à religião, no caso dos países islâmicos – o que, convenhamos, é potencialmente um grande lance.

O vertiginoso interesse por bebidas saudáveis motivou pesquisas de informação criativas. Entre outros dados peculiares, chegou-se à estimativa de que no mundo há 1,4 milhão de hotéis com frigobares. São dezenas de milhões desses eletrodomésticos, prontos para receber sucos naturais de frutas, chás e bebidas distônicas, destinados à crescente massa da "geração saúde", incluindo a mais recente novidade que são frascos de água de 300-400ml contendo cafeína equivalente a uma xícara de café.

No grupo dos vegetarianos há quem adote esse regime por motivos éticos e ambientais; outros fazem essa opção por associação a uma vida que julgam mais saudável. Percentualmente é a seguinte a incidência de seguidores do vegetarianismo em alguns países europeus: Alemanha: 4,5%, Holanda: 4,4%, Reino Unido: 4,3%, França: 0,8%, Suíça: 0,75% e Polônia: 0,2%. Nos Estados Unidos calcula-se que 12 milhões de americanos se consideram vegetarianos, incluindo 25% de jovens. A transformação desses percentuais em números mostra um mercado promissor de milhões de consumidores.

No tocante a alimentos gordurosos e seus derivados, há uma ascendente massa de consumidores atentos a essas características. Um recente estudo mostrou que entre os americanos que lêem os rótulos sobre valor nutritivo, 74% focam

Antonio Herminio Pinazza *é engenheiro agrônomo, professor universitário e diretor executivo da Associação Brasileira de Agribusiness – Abag.*

o teor de gordura, 58% o teor de calorias, 56% o colesterol, 51% o sal e 41% o tamanho ou a quantidade da porção.

Nem o leite escapa, pois os consumidores preocupados com gordura saturada e colesterol assumem uma dieta livre de produtos de origem animal, substituindo-os por produtos à base de soja, arroz e amêndoa. Esses produtos ocupam cada vez mais espaço, como acontece com as bebidas leves e *diet*.

A era dos alimentos funcionais

Uma nova categoria de produtos, impulsionada pelos *experts* em medicina e nutrição, está surgindo no mercado. Sua finalidade é proporcionar uma nutrição básica superior. O movimento de mercado provocado por esses produtos está longe de poder ser considerado pífio. Especialistas acreditam que brevemente muitos produtos poderão ser adquiridos em supermercados sob a denominação de alimentos funcionais ou medicinais.

Avança-se no objetivo de ligar a imagem de alguns alimentos com benefícios para a saúde. Uma das mais famosas marcas de refrigerantes, talvez a maior delas, lançou um refrigerante destinado a adolescentes contendo um ácido (DHA) para facilitar o emagrecimento, o que provocou grande controvérsia.

No Japão algumas bebidas têm adição de substâncias para reduzir o risco de cáries. Desde 1992 mais de 75 produtos japoneses foram aprovados como alimentos com características medicinais, entre os quais se incluem proteínas modificadas em arroz destinadas a pessoas alérgicas e leite com fosfato para quem sofre de cálculos renais. Na Europa cientistas vêm produzindo um tomate com nível de beta-caroteno quatro vezes superior ao normal.

Também entre as novidades, na área das bebidas há preparados nutritivos disponibilizados para consumidores de idade mais avançada e bebidas que englobam vários tipos de finalidades, ou seja, perda, ganho ou manutenção de peso, acrescidos de bem-estar geral.

Nesse campo as oportunidades são muitas e as peculiaridades também, com destaque para água com suplementos nutritivos (*ginko biloba*, *ginseng*, vitaminas), *fast food* vegetariana, dispositivo digital para análise nutricional (considerando idade, histórico familiar, estilo de vida), para recomendação de vitaminas, suplementos, opção alimentar e outros.

Seguindo a tendência mundial, no mercado brasileiro também já se encontram à disposição dos consumidores produtos considerados funcionais: leite enriquecido com ferro contra anemia, ovos com baixo teor de colesterol, margarina sem gordura saturada.

O jogo da conveniência

As facilidades doravante devem ser sempre dirigidas para a praticidade e conveniência dos consumidores. Nessa direção já se observam supermercados agrupando alimentos num determinado setor do estabelecimento, evitando que o usuário perca tempo percorrendo várias gôndolas para completar a compra de uma refeição.

Essas ações procuram se adaptar aos novos estilos de vida surgidos com a entrada cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho e ao crescente contingente de pessoas *single*. Para esses – e também para os demais –, o tempo destinado a planejamento, compras e preparo de alimentos tende a ficar cada vez mais reduzido.

Nos EUA, consulta dirigida a determinado grupo de consumidores mostrou que a preparação de alimentos reduziu-se de uma média de 25 minutos para algo em torno de sete a 15 minutos. Apurou-se que até as 16 horas os consumidores não costumavam ter decidido, e portanto não sabiam, o que iriam comer no jantar – sinal do grande potencial de consumidores para os alimentos prontos e/ou semiprontos disponibilizados em lojas de conveniência.

Um tipo de consumo que vem se acentuando nos EUA é o de refeições prontas, disponíveis em empresas especializadas. Um estudo específico constatou que o uso de restaurantes aumentou entre 1986 e 1996. Mas as pessoas não os procuram para desfrutar do local: do total das refeições, 57% estavam sendo servidas a pessoas que iam aos restaurantes comprar comida e levar para casa.

Criou-se então um nicho de fornecimento de comida pronta, com empresas oferecendo itens individuais, refeições completas ou por encomenda.

Em função do jogo da conveniência (e da crescente demanda) há um constante e gradativo aumento de oferta de uma incrível variedade de alimentos congelados, comprovado pelo fato de a indústria do setor registrar um crescimento mundial de 6% ao ano.

Na verdade o potencial de crescimento da indústria de congelados é incalculável, como demonstra um estudo de mercado feito na China, onde 1/3 dos residentes em grandes cidades adquirem alimentos congelados e cerca de 3/4 da população rural gostariam de consumir alimentos congelados, se tivessem energia ou se pudessem. Na Alemanha, onde 57% das mulheres trabalham fora e 36% são pessoas solteiras, a venda por conveniência é elevada e atinge um consumo *per capita* anual de 19,4kg, excluindo aves.

No Brasil ganha campo o segmento dos semiprontos – alimentos frescos para consumo em curto prazo, que requerem pouco tempo de preparo. Incluem pizzas, cortes de carnes limpos e embalados, vegetais prontos para serem cozidos ou usados em saladas.

Estima-se que até 2005 haverá um crescimento de aproximadamente US$28 bilhões de arrecadação proveniente de alimentos preparados fora de casa.

DEPOIS DA VACA LOUCA NA UE, DOS frangos com *salmonella* nos EUA, da polêmica sobre o uso de hormônios, de leite, ovos e derivados com dioxina na Bélgica e da controvérsia sobre alimentos modificados, a escolha de alimentos seguros e saudáveis se tornou exponencialmente mais importante.

Alimentos por faixa etária e por cultura

A busca de um estilo de vida saudável e seguro faz crescer a demanda por alimentos e bebidas destinados a dietas especiais e dirigidas aos mais variados grupos de idades. Exemplo disso são as tentativas de criar versões adultas de produtos tradicionalmente destinados a *teens*.

Também a cozinha multicultural está em alta, tendência que incide mais sobre a geração

jovem, principalmente em suas viagens, mais aberta a testar alimentos de diferentes tipos. Nos EUA os restaurantes étnicos abocanharam 26% do mercado sob a influência da diversidade cultural. Seguindo a onda, as cadeias de *fast-food* já oferecem aos consumidores comida chinesa, japonesa, jamaicana etc.

As próximas tendências

Alimentos cozidos deverão perder espaço para as dietas cruas ou em estado natural, tudo em nome da nutrição plena.

A água incorporará um *blend* para cada momento que se viva, ou seja, para uso diário será um tipo, após exercícios físicos será outro e para diversão ou passatempo haverá uma outra mistura.

À medida que a pesquisa genética avançar, teremos alimentos específicos para diferentes doenças, e as pessoas poderão usar uma combinação apropriada à cura de seus males. Os pais serão os primeiros a descobrir os benefícios dos alimentos dirigidos e usá-los de acordo com um planejamento alimentar para seus filhos.

As gôndolas de alimentos logo mostrarão variedades de produtos até então impensáveis.

O terceiro milênio, bem próximo, já se manifesta irrequieto demais para o gosto de muitos. Na área de alimentos, nem se fala. Por isso muitos respeitáveis executivos sequer conseguem pensar em outra atividade econômica que não seja a de alimentos, com maiores expectativas de desenvolvimento e expansão.

Imagine-se então quando as empresas ligadas às *life sciences* fizerem a cabeça dos consumidores, convencendo-os de que comprovadamente os novos alimentos são mais seguros e saudáveis.

O futuro chegou

Com base em projeções da World Future Society (WFS), as tendências alimentares que citamos serão até conservadoras, considerando-se que entre 1996 e 2000 haverá 10 vezes mais mudanças do que entre 1980 e 1995 e que nos próximos 15 anos o conhecimento dobrará a cada 80 dias (atualmente dobra a cada dois anos). Para quem duvidar dessa projeção, a WFS vai mais longe e prevê que em 2010 o PIB do Japão se constituirá de 75% de produtos ainda não inventados.

Um fortíssimo indicador do imensurável crescimento reservado ao mercado alimentar, impulsionado pelo jogo de conveniência e funcionalidade, é a previsão de que daqui a 20 anos 80% da população residirá em regiões metropolitanas (em 1900 era 1%) e ninguém poderá perder muito tempo na cozinha.

Se a concentração geográfica populacional for um indicador consistente para a implantação de políticas regionais ligadas à segurança alimentar, os organismos competentes têm um vasto campo de ação, pois em 2025 a população mundial estará em torno de 8,4 bilhões de pessoas. Dessas, 57% serão habitantes de nações em desenvolvimento, exigindo segurança alimentar qualitativa, e as outras 33% se localizarão em países atrasados, suplicando por segurança alimentar quantitativa. Quem viver, verá.

CAFÉ

Chuvas bem-vindas

Comparando com os últimos seis anos, sobretudo nos quatro meses que antecedem a florada, 1999 é o ano de menor nível de chuva

ARMANDOMATIELLI

Passando pelas nossas principais regiões cafeeiras, percebemos os resultados do período de seca sobre as plantas. Tivemos um baixíssimo nível pluviométrico nos últimos quatro meses nas regiões do Triângulo, Sul e Sudeste mineiros.

O demonstrativo numérico nos dá uma clara visão da gravidade do problema que poderemos enfrentar se a seca perdurar. Os dados do Mara – Procafé/Varginha – em Minas não registram déficit hídrico na média. Mas em 30 de julho deste ano já se registrou um déficit hídrico de 83. Se agosto for tão seco como habitualmente e em setembro as chuvas se atrasarem, poderemos prever sérios prejuízos na produtividade da safra vindoura, principalmente se a temperatura for mais elevada que o normal nessa época do ano, pois a formação das flores decresce em temperaturas mais elevadas, chegando até a faltar floração quando as temperaturas atingem 30°C durante o dia e 23°C à noite.

Tempo de seca, tempo de chuva

É interessante um período de seca na fase de repouso, que

Sul de Minas: mensurações pluviométricas

Milímetros de chuva

	1994	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*	*1999*
Abril	92	93	81	123	89	5
Maio	111	103	81	36	93	19
Junho	20	21	48	68	0	37
Julho	8	0	0	14	0	7
Total	231	217	210	271	182	68

Fonte: Sindicato Rural de Guapé – Sul de Minas.

Armando Matielli *é engenheiro agrônomo.*

Triângulo Mineiro: mensurações pluviométricas

Milímetros de chuvas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Abril	93,1	64,5	71,5	59,2	74,8	50,6
Maio	67,3	178,5	26,3	45,2	85,2	2,0
Junho	8,4	0,0	0,0	83,0	11,5	13,0
Julho	6,0	0,0	19,5	0,0	0,0	13,0
Total	174,8	243,0	117,3	187,4	171,5	78,6

Fonte: Carcafé – Patrocínio – Triângulo Mineiro.

Zona da Mata, fazenda Heringer: mensurações pluviométricas

Milímetros de chuvas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Abril	153,0	70,0	95,0	26,0	216,5	78,0
Maio	77,0	78,0	20,0	33,0	88,0	20,0
Junho	25,0	0,0	14,0	30,0	9,0	0,0
Julho	9,0	6,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	264,0	154,0	129,0	89,0	313,5	98,0

Fonte: Fazenda Heringer/Zona da Mata.

vai de junho a setembro, quando uma deficiência hídrica chega a estimular o abotoamento, provocando uma florada mais uniforme no reinício da estação das chuvas. Mas antes dessa fase de repouso as chuvas são necessárias como condição ideal.

Isso não ocorreu. Em 1999 esses meses foram extremamente secos, quando comparados à média de chuvas dos outros anos. No período citado de 1999 choveu por volta de 1/3 da média dos últimos anos, o que já se percebe nas lavouras prejudicadas.

A deficiência hídrica pode provocar prejuízos de 30% ou mais na produção, dependendo da extensão do problema.

Zona da Mata: mensurações pluviométricas

Milímetros de chuvas

	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Abril	117,6	63,8	94,8	30,2	25,4	36,5
Maio	41,4	34,2	51,0	27,4	72,5	2,0
Junho	20,0	5,0	0,8	25,2	0,2	13,2
Julho	5,8	6,8	0,0	5,4	0,5	0,0
Total	184,8	109,8	146,6	88,2	98,6	51,7

Fonte: UFV/Pluviometria na Zona da Mata.

Há indícios da possibilidade de uma safra de 40 milhões de sacas para 2000/2001. Existem condições e potencial para isso, mas se a seca continuar e provocar um prejuízo na produção – de aproximadamente 30%, por exemplo – teremos menos de 30 milhões de sacas beneficiadas.

Enrascada logística

Exportando os níveis dos últimos anos e consumindo nossas necessidades internas, teremos em junho de 2000 um estoque baixíssimo, um dos mais baixos do século. E se no próximo ano a safra ficar ao redor de 30 milhões de sacas por causa da seca atual, podemos dizer que estaremos em uma enrascada logística para os anos vindouros.

De 2,2 milhões de hectares plantados de café, sabe-se que somente 5% são irrigados e 95% estão à mercê do tempo.

Portanto, o momento é de grande preocupação para o setor cafeeiro. Resta rezar para São Pedro para que ainda tenhamos chuvas suficientes. Para produzir os 40 milhões de sacas beneficiadas de que necessitamos é preciso mais que apertar um botão.

OFERTA

Ao sabor do mercado

É no mercado que as expectativas do lucro ou os dissabores do prejuízo se materializam

CLÓVIS OLIVEIRA DE ALMEIDA

Clóvis Oliveira de Almeida *é pesquisador da Embrapa Mandioca e Fruticultura, professor colaborador do Curso de Pós-Graduação em Ciências Agrárias da UFBA e doutor em economia aplicada pela Esalq/USP.*

O autor agradece ao pesquisador da Embrapa Luiz Francisco da Silva Souza pelas críticas a uma versão anterior deste artigo.

Em épocas de mudanças rápidas na economia, o conhecimento e o monitoramento do mercado são questões de sobrevivência, imprescindíveis para identificar as ameaças e as oportunidades.

É preciso conhecer bem os principais competidores. Passa por essa etapa o levantamento da origem, do tipo e da qualidade do produto, da época e capacidade de fornecimento, do mercado-alvo, do nível tecnológico e da estrutura de custos de produção e transporte.

Em busca do prêmio – ou não

É necessário atender a preferência e a exigência dos consumidores. Se o mercado paga um prêmio na forma de melhores preços por um produto de melhor qualidade, a busca de qualidade é uma estratégia para se manter e ampliar mercado e ganhar flexibilidade no processo de negociação de preços. Se não paga, é suficiente manter o padrão médio de qualidade do produto existente no mercado. Tentativas unilaterais não planejadas de elevação do padrão de qualidade podem conduzir a perda de receita líquida, se o contrato com o comprador não for firmado antecipadamente.

As variações esperadas no preço do produto e na renda do consumidor também são essenciais para simular possíveis cenários de oferta e demanda glo-

bais e de impacto de situação econômica do país. A tendência de consumo é também uma informação relevante para orientar a produção em função das eventuais mudanças nas preferências e exigências dos consumidores.

A natureza da produção agrícola exige um efetivo controle de todas as informações de mercado para que as expectativas de retorno sejam concretizadas e os dissabores do prejuízo sejam evitados. A influência do componente climático na produção e a defasagem entre oferta planejada e efetiva introduzem um forte componente de incertezas quanto à oferta individual e global, quanto aos preços vigentes no mercado e quanto à qualidade do produto. A separação temporal entre o plantio e a colheita também introduz incertezas quanto à demanda agregada – afetada pela situação e políticas econômicas do país – à época da colheita/comercialização.

Uma política econômica restritiva afeta a renda dos consumidores, afetando também a demanda doméstica de produtos, com impactos variando conforme a sensibilidade da demanda às variações na renda.

Demanda externa, um caso à parte

Quanto à demanda externa, se o país é tomador de preços no mercado internacional do produto – situação do Brasil para a maioria dos produtos agrícolas que comercializa – as políticas domésticas não exercem qualquer efeito sobre a curva de demanda internacional de um produto do país em questão, que, por pressuposição, é perfeitamente elástica. O que ocorre então é que, a depender da política, o país pode ganhar ou perder competitividade, no sentido de aumentar ou diminuir a rentabilidade de suas exportações em moeda doméstica.

É o caso de uma valorização cambial, que pode tornar o preço do produto, em moeda doméstica, não compatível com o custo de produção. O país termina por perder competitividade. Do ponto de vista doméstico, isso é visto como um deslocamento horizontal para baixo da curva de demanda internacional do produto do país que valorizou a sua moeda.

Em todos os casos, se o produto for perecível a situação se complica ainda mais. Produto perecível exige um processo ágil de comercialização para minimizar as perdas, não permitindo manobras com estoques para ganhar preço. A opção que resta é o planejamento e o escalonamento da produção. O primeiro passo nesse sentido é escolher o período de venda e só depois o de produção.

SE O MERCADO PAGA O PRÊMIO DE melhores preços por um produto de melhor qualidade, a busca de qualidade é uma estratégia para se manter e ampliar mercado. Se não paga, é suficiente manter o padrão médio de qualidade do produto existente no mercado.

Preços mal e bem formados

No Brasil geralmente se faz o contrário: primeiro se produz e só depois se pensa em vender. Se o produto for perecível e não-estocável, o período de venda é determinado pelo período de oferta. Se o período de oferta coincidir com o de preços em declínio, os dissabores do prejuízo se materializam.

Para escolher o período de produção, a análise de sazonalidade de preços é uma ferramenta útil, embora não suficiente, especialmente em economias abertas onde existe a possibilidade de os preços na entressafra serem mais baixos do que os vigentes no período da safra, em função da política de importação do país. As importações podem impor mudanças no padrão sazonal de preços no mercado doméstico.

Salvo raras exceções, no Brasil os empresários agrícolas ainda padecem de um frágil mecanismo de orientação de preços. A falta de transparência no processo de formação de preços ainda é um sério problema. Em geral, os preços são mal levantados e refletem apenas a situação de curto prazo, sendo de pouca utilidade para o planejamento da produção. Os preços levantados pouco informam sobre o padrão de qualidade, em especial no caso das frutas e hortaliças, desestimulando a busca permanente de ganhos de qualidade em larga escala.

Em países mais desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos, o sistema de formação de preços permite que a produção seja planejada com base na tendência futura dos preços projetada para um período de até dois anos. O mercado futuro é um poderoso caminho para sinalizar a tendência de preços, servindo como orientador da produção e do consumo.

Questões para reflexão

Um país que pretenda ser líder no mercado internacional de um produto pode conviver com um mercado interno desorganizado e totalmente desconectado dos padrões



de qualidade estabelecidos nos principais mercados importadores? Essa duplicidade não acabaria por impor limites ao esforço exportador do empresário, que tem como um dos balizadores o diferencial de rentabilidade auferido entre os mercados externo e interno e o grau de exigência em qualidade? As exportações não seriam concentradas em poucos produtos? Não haveria necessidade de recursos públicos para alavancar as exportações? As exportações seriam sustentáveis no longo prazo?

Em AGROANALYSIS de julho deste ano (p. 33-5), mostramos que as transações no mercado internacional são realizadas entre parceiros tradicionais, exigindo que se mantenham preços competitivos, regularidade quanto a oferta, padronização e qualidade. Só desse modo é possível estabelecer uma relação confiável e duradoura, essencial para que o país possa ter uma inserção ativa e competitiva no mercado internacional. O custo de negligenciar esse fato pode ser a perda da condição de exportador.

A exportação não pode ser vinculada aos excedentes do mercado interno. Para se estabelecer nos mercados externo e interno é preciso traçar uma estratégia capaz de atender às especificidades de cada um.

Oferta agrícola ao sabor do mercado ainda é uma difícil tarefa no Brasil, e impõe desafios ainda por transpor.

DÍVIDA AGRÍCOLA

Velho estigma

Prejudicado por equívocos econômicos, o setor agrícola é ainda o grande desconhecido da opinião pública

LUIZANTONIOPINAZZA E REGISALIMANDRO

"A vida é uma escola onde a gente precisa aprender a ciência de viver pra não sofrer."
Da letra de *Pra machucar meu coração*, de Ari Barroso.

O recente episódio em torno da renegociação das dívidas dos agricultores com os agentes financeiros ocupou largo espaço na mídia. Pena que, com raras exceções, o assunto tenha sido tratado de maneira tão superficial e precária. Poucos veículos se preocuparam em fornecer informações capazes de esclarecer o grande público. Uma divulgação confusa associou as notícias sobre as dívidas dos agricultores aos movimentos ligados ao *caminhonaço* e à marcha dos 100 mil.

Como sempre acontece em casos similares, passada a turbulência dos primeiros momentos, as notícias rareiam e tudo volta à serenidade. Ficaram pelo menos algumas lições e um aprendizado. Para a classe produtora rural em particular, significou um episódio estéril que só serviu para prejudicar ainda mais sua imagem no contexto social.

As lideranças rurais e dos agronegócios precisam quebrar a passividade com que costumam encarar esse estado de coisas. Já passou da hora de se aperceberem da premência com que necessitam montar um plano competente de comunicação com a sociedade urbana. Não tem bastado ao campo apenas cumprir bem a sua função; cabe-lhe também mostrar a real contribuição do seu trabalho para o desenvolvimento econômico e social do país. Parte dessa tarefa cabe também ao governo – que para isso precisa estar mais sensibilizado quanto à importância do setor. E isto só acontecerá se a agricultura tiver imagem positiva junto ao público urbano.

Se porventura fosse feita uma pesquisa para avaliar o que sabem os cidadãos brasileiros sobre o desempenho da agricultura, somente no período pós-Plano Real, para que não se diga

E-mail: pinazza@agroceres.com.br e regis@fgv.br



que as referências vieram do túnel do tempo, os resultados seriam provavelmente – e sem surpresas – muito pouco animadores.

Um *marketing* estratégico

Mas é acendendo as luzes que se acaba com a escuridão. Não faltam alternativas para modificar o contexto atual. De passagem, podemos mencionar pelo menos duas constatações riquíssimas quanto ao desempenho da agricultura, prontas e disponíveis para despertar a criatividade dos marqueteiros:

- os índices de preços dos alimentos e fibras evoluíram em menos de um terço das taxas de inflação do conjunto da economia, o que faz pensar na segurança alimentar;
- seguidos ganhos anuais de receita de divisas, num acumulado de quase R$30 bilhões, indicam as vantagens comparativas e competitivas do agribusiness.

A bem da verdade, na elaboração de um plano para o agronegócio nacional, as políticas ligadas à imagem e à geração de renda no campo teriam que ser eminentemente estratégicas. Seria um erro crasso concebê-las e implementá-las sob expectativas imediatistas. Só se podem esperar resultados satisfatórios a partir de uma visão muito ampla e de horizonte temporal de médio e longo prazos.

Só nessa linha é possível analisar clara e efetivamente os fatores da inadimplência da agricultura. Nesse sentido, vêm a calhar os ganhos de produtividade e a perda de renda do campo apresentados por AGROANALYSIS, em abril de 1999. São demonstrações fundamentais e oportunas para despertar a atenção de políticos, empresários e lideranças ligadas ao setor.

PASSADA A TURBULÊNCIA DOS primeiros momentos, as notícias rareiam e volta o silêncio. Ficou pelo menos uma lição para a classe produtora rural em particular: a renegociação das dívidas foi outro episódio estéril que só serviu para prejudicar ainda mais sua imagem no contexto social.

Descompasso nas contas

Entre os tomadores de decisão do governo e da iniciativa privada há um sólido consenso sobre as conseqüências dos encargos financeiros no crédito rural. Representados pelos juros e índices acoplados à inflação, eles inviabilizaram nefastamente a economia de grande número de propriedades rurais, submetidas a margens de produção continuamente achatadas. Essa é a razão básica para explicar a massa de recursos que compõem o endividamento dos mutuários do crédito rural.

Muito já se discutiu a respeito da perversidade dos planos governamentais de congelamento de preços e salários sobre a agricultura. Todos descompassaram as contas do ativo e passivo das propriedades. O mais perverso foi o Plano Collor, de março de 1990, que corrigiu os débitos em 84,32% e os preços mínimos em 41,28%. Isso porque a legislação determinava que os débitos agrícolas fossem corrigidos pelo mesmo percentual aplicado às cadernetas de poupança, uma das fontes de recursos do crédito rural. Poucos comentam, porém, que apenas a parcela liberada da poupança foi corrigida em 84,32%. A parcela retida, que só retornou a seus titulares em suaves prestações mensais, foi corrigida em 41,28%. Este foi certamente o principal ins-

Banco do Brasil: operações de crédito rural

Faixa (R$)	*Valor*			*Devedores*	
	Total (R$ milhões)	*Médio (R$)*	*Part.%*	*Número*	*Part. %*
De 1 a 10.000	1.413	2.751	5,89	513.658	73,21
De 10.001 a 50.000	3.849	28.556	16,03	134.774	19,21
De 50.001 a 200.000	4.992	129.849	20,79	38.446	5,48
De 200.001 a 500.000	3.487	331.172	14,52	10.530	1,50
De 500.001 a 1.000.000	1.376	664.097	5,73	2.072	0,30
Acima de 1.000.000	8.892	4.082.736	37,04	2.178	0,31
Total	24.009	34.218	100,00	701.858	100,00

*Saldo dos empréstimos rurais tomados no Banco do Brasil, excluídas as operações sem chances de recebimento.
Fonte: Banco do Brasil/Ministério da Agricultura.

Alongamento das dívidas do crédito rural

Saldo devedor	*Bônus*	*Pagamento*
Até R$10 mil	Bônus de 30% nas dívidas securitizadas e do Funcafé para os produtores adimplentes	Prorrogação da parcelas de 1999 e 2000 para os dois anos subseqüentes ao término do contrato
Acima de R$10 mil	Bônus de 15% para os produtores adimplentes	Pagar 20% da prestação de 1999 e 30% da prestação de 2000
Acima de R$200 mil do Pesa	Redução de dois pontos percentuais nos juros de 8% e 10% Renegociação prorrogada para operação até 31 de dezembro de 1999	Os saldos de 80% e 70% devem ser quitados a partir da última parcela da operação

Custo da renegociação

R$ milhões

Ano	*Valor*
1999	287
2000	317
2001	579
2002	449
2003	449
2004	449
2005	449
2006	449
2007	449
2008	449
2009	449
2010	449
Total	5.584

Fonte: Ministério da Fazenda.



trumento utilizado para inflar artificialmente a dívida agrícola, tornando-a impagável, a menos de liquidação patrimonial.

A ausência de vontade política para acertar em tom definitivo o emaranhado das operações de crédito rural criou o gritante quadro atual de anomalia: no Banco do Brasil existem aproximadamente 701,8 mil produtores com dívidas a pagar correspondentes a R$24 bilhões.

Números do assombro

Dos R$7 bilhões envolvidos na securitização foram pagos 50% e 26% dos valores previstos (R$ 700 milhões e R$1,1 bilhão), respectivamente, em 1997 e 1998. No próximo 31 de outubro vence mais uma parcela de R$1,150 bilhão. No Programa Especial Sobre Ativos (Pesa) foram negociados até 2 de agosto R$2,109 bilhões. O governo calcula em R$11 bilhões a totalidade dos empréstimos vencidos e não pagos – quantia que contabiliza as dívidas vencidas há mais de 90 dias e inclui créditos vencidos há mais de seis meses e sem garantias suficientes às instituições financiadoras.

Com tal taxa de inadimplência, a temperatura subiu com o projeto de autoria do deputado Augusto Nardes, presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, que amplia o prazo de pagamento para 20 anos com quatro de carência, reduz os juros para 3% ao ano, estabelece, na prática, o recálculo das dívidas e cria um bônus redutor das prestações. Conforme as autoridades, o impacto dessa proposta para o Tesouro Nacional ultrapassaria os R$15 bilhões e geraria um enorme rombo no orçamento. Além disso criaria uma *benesse* para poucos mutuários que seriam os grandes beneficiados com dinheiro público.

A reação do governo e da mídia foi imediata, principalmente diante do fato de que a aprovação do projeto em plenário dependeria do apoio da maioria simples dos deputados (metade mais um, com 257 presentes na sessão). Nada impossível, quando se sabe que a bancada ruralista mobiliza 195 parlamentares.

Um antigo estigma

Nessa altura, de forma totalmente passional, ressurge na formação da opinião pública o surrado estigma de que o setor é formado somente de latifundiários, caloteiros, poluidores do meio ambiente e outros predicados desabonadores. Um julgamento injusto que não espelha o nível de produtividade e qualidade praticado pelos agricultores nacionais. Uma generalização que hoje parte da exceção.

De qualquer modo, o projeto não passa pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara por inconstitucionalidade. Geraria despesas ao Tesouro Nacional ao conceder desconto para quem pagar as parcelas em dia e cria uma comissão para fiscalizar a renegociação das dívidas. As duas iniciativas são exclusivas do Poder Executivo.

Para contemporizar o embate entre os aliados do Palácio do Planalto e a proposta ruralista, as autoridades governamentais abrem mão da concessão de medidas para suavizar a curto prazo os débitos dos agricultores com a publicação da Medida Provisória 1918. A amplitude e a abrangência da decisão são discutíveis. As operações refinanciadas remontam a R$4,5 bilhões neste ano e em 2000. Esse valor, somado aos R$8,4 bilhões refinanciados em 1996, totaliza R$12,9 bilhões. Até 2010 o custo da renegociação absorverá R$5,5 bilhões.

Tenta-se assim virar mais uma página na complicada história recente do crédito rural no país. Mas ainda existem muitas outras a serem escritas. Não pode se dar por encerrado o problema do endividamento. A continuar o quadro de falta de renda no campo, novamente a questão ressurgirá com toda força. É fundamental financiar a atividade primária. Contudo, o crédito rural não é o único mecanismo disponível. Já existem outros instrumentos mais contemporâneos e capitalistas que poderiam atender a uma parcela significativa do setor a baixo custo. Alguns destes instrumentos ainda não estão operando a plena carga porque as taxas de juros no Brasil permanecem em patamar incivilizado.

De todo modo é impossível tapar os olhos e ignorar que a agricultura é subsidiada nos países mais ricos do mundo. Será diferente no Brasil?

Suco de laranja

No bagaço

A parcimônia da indústria de SLCC para comprar laranja faz cair a cotação e ameaça os produtores independentes

Irene Raguenet Troccoli

O segmento citrícola brasileiro está às voltas com a comercialização da safra de laranjas 1999/00. E o desenrolar dos acontecimentos não está agradando a muitos produtores da fruta.

As empresas esmagadoras de laranja estão adquirindo a matéria-prima em ritmo muito lento, dando preferência à produção de seus próprios pomares e à proveniente de citricultores com que mantêm contrato de fornecimento. Esse procedimento tem depreciado os preços pagos aos citricultores independentes, em especial os que oferecem variedades exclusivamente industriais – como é o caso da *hamlin*. Das zonas de produção chegam relatos de que a queda nas cotações da fruta oscilaria entre 15% e 30% – dependendo da variedade – em relação ao recebido em junho durante o início da colheita.

Suco demais, laranja a menos

A indústria processadora divulgou na mídia estar se comportando assim devido ao seu desinteresse em agregar mais suco a seus estoques. No fim do último mês de maio – ou seja, um mês antes do término oficial do ano-safra 1998/99 –, a quantidade da bebida em poder das empresas paulistas foi avaliada pela Associação Brasileira da Indústria de Suco Cítrico (Abecitrus) em 348,3 mil toneladas, nível 12% e 47% maior, respectivamente, do que o de um ano e o de dois anos antes.

No entanto, o estoque final oficial da temporada 1998/99, registrado no fim do último mês de junho, ficou em 354 mil toneladas, representando 15% a menos do que o nível registrado um ano antes. Isso sugere que o verdadeiro motivo para a menor remuneração pela matéria-prima estaria em sua muito ampla oferta, gerada pelo desaquecimento do mercado da laranja *in natura* e pela menor absorção projetada pelas empresas processadoras de suco.

Vale, aqui, explicar-se melhor por que se formam estoques de SLCC na passagem de uma safra para a outra. Isso porque esse fenômeno pareceria incompatível com os dados constantes dos balanços anuais de oferta e demanda brasileiras do produto, que apontam repasse total ao exterior do SLCC produzido a cada ano – o que deveria, portanto, *zerar* os estoques da indústria, não deixando nenhuma sobra que pudesse afetar as negociações de compra de novas safras.

A explicação reside, obviamente, no *gap* que acontece entre o esmagamento da fruta e seu despacho para outros países. Essa defasagem entre a obtenção da bebida – produto estocável, contrariamente à fruta – e sua exportação é o que determina a formação de reserva do SLCC junto às empresas. E, conseqüentemente, o maior ou menor interesse dessas em adquirir laranja aos citricultores na época de nova colheita.

Numa época de altíssimo custo de manutenção de estoques, nada mais natural, portanto, do que a preocupação do complexo industrial do SLCC em ser prudente na aquisição de sua matéria-prima. Pelos cálculos da Abecitrus, na safra recém-finda, o montante deste custo, referido a caixas de laranjas, já teria chegado a US$0,64, patamar 2,5 vezes mais elevado do que o das duas temporadas precedentes. Esse diferencial será ainda maior se se levar em consideração o recente aumento na cotação internacional do SLCC para patamares acima de US$1 mil/t a 65º Brix.

Três caminhos

Por outro lado, é evidente que essa política das empresas terá conseqüências sobre o segmento produtor de laranjas, vez que estaria ameaçando a sobrevivência dos citricultores independentes que não tenham contrato de fornecimento. A solução para esse impasse passa a depender de três elementos: ou eles conseguem se tornar fornecedores contratados, ou conseguem obter lucro mesmo com os baixos preços recebidos, ou conseguem repassar sua produção ao mercado de fruta de mesa.

No primeiro caso, pode-se dizer que tornar-se contratado de uma ou mais empresas depende de uma série de fatores, tais como o acordo sobre o preço negociado, a distância dos pomares à empresa adquirente, e a dis-

Custo do financiamento de estoques de suco de laranja concentrado congelado

1996/97 a 1998/99

Item	*1996/97*	*1997/98*	*1998/99*
Volume [1]	146	310	348
Valor do estoque [2]	146	310	348
Taxa de juros	0,065	0,065	0,16
Custo financeiro [3]	9,5	20,2	55,7
Custo por tonelada [4]	65	65	160
Custo por caixa [5]	0,26	0,26	0,64

[1]Mil toneladas; [2]Estimado em US$1.000/t; [3]US$ milhões; [4]US$ mil; [5]US$.

Fonte: Abecitrus.

tribuição varietal da colheita. Obviamente, a satisfação a essas exigências não está ao alcance de todos os citricultores, sugerindo uma maior vantagem para aqueles de maior fôlego financeiro. Vale notar, a propósito, que esse fato reforça a crença de que, a longo prazo, venha a ocorrer uma modificação no perfil da produção de laranjas no estado de São Paulo, com a gradual expulsão dos produtores mais frágeis, além do já observável aumento da produção própria das empresas.

No segundo caso, é evidente que existem citricultores aos quais os preços atualmente pagos pela agroindústria são superiores a seu custo de produção – afinal, as empresas esmagadoras dependem da laranja de terceiros, e não interessa a elas forçar todos esses a saírem da atividade. No entanto, este ajuste entre custos e preços recebidos obviamente depende de investimentos em tecnologia nos pomares, cujos custos não podem ser cobertos pelos citricultores de baixa capitalização. Esse fato reforça a crença apontada no parágrafo anterior, de que os produtores de laranja com menor capacidade financeira – normalmente os de menor porte – terminem por abandonar o ramo.

Quanto ao recurso ao mercado de fruta fresca, ele ainda é muito pequeno (menos de 30% da demanda total) para ser visto como opção consistente em momentos de retração das compras por parte das esmagadoras.

De qualquer forma, o panorama negocial no complexo citrícola brasileiro permanece muito conturbado, conforme os preços pagos pelas empresas vêm desagradando aos citricultores independentes. Não foi por outro motivo que, no fim de agosto, a Associação Brasileira de Citricultores (Abracitrus) denunciou as empresas esmagadoras ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por cartelização, revivendo o confronto registrado, pelos mesmos motivos, há exatos quatro anos.

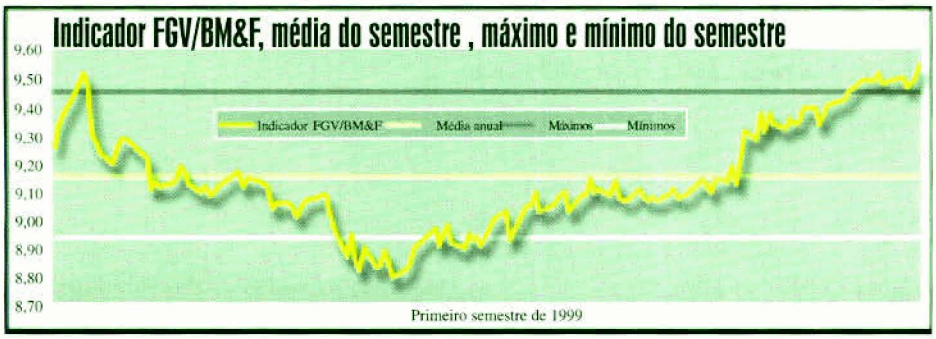
E-mail: irene@fgv.br

Indicador FGV/BM&F

Preços elevados

Agentes do mercado futuro de milho acreditam em preços acima do ponto máximo para o médio e longo prazos

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA



Os preços do milho no mercado interno fortaleceram a tendência de alta no mês de agosto. Os agentes compradores passaram a exercer pressão maior nesse período, caracterizado pela forte demanda do milho de safrinha (segunda safra) e colheita e comercialização rápidas, se comparadas com as de outros anos.

Grandes compradores mostraram-se preocupados com a possível falta do produto para o final do ano, período de festas em que aumenta a demanda com o aumento da produção de aves. Algumas empresas anteciparam suas compras à colheita, direto com o produtor. Outras entraram no mercado buscando lotes para a formação de estoques de médio prazo.

A política do *just in time* era a estratégia utilizada até então pela maioria dos compradores. Mas é possível que haja escassez do produto por causa de problemas climáticos, que causaram quebra de safrinha em regiões importantes como Goiás, Mogiana em São Paulo e alguns trechos ao sul do Mato Grosso do Sul. No decorrer dos dois últimos anos uma redução razoável da disponibilidade do milho argentino, devido à menor oferta para este ano, juntamente com o ajuste cambial que fez aumentar o custo de importação passaram a influenciar diretamente a estratégia de compra dos grandes consumidores.

A partir de meados de junho os preços do milho CIF posto Campinas, mais ICMS, ultrapassaram R$9,15, ponto médio do semestre. Antes o preço oscilou sempre abaixo do ponto médio, chegando em certos momentos a operar abaixo do preço mínimo do semestre, R$8,93. Confirmada a quebra da safrinha em algumas regiões e a dificuldade de importar, os preços voltaram a subir e a ultrapassar o ponto máximo de R$9,45 no semestre.

Os agentes atuantes no mercado futuro de milho acreditam em altas mais elevadas para o médio e longo prazos. Os contratos para entrega em setembro estão sendo cotados a R$10,80, ou seja, bem acima do ponto máximo.

Nos contratos para novembro a expectativa de alta é ainda maior; os contratos para entrega nessa data são de R$ 11,90 a saca de 60kg.

A forte tendência de alta e a expectativa de escassez para os últimos meses do ano poderão influenciar na decisão de plantio para a próxima safra, deixando para a iniciativa privada a opção de incentivar o produtor com propostas de contratos para entrega do produto com preço prefixado, dando liquidez ao produtor de milho.

E-mail: roger@fgv.br

Feijão

Safra atrasada

O feijão carioca deve continuar subindo em São Paulo. A seca prolongada também contribui para a elevação dos preços

SANDRA HETZEL

O feijão carioca novo de boa qualidade já esta ficando escasso em São Paulo. O seu preço, que em 3 de agosto era de R$30,00/sc, subiu rapidamente em 30 dias para R$60,00 e deve continuar apresentando novos reajustes, em função das recentes notícias de que a nova safra já está atrasada devido à falta de chuvas (60 dias) em todo o estado de São Paulo.

Os produtores que estão colhendo fora do estado de São Paulo neste momento é que vão ser beneficiados. A expectativa de uma reação de preços anunciada a partir de setembro já era esperada devido à composição do preço do feijão posto SP, quando o produto provém de regiões mais distantes como Goiás e Barreiras (BA). Além do acréscimo no preço por conta dos custos de (ICMS, frete, carga/descarga, balança, chapa, corretagem), há uma disputa maior pela mercadoria, que é nova e de boa qualidade, levando as indústrias a ceder nas negociações, dadas as características do produto frente a suas necessidades (atender às redes de supermercados que normalmente fazem suas compras semanalmente).

A disputa maior ocorre quando há na região os tradicionais compradores (intermediários dos corretores) e os agentes de compras das próprias indústrias. A demanda, portanto, passa a ser a determinante e não mais a oferta, como de costume, elevando os preços do produto na lavoura.

Vale a pena lembrar que a queda nos preços do feijão permitiu às empresas boas aquisições, elevando os seus estoques (média de 20 dias) sem a preocupação de uma reação de preços a curto prazo, devido principalmente às notícias de que a safra este ano seria superior à passada e portanto sobraria mercadoria até o início da nova safra (prevista a partir de novembro).

É bem provável que devido à seca prolongada (falta de chuvas nestes últimos 60 dias), a colheita das águas sofra atraso, elevando ainda mais as cotações do produto no estado de São Paulo.

Portanto, quem tiver condições de irrigar o feijão já plantado deve fazê-lo, podendo obter um resultado satisfatório durante o mês de novembro, época em que praticamente não há grandes ofertas do produto. A previsão da entrada da safra do Paraná, que provoca queda na cotação do produto paulista em meados de dezembro, já começa a ser descartada, uma vez que a seca também prejudica a safra daquele estado.

Sandra Hetzel é consultora.
E-mail: shetzel@sti.com.br

Sim! desejo assinar Agroanalysis por um ano (12 edições).

Opções de pagamento, assinatura anual: Assinatura pessoa física ❑ Assinatura pela empresa ❑

❑ R$55,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$55,00 (ficha de compensação bancária)

❑ R$55,00 (cartão de crédito)

Nome: .....

Empresa: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: ..... Estado: .....

Tel.: ..... Ramo de atividade: .....

Função na empresa: .....

Data: ..... / ..... / ..... Assinatura: .....

Cartão de crédito (preencha caso tenha sido a opção escolhida)

Nome do cartão de crédito: ..... Nº do cartão: .....

Validade: ..... / ..... / .....

Visite nossa Home Page: http://www.fgv.br – email: assine@fgv.br

Praia de Botafogo, 190 – sala 607 ou Caixa Postal: 62.591 – CEP: 22252-970
Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22253-900 – Tel.: (21) 559-5543– 559-5544 – Fax: 559-5541

Ligue grátis 0800-21-7777

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Normas consolidadas

Neste mês merecem destaque a regulamentação da participação de não residentes em operações das bolsas de mercadorias e de futuros, com o objetivo de internalizar negócios antes feitos no exterior; e a consolidação das normas do Pronaf, programa destinado a amparar a agricultura familiar, cujas normas se encontravam dispersas, algumas até mesmo já sem validade.

Resolução nº 2.620, de 16 de julho de 1999, do Banco Central do Brasil – *Dispõe sobre concessão de prazo adicional para pagamento de financiamentos amparados por recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 30 de junho de 1999, tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da referida Lei, e 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º Autorizar a concessão de prazo, até 30 de setembro de 1999, para pagamento:

I - da primeira parcela de dívidas consolidadas e reescalonadas ao amparo da Resolução nº 2.416, de 14 de agosto de 1997;

II - de operações formalizadas ao amparo das Resoluções nºs 2.431, de 2 de outubro de 1997, e 2.476, de 26 de março de 1998;

III - de parcelas vencidas de operações originalmente formalizadas ao amparo de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), renegociadas com base no art. 1º, inciso IX, da Resolução nº 2.238, de 31 de janeiro de 1996.

Parágrafo único. A concessão do prazo adicional de que trata este artigo fica condicionada ao pagamento de 8% (oito por cento) do débito até 31 de julho de 1999, 8% (oito por cento) até 31 de agosto de 1999 e o saldo remanescente até 30 de setembro de 1999.

Art. 2º Fica a Secretaria de Produtos de Base, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em articulação com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, autorizada a transmitir ao Banco do Brasil S.A. as instruções complementares que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 2.581, de 23 de dezembro de 1998.

Resolução nº 2622, de 29 de julho de 1999, do Banco Central do Brasil – *Dispõe sobre a realização de operações de não residentes no país em contratos futuros de produtos agropecuários.*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 29 de julho de 1999, com base nos arts. 4º, incisos V e XXXI, e 57 da referida Lei, e nos arts. 1º e 3º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, modificada pela Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964, na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, e no art. 2º do Decreto-Lei nº 2.286, de 23 de julho de 1986, resolveu:

Art. 1º Autorizar as pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no exterior, fundos e outras entidades de investimento coletivo estrangeiros a realizar operações em bolsas de mercadorias e de futuros envolvendo contratos futuros referenciados em produtos agropecuários, admitidos a negociação nos termos da Resolução nº 1.190, de 17 de setembro de 1986.

Art. 2º É vedada a realização de estratégias operacionais que possam resultar em rendimento predeterminado, salvo se expressamente autorizada pelo Banco Central do Brasil.

Art. 3º Estendem-se aos investidores não residentes as mesmas exigências cadastrais e de limites operacionais aplicáveis aos residentes no país, em especial, quanto a informações cadastrais, margens de garantia e ajustes diários.

Art. 4º Os investimentos realizados nos termos desta Resolução sujeitam-se a registro no Banco Central do Brasil, na forma do disposto na Resolução nº 2.337, de 28 de novembro de 1996, modificada pela Resolução nº 2.406, de 26 de junho de 1997.

Art. 5º As bolsas de mercadorias e de futuros são responsáveis pelo registro do investimento externo no Banco Central do Brasil e pelas contratações de câmbio relativas às operações de que trata esta Resolução por conta dos comitentes.

Art. 6º Observada a regulamentação em vigor, ficam as bolsas de mercadorias e de futuros autorizadas a abrir conta de custódia no exterior, com vistas ao recebimento de títulos para atendimento às exigências de margem de garantia, e de conta corrente para as movimentações financeiras relacionadas exclusivamente a operações amparadas por esta Resolução.

Art.7º De forma a prestar informações ao Banco Central do Brasil, quando solicitado, as bolsas de mercadorias e de futuros devem manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contado a partir do primeiro dia do ano seguinte ao da realização das operações, a seguinte documentação:

I - cadastro dos investidores não residentes no país;

II - controle individualizado, por comitente, dos ingressos e das remessas realizadas ao amparo desta Resolução;

III - comprovantes do cumprimento das obrigações contratuais, cambiais e tributárias;

IV - escrituração e registros contábeis das contas a que se refere o artigo anterior.

Art. 8º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a adotar as medidas e a baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, inclusive sobre os procedimentos a serem observados pelos investidores não residentes no país nos casos de opção pela liquidação física dos contratos.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.629, de 10 de agosto de 1999, do Banco Central do Brasil – *Altera e consolida as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).*

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Presidente do Conselho Monetário Nacional, por ato de 10 de agosto de 1999,

com base no art. 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.069, de 29.06.95, *ad referendum* daquele Conselho, e tendo em vista as disposições dos arts. 4º, inciso VI, da citada Lei, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 48, inciso I, da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 2º da Lei nº 9.321, de 5 de dezembro de 1996, e 1º do Decreto nº 2.025, de 9 de outubro de 1996, resolveu:

Art. 1º Alterar e consolidar as normas aplicáveis aos financiamentos rurais ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passam a constituir o capítulo 10 do Manual de Crédito Rural (MCR), conforme folhas anexas, destinadas a sua atualização.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o MCR-8-10, os arts. 1º e 2º da Resolução nº 2.321, de 9 de outubro de 1996, o art. 2º da Resolução nº 2.402, de 25 de junho de 1997, as Resoluções nºs 2.409 e 2.410, ambas de 31 de julho de 1997, a Resolução nº 2.420, de 2 de setembro de 1997, a Resolução nº 2.436, de 21 de outubro de 1997, o art. 2º da Resolução nº 2.506, de 17 de junho de 1998, a Resolução nº 2.507, de 17 de junho de 1998, a Resolução nº 2.547, de 9 de setembro de 1998, a Resolução nº 2.556, de 29 de setembro de 1998, a Resolução nº 2.584, de 23 de dezembro de 1998, e a Resolução nº 2.594, de 25 de fevereiro de 1999.

Anexo

Título: Crédito rural

Capítulo: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – 10

Seção: Disposições gerais – 1

1 - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, observadas as condições estabelecidas neste capítulo.

2 - Na concessão dos créditos devem ser observadas as seguintes condições especiais:

a) para atendimento a um grupo de produtores rurais que apresentem características comuns de explorações agropecuárias e estejam concentrados espacialmente, a operação pode ser formalizada em um único instrumento de crédito, devendo constar o montante e a finalidade do financiamento de cada um dos participantes do grupo, bem como a utilização individual dos recursos;

b) a assistência técnica é facultativa, podendo, quando prevista no instrumento de crédito, ser prestada de forma grupal, inclusive para os efeitos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), no que diz respeito à apresentação de orçamento, croqui e laudo.

3 - Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva ou grupal.

4 - É considerado crédito:

a) coletivo: quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades coletivas;

b) grupal: quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais.

5 - A documentação pertinente à relação contratual entre o proprietário da terra e o beneficiário do crédito, quando for o caso, não está sujeita a exigência de registro em cartório.

6 - Embora de livre convenção entre as partes, as instituições financeiras devem adotar como garantia, preferencialmente:

a) crédito de custeio: o penhor de safra, aval e adesão ao Proagro;

b) crédito de investimento: o penhor cedular ou a alienação fiduciária do bem financiado.

7 - A exigência de qualquer forma de reciprocidade bancária na concessão de crédito é considerada infração grave, sujeitando a instituição financeira e seus administradores às penalidades previstas na legislação em vigor, em especial às do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

8 - Os créditos são concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural e dos fundos constitucionais de financiamento regional.

9 - Os créditos formalizados ao amparo de Recursos Obrigatórios (MCR 6-2) não estão sujeitos a subvenção de encargos financeiros.

10 - Para efeito de cumprimento da exigibilidade, o valor correspondente aos saldos das aplicações com Recursos Obrigatórios é computado mediante sua multiplicação pelo fator de ponderação 1,3 (um inteiro e três décimos).

11 - A instituição financeira deve exigir do proponente, no momento da formalização do crédito, declaração minuciosa, sob as penas da lei, a respeito do montante de crédito obtido em outras instituições ao amparo de recursos controlados do crédito rural e dos fundos constitucionais de financiamento regional.

12 - A exigência de cadastro do cliente e a realização de fiscalização das operações, no âmbito do crédito rural ou do Proagro, ficam a critério das instituições financeiras.

13 - É dispensado o registro das operações de investimento no sistema Registro Comum de Operações Rurais (Recor).

14 - É vedada a concessão de crédito para aquisição de animais destinados à pecuária bovina de corte.

15 - É vedada a concessão de crédito com recursos controlados do crédito rural a mutuário responsável por operação "em ser" ao abrigo do Pronaf ou do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera), exceto se sob a égide do Pronaf ou na hipótese de o mutuário não mais se enquadrar como beneficiário do Pronaf.

16 - Entende-se por serviços, atividades ou renda não agropecuários aqueles relacionados com turismo rural e com a produção artesanal, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar.

17 - Nenhum beneficiário de crédito ao amparo do Pronaf, isoladamente, poderá ter acesso a crédito em montante superior a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custeio, por safra, e R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para investimento, ressalvado o disposto no item seguinte.

18 - Excetuam-se do disposto no item anterior os créditos:

a) de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) previstos para o financiamento de investimento integrado coletivo;

b) formalizados ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda a Atividade Rural (Agregar).

19 - Na apuração dos limites de crédito devem ser considerados os saldos das operações contratadas no âmbito do Procera e do Pronaf.

20 - Aplicam-se aos créditos ao amparo do Pronaf as normas gerais do Manual de Crédito Rural (MCR) que não conflitarem com as disposições estabelecidas neste capítulo, salvo no caso de operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento regional.

21 - As operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento regional, do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ou administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sujeitam-se ainda às condições próprias definidas em função das peculiaridades de cada fonte de recursos.

Seção: Beneficiários – 2

1 - São beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) os produtores rurais que se enquadrem nos grupos a seguir especificados, comprovados mediante declaração de aptidão ao Programa:

Grupo A: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera);

b) Grupo B: agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

I - explorem parcela de terra na condição de

proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos;

III - não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtêm renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento;

V - têm o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento;

VI - obtêm renda bruta anual familiar de até R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), excluídos os proventos de aposentadoria rural;

Grupo C: agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos;

III - não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtêm, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - têm o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária;

VI - obtêm renda bruta anual familiar acima de R$ 1.500, 00 (um mil e quinhentos reais) e até R$ 8.000,00 (oito mil reais);

Grupo D: agricultores familiares e trabalhadores rurais que:

I - explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;

II - residem na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos;

III - não dispõem, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;

IV - obtêm, no mínimo, 80% (oitenta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;

V - têm o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, podendo manter até dois empregados permanentes, sendo admitido ainda o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade o exigir;

VI - obtêm renda bruta anual familiar acima de R$ 8.000,00 (oito mil reais) e até R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

2 - São também beneficiários e se enquadram nos Grupos "B", "C" ou "D" de acordo com a renda e a caracterização da mão-de-obra utilizada:

a) pescadores artesanais que:

I - se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;

II - formalizem contrato de garantia de compra do pescado com cooperativas, colônias de pescadores ou empresas que beneficiem o produto;

b) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista vegetal ecologicamente sustentável;

c) aqüicultores que:

I - se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais freqüente meio de vida;

II - explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m^3 (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede.

3 - Para efeitos de enquadramento nos Grupos "C" e "D" deve ser rebatida em 50% (cinqüenta por cento) a renda bruta proveniente das atividades de avicultura, aqüicultura, bovinocultura de leite, caprinocultura, fruticultura, olericultura, ovinocultura, sericicultura e suinocultura.

4 - A declaração de aptidão ao Pronaf deve ser fornecida: a) para os beneficiários enquadrados no Grupo "A", pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra);

b) para os demais beneficiários, por agente credenciado pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária.

Seção: Finalidade dos créditos – 3

1 - Os créditos podem destinar-se a custeio e investimento.

2 - Os créditos de custeio destinam-se ao financiamento da operacionalização das atividades agropecuárias e não agropecuárias de beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D", de acordo com a proposta de financiamento ou o projeto específico.

3 - Os créditos de investimento destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

4 - Os créditos para investimento integrado coletivo, com ou sem capital de giro associado, destinados a associações, cooperativas ou outras pessoas jurídicas compostas exclusivamente por beneficiários enquadrados nos Grupos "C" e "D", destinam-se ao financiamento da implantação, ampliação e modernização de infra-estrutura de produção e de serviços agropecuários e não agropecuários, assim como para a operacionalização dessas atividades no curto prazo, de acordo com projeto específico em que esteja demonstrada a viabilidade técnica, econômica e financeira do empreendimento.

5 - Os créditos para investimento destinam-se também ao financiamento de projetos de desenvolvimento integrados por unidades agroindustriais, para beneficiários enquadrados no Grupo "D", que tenham por objetivo estimular a:

a) produção agropecuária;

b) implantação de pequenas e médias agro–indústrias;

c) instalação de unidades centrais de apoio gerência para prestação de serviços de controle de qualidade do processamento, de *marketing*, de aquisição, de distribuição e de comercialização da produção.

6 - Os créditos individuais, quando concedidos a beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "B", "C" e "D", devem objetivar, sempre que possível, o desenvolvimento do estabelecimento rural como um todo.

7 - Os créditos destinados a beneficiários enquadrados no Grupo "B" podem cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida.

Seção: Créditos de Custeio – 4

1 - Os créditos de custeio sujeitam-se à taxa efetiva de juros de 5,75% a.a. (cinco inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

2 - Os créditos de custeio sujeitam-se aos seguintes limites:

a) beneficiários enquadrados no Grupo "C": mínimo de R$ 500,00 (quinhentos reais) e máximo de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mutuário, em cada safra, admitida a obtenção de até 3 (três) créditos da espécie, consecutivos ou não, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural;

b) beneficiários enquadrados no Grupo "D": até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mutuário, em cada safra.

3 - Os créditos de custeio sujeitam-se a prazo de reembolso de até 2 (dois) anos, observado o ciclo de cada empreendimento.

4 - Aos beneficiários de crédito de custeio enquadrados no Grupo "C" é devido rebate sobre o saldo devedor, no valor de R$ 200,00 (duzentos

reais) por mutuário em cada operação, no ato do pagamento, observado que:

a) quando se tratar de crédito coletivo ou grupal, o rebate deve ser aplicado por mutuário individualmente;

b) o mutuário perde o direito ao rebate caso o pagamento da operação não ocorra até a data de vencimento ou em caso de desvio ou aplicação irregular do crédito, hipóteses em que ficará sujeito às penalidades aplicáveis às irregularidades da espécie.

5 - Os créditos de custeio podem ser liberados em uma única parcela.

6 - Os créditos de custeio podem ser formalizados sob a modalidade de crédito rotativo, observados os seguintes critérios:

a) devem ser concedidos com base em orçamento simplificado, abrangendo as atividades desenvolvidas pelo produtor, admitida a inclusão de verbas para atendimento de pequenas despesas conceituadas como de investimento e manutenção do beneficiário e sua família;

b) os encargos financeiros incidem sobre o saldo devedor diário da conta vinculada à operação e sujeitam-se a alterações periódicas, segundo decisões do Conselho Monetário Nacional;

c) sujeitam-se ao prazo máximo de 2 (dois) anos, em harmonia com os ciclos das atividades assistidas, podendo ser renovados;

d) os recursos podem ser livremente movimentados pelos mutuários, admitindo-se utilização em parcela única e reutilizações;

e) a critério dos mutuários, as operações podem ser amortizadas durante a sua vigência, parcial ou totalmente, mediante depósito.

7 - Os créditos de custeio rotativo são considerados genericamente como de custeio agrícola ou pecuário, segundo a predominância da destinação dos recursos prevista no orçamento.

8 - Os instrumentos de crédito devem conter obrigatoriamente cláusula assegurando a sistemática de equivalência em produto, no caso de crédito de custeio agrícola ou pecuário, exceto no crédito rotativo, observadas as seguintes condições:

a) a quantidade de unidades equivalentes em produto, apurada no ato da formalização da operação, deve corresponder à divisão do valor total do financiamento, acrescido dos encargos financeiros e das despesas relativas ao adicional do Proagro e ao custo da assistência técnica, pelo preço mínimo básico do produto considerado;

b) o direito à equivalência fica condicionado ao depósito do produto em armazém credenciado e com contrato de depósito assinado com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);

c) o produtor pode optar pela liquidação do financiamento com base na sistemática de equivalência até a data do vencimento do crédito, mediante entrega de documento representativo da estocagem do produto;

d) a liquidação do financiamento em produto deve ser realizada mediante operação de Aquisição do Governo Federal Direta (AGF Direta), consoante normas específicas divulgadas pela Conab;

e) por ocasião da liquidação do financiamento em produto podem ocorrer compensações físicas ou financeiras, em decorrência da liberação de recursos em data não coincidente com a programada, do valor correspondente à embalagem, se for o caso, e da classificação oficial obrigatória dos produtos, observados os padrões e instrumentos de classificação, bem como os ágios e deságios aplicáveis;

f) em se tratando de lavoura de produto destinado a semente, deve ser formalizada com base no preço mínimo do respectivo grão destinado ao consumo;

g) no caso de crédito destinado a custeio pecuário ou de produto não amparado pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), deve ser formalizada tomando-se por base um produto amparado, livremente ajustado entre financiado e financiador;

h) é vedada a substituição do produto constante da cláusula de equivalência.

9 - A inexistência de armazéns credenciados pela Conab na região do empreendimento do produtor, embora possa inviabilizar o benefício da equivalência se referida situação persistir até o momento da realização da AGF Direta, não impede a concessão do crédito ao amparo do Pronaf.

Seção: Créditos de investimento – 5

1 - Os créditos de investimento somente podem ser concedidos mediante apresentação de projeto técnico.

2 - Os créditos de investimento estão restritos a itens diretamente relacionados com a atividade produtiva ou de serviços e destinados a promover o aumento da produtividade e da renda do produtor.

3 - Os créditos de investimento formalizados com beneficiários enquadrados no Grupo "A" sujeitam-se às seguintes condições:

a) limite de crédito: uma única operação, de valor entre R$ 3.000,00 (três mil reais) e R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), para projeto de estruturação produtiva;

b) encargos financeiros: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP);

c) benefícios:

I - rebate de 75% (setenta e cinco por cento) sobre a TJLP, respeitado o piso de 3,25% a.a. (três inteiros e vinte e cinco centésimos por cento ao ano) de encargos financeiros;

II - rebate de 40% (quarenta por cento) sobre o principal, no ato de cada amortização ou da liquidação;

d) prazo de reembolso: até 10 (dez) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência.

4 - Os créditos de investimento formalizados com beneficiários enquadrados no Grupo "B" sujeitam-se às seguintes condições:

a) limite de crédito: R$ 500,00 (quinhentos reais), podendo ser concedidos até três empréstimos consecutivos e não cumulativos;

b) encargos financeiros: taxa de juros de 1% a.a. (um por cento ao ano);

c) benefício: rebate de 40% (quarenta por cento) sobre o saldo devedor, no ato da liquidação;

d) prazo de reembolso: até 2 (dois) anos, incluído até 1 (um) ano de carência.

5 - Os créditos de investimento formalizados com beneficiários enquadrados no Grupo "C" sujeitam-se às seguintes condições: a) limites de crédito:

I - individual: mínimo de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e máximo de R$ 3.000,00 (três mil reais) por operação, admitida a obtenção de até 3 (três) créditos da espécie por beneficiário, consecutivos ou não, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), desde que quitado o empréstimo anterior;

II - coletivo ou grupal: R$ 30.000,00 (trinta mil reais), observado o limite individual por beneficiário e as demais condições estabelecidas no inciso anterior;

b) encargos financeiros: correspondentes a 50% (cinqüenta por cento) do resultado obtido com o somatório da TJLP e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ano);

c) benefício: rebate sobre o saldo devedor, no valor de R$ 700,00 (setecentos reais) por beneficiário, no ato do pagamento da última parcela ou da liquidação antecipada do financiamento, observado que:

I - caso a última parcela seja inferior ao valor do rebate, o benefício deve ser complementado em parcelas precedentes;

II - créditos individuais não geram direito ao rebate, sendo o mesmo devido exclusivamente na primeira operação de crédito coletivo ou grupal e desde que formalizada com, no mínimo, 5 (cinco) mutuários;

d) prazo de reembolso: até 5 (cinco) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência, exceto para os créditos destinados à substituição de copas de cajueiros, que podem ter prazo de até 8 (oito) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência.

6 - Os créditos de investimento formalizados com beneficiários enquadrados no Grupo "D" sujeitam-se às seguintes condições:

a) limites de crédito:

I - individual: R$ 15.000,00 (quinze mil reais) por beneficiário;

II - coletivo ou grupal: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), observado o limite individual por beneficiário;

b) encargos financeiros: correspondentes a 50% (cinqüenta por cento) do resultado obtido com o somatório da TJLP e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ano);

c) prazo de reembolso: até 8 (oito) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência.

7 - Os créditos destinados a investimento integrado coletivo, com ou sem capital de giro associado, sujeitam-se às seguintes condições:

a) beneficiários: cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, observado que:

I - a pessoa jurídica deve ser formada exclusivamente por agricultores familiares;

II - o projeto técnico deve demonstrar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento coletivo, assim como o objetivo de integrar os diversos sistemas produtivos das unidades familiares;

b) limite de crédito: R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), observado que:

I - o limite individual por beneficiário participante do projeto é de R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - eventuais recursos para capital de giro associado não podem representar mais que 35% (trinta e cinco por cento) do valor do financiamento;

c) encargos financeiros: correspondentes a 50% (cinqüenta por cento) do resultado obtido com o somatório da TJLP e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ano);

d) prazo de reembolso: até 8 (oito) anos, incluídos até 2 (dois) anos de carência.

8 - Os créditos de investimento para projetos de desenvolvimento integrado por unidades agroindustriais sujeitam-se às seguintes condições:

a) beneficiários: conforme indicação do projeto;

b) modalidade: créditos coletivos ou grupais;

c) finalidade dos créditos:

I - investimentos agropecuários, inclusive os relativos à pesca de captura, à aqüicultura e às atividades extrativas;

II - investimentos e capital de giro para as atividades agroindustriais e para a unidade central de apoio gerência, abrangendo inclusive despesas com *marketing*, aquisição, distribuição e comercialização;

d) limite de crédito: 100% (cem por cento) do valor orçado para o projeto de desenvolvimento, que deve abranger diversos projetos agroindustriais integrados, observados os seguintes tetos:

I - R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para cada projeto agroindustrial integrado às atividades agropecuárias;

II - 15% (quinze por cento) do valor total do projeto de desenvolvimento, para a unidade central de apoio gerência;

III - 30% (trinta por cento) do valor total do projeto de desenvolvimento, para capital de giro;

IV - 30% (trinta por cento) do valor total do projeto de desenvolvimento, para investimento na produção agropecuária;

V - R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o total de créditos concedidos a cada produtor;

e) prazo de reembolso: até 8 (oito) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência;

f) assistência técnica: quando prevista no instrumento de crédito, deve abranger aspectos gerenciais, tecnológicos, contábeis e de planejamento, durante a vigência do financiamento.

9 - Os créditos a beneficiários pessoas físicas, para investimentos que visem ao beneficiamento, processamento e à comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais e à exploração de turismo e lazer rural, são concedidos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda a Atividade Rural (Agregar), prevista em seção específica deste capítulo.

10 - Os créditos de investimento para aquisição de matrizes bovinas estão restritos:

a) a projetos conduzidos por associações de produtores ou integrados a cooperativas ou agroindústrias;

b) ao montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos demais casos.

11 - O mutuário perde o direito aos rebates previstos nesta seção caso o pagamento parcial ou total da operação não ocorra até as datas de vencimento ou em caso de desvio ou aplicação irregular do crédito, hipóteses em que ficará sujeito às penalidades aplicáveis às irregularidades da espécie.

Seção: Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda a Atividade Rural (Agregar) – 6

1 - Os créditos ao amparo da Linha de Crédito de Investimento para Agregação de Renda a Atividade Rural (Agregar) sujeitam-se às seguintes condições especiais:

a) beneficiários: os enquadrados nos Grupos "C" e "D";

b) finalidades: investimentos, inclusive em infra-estrutura, que visem:

I - ao beneficiamento, processamento e à comercialização da produção agropecuária ou de produtos artesanais, desenvolvidos por famílias rurais, de forma isolada ou grupal;

II - à exploração de turismo e lazer rural;

III - à evolução do processo de produção agropecuária, mediante garantia de repasse de tecnologia ao agricultor por parte de indústrias adquirentes e processadoras do produto, e à inserção da produção familiar no mercado, via integração da cadeia produtiva, e gerem agregação de renda;

c) limites de crédito: independentemente dos limites definidos para outros investimentos ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):

I - individual: R$ 15.000,00 (quinze mil reais), por beneficiário;

II - coletivo ou grupal: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), observado o limite individual por beneficiário;

d) encargos financeiros: correspondentes a 50% (cinqüenta por cento) do resultado obtido com o somatório da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

e) prazo de reembolso: até 8 (oito) anos, incluídos até 3 (três) anos de carência;

f) assistência técnica: quando prevista no instrumento de crédito, devendo contemplar aspectos gerência, tecnológico, contábil e de planejamento, durante a vigência do financiamento.

2 - Observados os limites de crédito estabelecidos no item anterior, o valor destinado às inversões pode ser acrescido de até 20%(vinte por cento) para atender as necessidades de custeio vinculado ao investimento, previstas para o período compreendido entre a implantação do projeto e até 3 (três) meses após o início da produção comercial.

3 - Os créditos para aquisição de veículo utilitário ficam limitados a 50% (cinqüenta por cento) de seu valor.

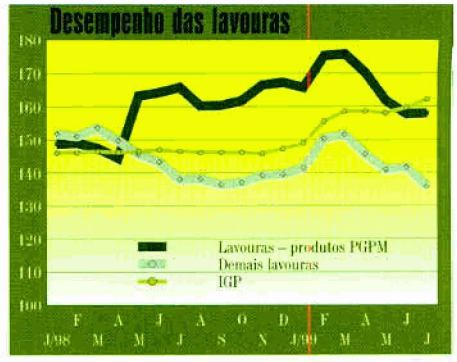
4 - Os créditos podem ser concedidos pelas instituições financeiras indistintamente, ao amparo dos recursos do Pronaf, inclusive daqueles repassados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

E-mail: mjcghlar@fgv.br

ÍNDICES DE PREÇOS PAGOS E RECEBIDOS

Valores nominais (base agosto de 1994=100)

IPP sobe



Enquanto os preços do petróleo e algumas tarifas contribuem para elevar o IGP, a boa safra colhida leva os preços das lavouras para baixo e se isso beneficia o consumidor, o agricultor vê aumentarem seus problemas.

Produtos	*Lavouras*	*Lavouras - Produtos PGPM*	*Demais lavouras*	*Produtos animais*	*Agropecuária - IPR*	*Sementes*	*Fertilizantes*	*Agrotóxicos*	*Serviços*	*Combustíveis*	*Mão-de-obra*	*IPP*
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	125,690	136,944	108,126	101,925	117,128	119,544	130,937	113,884	126,825	110,525	239,794	144,119
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,709	136,852	121,774	132,098	122,487	259,292	154,506
1998	154,263	158,255	143,619	109,529	137,453	138,743	137,114	129,473	136,252	124,986	270,458	159,693
Jan. 98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964
Maio	158,331	163,234	145,695	109,987	140,022	137,049	137,693	129,491	137,300	124,986	269,810	159,587
Jun.	157,884	164,206	143,268	110,904	140,168	137,763	137,568	129,652	136,786	124,986	270,932	159,831
Jul.	156,561	165,808	137,992	111,471	139,646	138,638	137,558	130,056	136,632	124,986	270,878	159,981
Ago.	153,418	160,229	138,143	112,079	138,083	140,210	137,881	130,209	135,897	124,986	271,983	160,448
Set.	152,737	160,354	136,396	112,003	137,648	141,204	136,555	130,156	135,446	124,986	271,532	160,111
Out.	153,861	161,818	137,040	110,195	137,540	141,491	136,672	130,840	135,164	124,986	273,050	160,509
Nov.	157,487	166,499	139,180	108,611	138,980	142,944	137,379	130,902	135,429	124,986	273,380	161,030
Dez.	158,080	167,272	139,512	109,714	139,811	144,382	137,313	131,830	136,546	124,986	275,354	161,855
Jan. 99	158,031	165,712	141,449	110,379	140,076	146,054	139,078	133,934	136,726	128,100	275,709	163,383
Fev.	167,456	175,220	150,391	115,172	147,643	148,048	147,878	147,847	140,575	128,100	276,547	168,104
Mar.	168,302	175,771	151,601	119,083	149,868	153,863	152,860	153,310	143,135	136,347	278,525	172,907
Abr.	162,486	170,244	145,620	117,742	145,899	153,940	156,728	157,336	143,872	144,975	276,998	175,515
Maio	155,554	161,819	140,975	117,374	141,674	155,395	160,550	160,259	146,433	145,189	279,300	177,851
Jun.	153,462	157,812	141,592	118,974	141,098	154,548	163,708	162,644	146,410	145,189	277,582	178,466
Jul.	151,119	158,014	135,737	120,581	140,351							

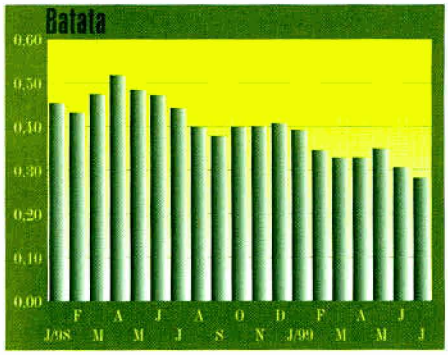
Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

(1) Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de junho de 1999/unidade

Batata tem preço maior



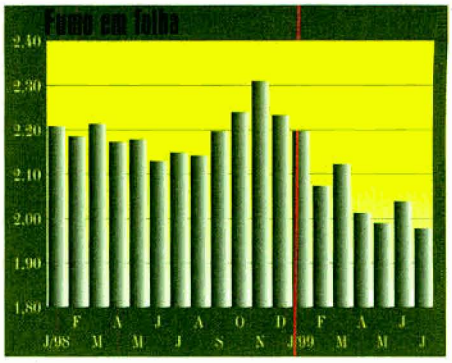
O aumento da produção na primeira safra provocou queda dos preços desestimulando, assim, o plantio das segunda e terceira safras. Pode-se prever recuperação dos preços nos próximos meses.

Anos/ Produtos	*Algodão em caroço* (kg)	*Amendoim em casca* (kg)	*Arroz em casca* (kg)	*Banana* (dúzia)	*Batata-inglesa* (kg)	*Cacau* (15 kg)	*Café em coco* (kg)	*Cana-de-açúcar* (t)	*Feijão* (kg)	*Fumo em folha* (kg)	*Laranja* (cento)
Média 1990	0,628	0,544	0,327	0,430	0,496	21,061	0,837	18,303	0,971	2,157	4,490
Média 1991	0,649	0,644	0,415	0,433	0,531	23,858	0,797	19,560	0,964	2,238	3,454
Média 1992	0,573	0,448	0,305	0,318	0,343	23,632	0,687	20,305	0,750	3,104	3,397
Média 1993	0,643	0,570	0,301	0,335	0,375	20,881	0,868	18,135	0,940	2,783	2,690
Média 1994	0,650	0,512	0,292	0,428	0,586	21,944	1,547	18,706	1,130	2,388	3,634
Média 1995	0,569	0,460	0,239	0,637	0,431	20,303	1,400	16,813	0,674	2,213	3,473
Média 1996	0,590	0,471	0,249	0,500	0,332	19,106	1,150	18,316	0,738	2,462	2,216
Média 1997	0,639	0,561	0,258	0,390	0,361	24,239	1,509	18,740	0,664	2,206	2,523
Média 1998	0,544	0,436	0,311	0,401	0,439	25,900	1,350	18,280	1,127	2,197	3,032
Jan. 1998	0,628	0,466	0,281	0,346	0,455	25,690	1,711	18,621	0,650	2,208	2,663
Fev.	0,617	0,400	0,281	0,368	0,433	24,364	1,721	18,400	0,725	2,186	2,749
Mar.	0,583	0,389	0,281	0,378	0,475	24,308	1,641	18,854	0,777	2,214	3,164
Abr.	0,541	0,422	0,270	0,378	0,519	25,032	1,525	18,728	0,854	2,173	2,844
Maio	0,518	0,442	0,291	0,410	0,485	27,694	1,349	18,643	1,413	2,179	2,622
Jun.	0,516	0,441	0,301	0,420	0,473	27,488	1,248	18,344	1,582	2,130	2,819
Jul.	0,518	0,464	0,313	0,421	0,443	26,642	1,145	18,132	1,415	2,149	2,851
Ago.	0,530	0,444	0,314	0,422	0,400	26,039	1,168	18,239	1,341	2,142	3,105
Set.	0,519	0,454	0,335	0,422	0,379	26,099	1,136	18,038	1,190	2,197	3,322
Out.	0,520	0,444	0,346	0,422	0,400	25,999	1,137	17,871	1,212	2,241	3,355
Nov.	0,521	0,434	0,358	0,412	0,401	26,123	1,182	18,098	1,160	2,310	3,416
Dez.	0,515	0,430	0,354	0,408	0,408	25,321	1,235	17,396	1,203	2,234	3,479
Jan. 1999	0,531	0,425	0,340	0,414	0,393	25,437	1,274	16,933	1,147	2,198	3,694
Fev.	0,529	0,437	0,335	0,386	0,346	33,037	1,342	16,275	0,966	2,074	3,883
Mar.	0,568	0,469	0,319	0,419	0,329	31,451	1,326	15,900	0,877	2,123	3,977
Abr.	0,578	0,488	0,299	0,419	0,329	26,498	1,286	15,606	0,817	2,013	3,538
Maio	0,570	0,520	0,280	0,420	0,350	24,640	1,280	14,730	0,660	1,990	3,010
Jun.	0,574	0,515	0,257	0,445	0,307	25,114	1,326	14,334	0,614	2,039	2,633
Jul.	0,565	0,546	0,253	0,409	0,283	24,380	1,189	14,226	0,546	1,978	2,231

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de junho de 1999/unidade

Fumo tem área menor



Outra lavoura cujo aumento de produção provocou retração dos preços. Para a próxima safra, as primeiras notícias relativas à intenção de plantio indicam retração da área destinada à colheita.

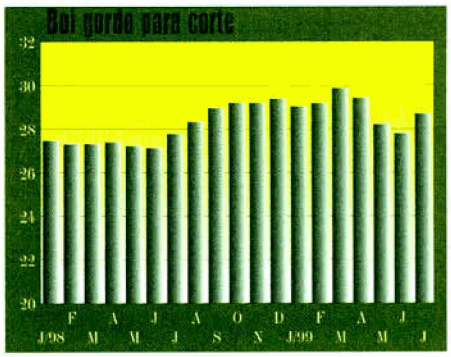
Anos/Produtos	*Milho* (kg)	*Mandioca (raiz)* (t)	*Soja* (kg)	*Tomate* (kg)	*Trigo em grão* (kg)	*Cebola* (kg)	*Mamona* (kg)	*Pimenta-do-reino* (kg)	*Sisal* (kg)	*Uva* (kg)	*Bezerro até um ano* (cabeça)
Média 1990	0,219	65,073	0,261	0,589	0,211	0,850	0,311	1,509	0,225	0,407	207,666
Média 1991	0,234	77,928	0,322	0,503	0,212	0,501	0,256	1,244	0,225	0,354	183,945
Média 1992	0,208	88,087	0,334	0,471	0,250	0,531	0,277	1,024	0,207	0,300	167,643
Média 1993	0,214	87,414	0,330	0,443	0,230	0,540	0,314	1,105	0,220	0,617	180,698
Média 1994	0,184	62,787	0,289	0,563	0,192	0,427	0,316	1,785	0,265	0,398	208,338
Média 1995	0,151	88,561	0,218	0,519	0,191	0,588	0,315	2,107	0,320	0,541	184,288
Média 1996	0,176	92,723	0,278	0,431	0,235	0,270	0,311	1,841	0,305	0,224	141,300
Média 1997	0,140	86,301	0,300	0,353	0,169	0,559	0,275	3,565	0,344	0,310	135,094
Média 1998	0,155	80,146	0,243	0,441	0,166	0,472	0,255	4,630	0,303	0,945	136,544
Jan. 1998	0,152	78,033	0,303	0,433	0,162	0,466	0,260	4,330	0,303	0,650	133,332
Fev.	0,152	80,475	0,281	0,422	0,162	0,476	0,249	4,135	0,303	0,704	131,801
Mar.	0,151	78,862	0,259	0,443	0,162	0,475	0,248	4,859	0,281	0,767	132,963
Abr.	0,151	74,384	0,238	0,476	0,162	0,433	0,249	4,433	0,281	0,779	136,073
Maio	0,162	75,520	0,237	0,529	0,162	0,378	0,248	4,574	0,291	1,251	137,425
Jun.	0,151	78,140	0,226	0,527	0,172	0,452	0,237	5,153	0,301	1,076	137,345
Jul.	0,162	82,776	0,227	0,518	0,173	0,454	0,248	5,043	0,302	1,091	138,683
Ago.	0,151	81,742	0,216	0,465	0,173	0,422	0,260	4,890	0,314	1,093	137,520
Set.	0,151	81,143	0,227	0,379	0,162	0,465	0,271	4,642	0,325	1,006	138,460
Out.	0,152	82,610	0,227	0,379	0,162	0,585	0,260	4,524	0,303	0,974	138,245
Nov.	0,163	84,061	0,239	0,380	0,174	0,553	0,260	4,446	0,325	0,987	138,639
Dez.	0,161	84,005	0,236	0,344	0,161	0,505	0,268	4,532	0,311	0,966	138,040
Jan. 1999	0,170	77,170	0,223	0,361	0,159	0,457	0,276	4,416	0,297	1,062	137,312
Fev.	0,163	77,450	0,264	0,356	0,173	0,396	0,295	4,463	0,305	1,017	137,598
Mar.	0,159	82,300	0,259	0,339	0,189	0,399	0,289	5,044	0,329	0,847	139,509
Abr.	0,159	85,414	0,239	0,319	0,199	0,419	0,299	4,803	0,339	0,857	143,713
Maio	0,150	87,260	0,240	0,360	0,210	0,430	0,310	5,500	0,320	0,850	146,160
Jun.	0,148	80,272	0,238	0,356	0,208	0,445	0,317	6,009	0,337	1,000	142,844
Jul.	0,156	78,644	0,234	0,361	0,205	0,400	0,302	5,486	0,312	1,189	140,772

PREÇOS RECEBIDOS

Em R$ de junho de 1999/unidade

Boi recupera cotação

A retração da demanda contribuiu decisivamente para a queda dos preços. O frio e a entressafra estão permitindo uma recuperação das cotações.

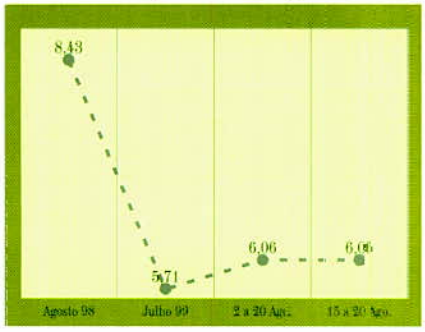
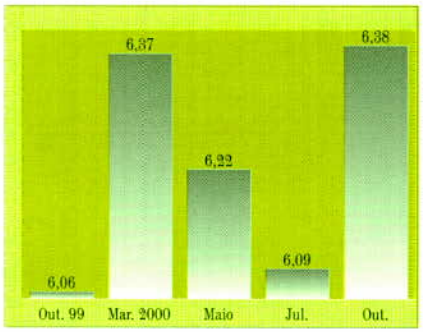
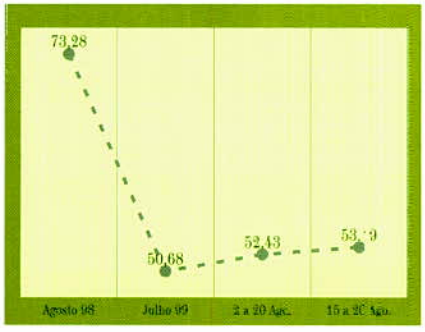
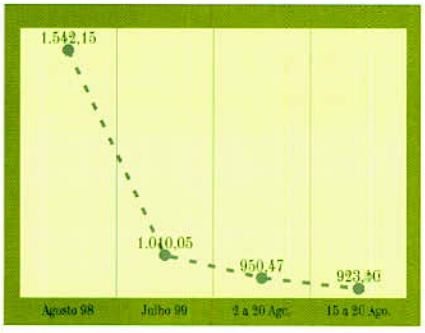
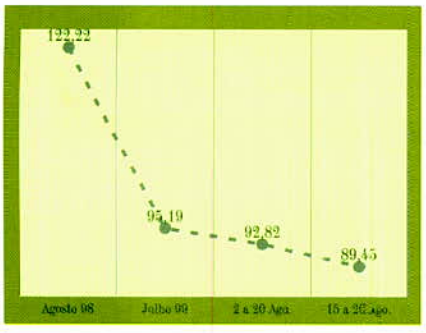
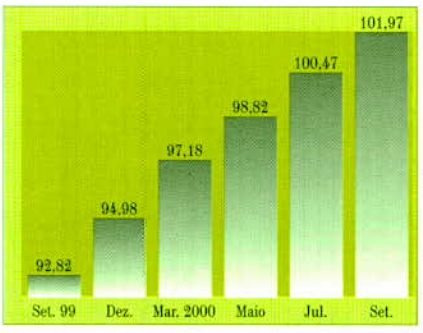


	Boi gordo para corte	*Vaca leiteira de raça*	*Vaca leiteira comum*	*Suíno para corte*	*Frango/galinha para corte*	*Leite*	*Lã*	*Ovos*	*Mel de abelha*	*Boi magro*
	(15 kg)	(cabeça)	(cabeça)	(15 kg)	(kg)	(kg)	(kg)	(kg)	(kg)	(cabeça)
Média 1990	42,309	1018,799	625,135	25,291	1,832	0,429	37,839	1,136	4,254	388,930
Média 1991	38,995	821,513	513,649	24,195	1,565	0,403	22,340	0,993	4,984	336,225
Média 1992	37,209	703,093	438,463	20,961	1,373	0,378	35,380	0,966	3,215	313,078
Média 1993	39,436	750,424	466,813	23,424	1,386	0,392	29,395	1,081	3,341	328,233
Média 1994	38,279	939,036	570,722	21,551	1,319	0,352	34,865	1,012	3,880	367,107
Média 1995	31,133	1034,422	579,495	19,530	1,075	0,366	43,188	0,821	6,586	324,004
Média 1996	26,512	842,556	454,506	15,840	1,006	0,323	32,222	0,905	6,490	263,352
Média 1997	26,820	780,033	417,275	18,034	0,942	0,283	34,696	0,876	5,522	253,976
Média 1998	28,057	734,629	392,036	16,644	0,949	0,267	28,399	0,835	5,860	252,955
Jan. 1998	27,465	764,734	413,573	17,083	0,909	0,260	37,230	0,747	5,662	247,817
Fev.	27,308	741,777	397,656	17,015	0,985	0,249	31,270	0,779	5,726	247,551
Mar.	27,320	730,967	388,911	16,835	0,983	0,259	29,793	0,799	5,561	253,303
Abr.	27,411	729,238	389,251	16,804	0,973	0,260	31,499	0,854	5,763	256,596
Maio	27,230	724,474	383,199	16,744	0,960	0,270	29,841	0,906	5,750	252,679
Jun.	27,123	724,598	389,680	16,558	0,958	0,280	28,016	0,882	5,831	248,924
Jul.	27,786	733,437	388,425	16,609	0,950	0,281	28,996	0,886	5,972	251,977
Ago.	28,333	733,499	388,900	16,682	0,963	0,281	30,702	0,855	6,080	252,613
Set.	28,956	736,024	389,161	16,426	0,941	0,281	29,713	0,833	6,146	253,320
Out.	29,193	735,541	388,910	16,150	0,920	0,271	24,798	0,833	6,083	255,719
Nov.	29,181	736,828	390,769	16,114	0,922	0,260	21,438	0,835	6,062	257,769
Dez.	29,380	724,433	395,994	16,709	0,923	0,258	17,493	0,805	5,681	257,191
Jan. 1999	29,036	712,953	388,103	17,326	0,924	0,255	17,177	0,775	5,797	262,989
Fev.	29,175	701,695	372,114	17,373	0,976	0,244	16,153	0,793	5,550	257,306
Mar.	29,866	688,981	370,558	17,624	0,947	0,249	16,079	0,817	5,473	256,718
Abr.	29,418	698,832	376,537	17,509	0,927	0,249	17,021	0,787	5,421	262,492
Maio	28,220	698,020	382,770	16,020	0,910	0,270	17,080	0,810	5,470	267,480
Jun.	27,797	688,970	376,731	15,789	0,921	0,277	17,472	0,812	5,534	264,346
Jul.	28,706	689,011	367,536	15,532	0,896	0,273	15,620	0,799	5,311	260,078

IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO*

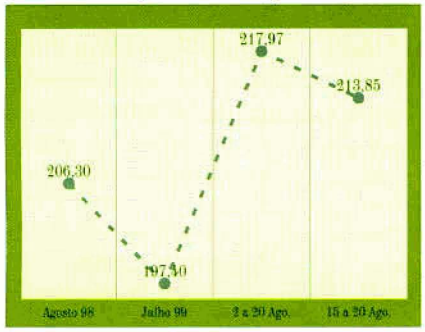
Mercado externo

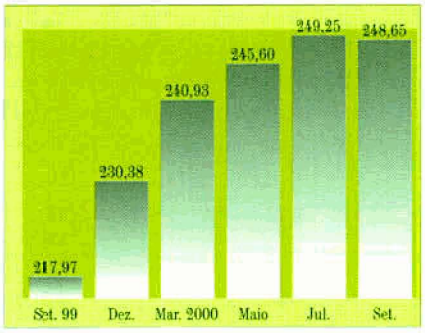
As previsões de mercado foram feitas no dia 20 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 1999.

Média dos primeiros futuros	*Futuros*	*Tendência*	*Fatores ponderáveis*
		**Açúcar**	**USc/lb. peso mundial branco** A produção recorde de açúcar em 99 e 2000 deve deixar os preços abaixo dos 6 *cents* por libra até 2001. Inesperado crescimento nas importações no segundo trimestre de 99 ajudou os preços a se recuperarem. Não há indicação de um suporte de longo prazo para o mercado.
		**Algodão**	**1-1/16" USc/lb. peso** Os preços devem permanecer pressionados, devido à expectativa de uma grande safra de algodão nos EUA e também devido ao crescimento da produção ao redor do mundo. Apesar do crescimento de 1% na demanda, a pressão vêm do aumento de produção.
		**Cacau**	**Bahia US$/t** Após período de pouca demanda, as indústrias e *trades* aos poucos estão voltando a adquirir melhores volumes. aquecendo a demanda da *commodity*.
		**Café**	**Contrato com Nova York USc/lb. peso** O mercado ainda responde a eventuais notícias de frentes frias no Brasil. Porém, as atenções estão se voltando para a evolução da seca que atinge regiões produtoras brasileiras. No médio prazo, a oferta internacional apertada poderá levar a uma reação de alta.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*



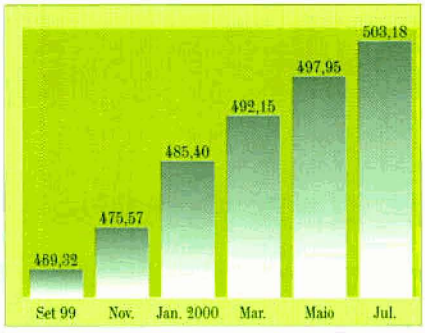


Milho

two yellow US¢/bushel

A previsão baixista realizada pelo Usda em agosto para a atual safra norte-americana consolidou a perspectiva de alta das cotações que já se desenhava com as condições climáticas do *corn belt*.

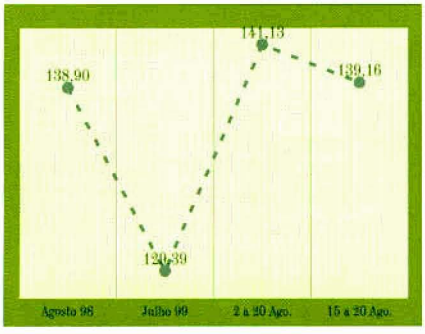


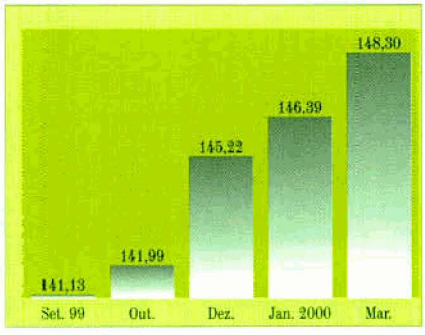


Soja

grão one yellow US¢/bushel

O mercado segue guiado pelo *weather market* (ou mercado climático), oscilando em função do clima favorável ou desfavorável nas lavouras dos EUA, alternando ganhos e perdas que ainda mantêm deprimidas as cotações futuras.

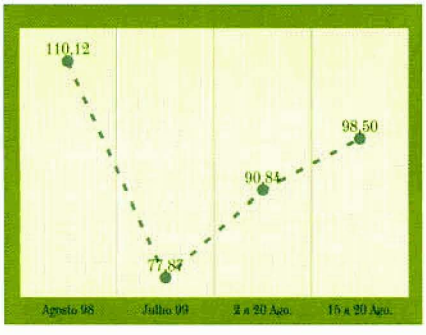


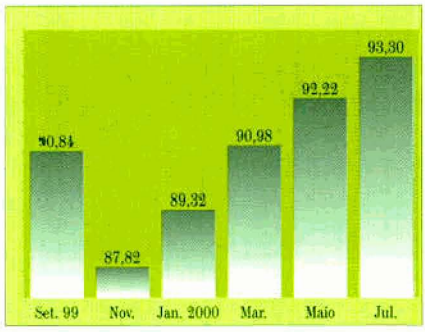


Soja

farelo US$ / t

A perspectiva de recuperação na demanda asiática, que levaria a um crescimento de 5% na demanda mundial de proteínas animais na safra 1999/2000, está permitindo uma lenta recuperação nas cotações futuras na CBOT.

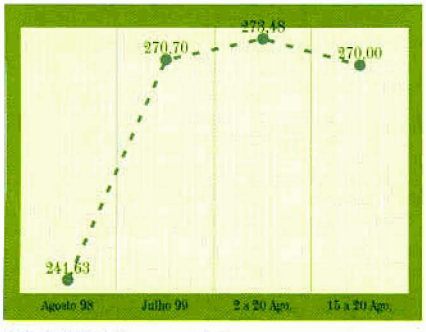


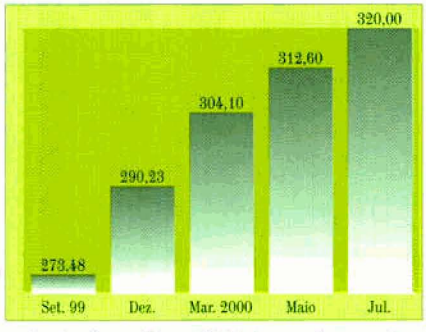


Laranja

suco US¢/lb. peso

Estimativas privadas dão conta de que a colheita de laranjas da Flórida na safra 1999/00 será 14% menor do que a mais recente avaliação do Usda.





Trigo

soft red US¢/bushel

Os EUA, a UE e o Canadá, os três maiores exportadores mundiais, reduziram sua área em 5,3% em 1999 em relação a 1998, o que vem dando sustentação às cotações futuras do cereal.

*CARLOS COGO é economista na empresa Agromercados. Organização: Irene Troccoli. Colaborou: Gregory Honczar. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

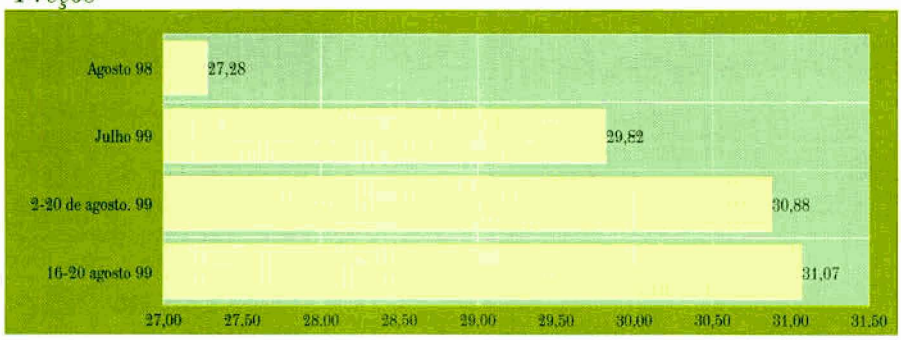
Mercado interno

IRENE TROCCOLI E CARLOS COGO

As previsões de mercado foram realizadas em 20 de agosto e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de setembro de 1999. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para julho de 1999. Os preços de agosto de 1999 são nominais.

Preços | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

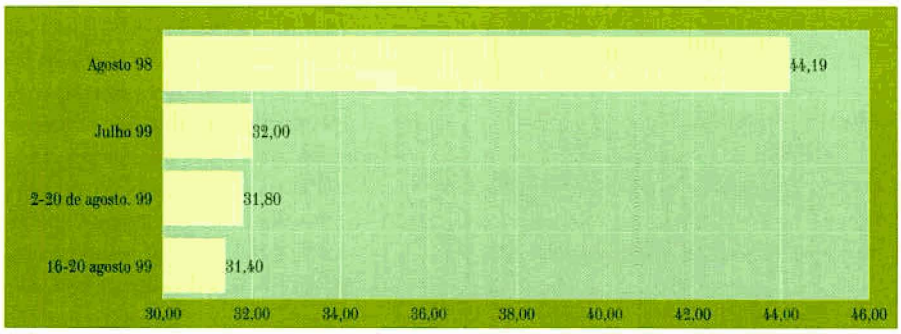
Algodão



(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

A finalização da colheita em todos os estados e a dificuldade de carregar estoques no setor industrial mantêm o mercado equilibrado, com cotações firmes, porém estáveis em nível de produtor.

Arroz



agulhinha R$/sc. 60kg

A oferta total de 14,3 milhões de toneladas base casca no Mercosul (Brasil + Argentina + Uruguai) para atender a um consumo de apenas 12,2 milhões de toneladas deve elevar os estoques finais 1998/99, mantendo deprimidas as cotações ao produtor.

Boi



gordo R$/arroba

O incremento de mais de 40% nas exportações de carne bovina e a redução da oferta em diversos estados projeta um gradual avanço nas cotações do boi gordo.

Café

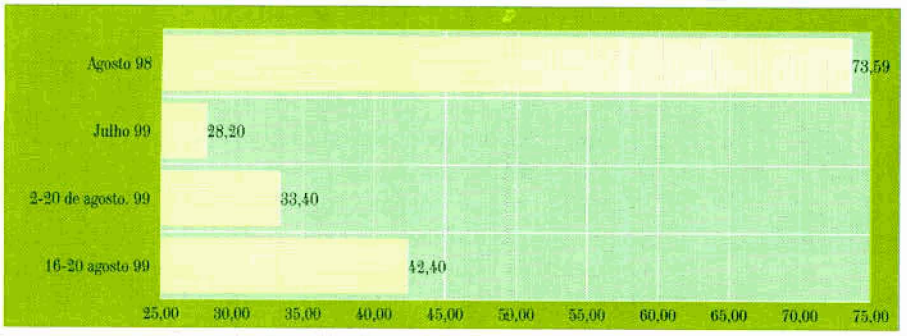


tipo 6 R$/sc. 60kg

Os preços devem acompanhar as flutuações do mercado internacional, cujo principal fator gerador de oscilação será a evolução da seca nas regiões produtoras brasileiras. Internamente, a eventual continuidade da taxa de câmbio poderá enfraquecer as cotações.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

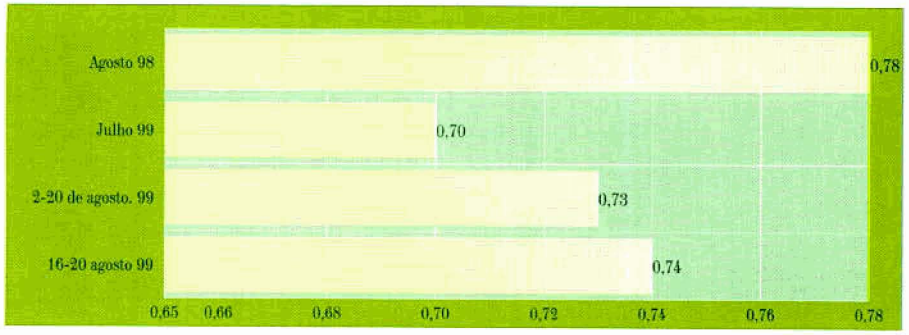
Preços *Tendência* *Fatores ponderáveis*



Feijão

carioquinha especial R$/sc. 60kg

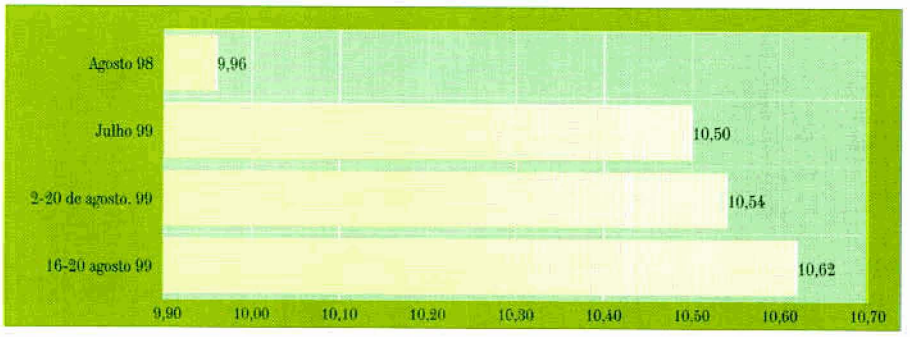
Com a confirmação da produção de mais de 800 mil toneladas na segunda safra no Nordeste, o mercado mantém-se abastecido, impossibilitando a reação das cotações em nível de produtor.



Frango

vivo R$/kg

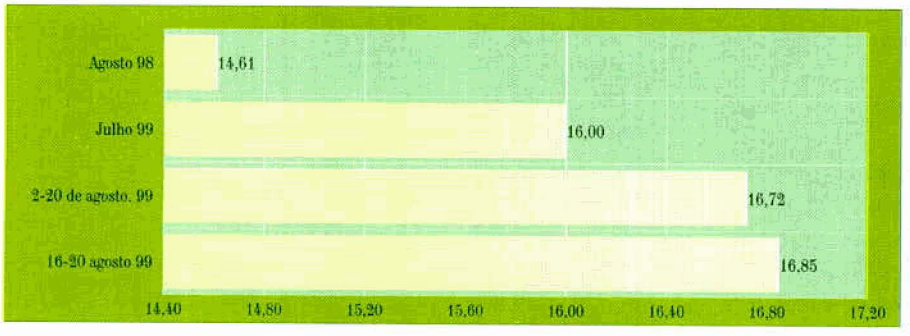
O arrocho salarial aliado à farta oferta avícola vem mantendo as cotações do frango sem maiores alterações.



Milho

amarelo semiduro R$/60kg

Fatores ponderáveis: a colheita da farinha vem mantendo os preços do milho sob controle ao mesmo tempo em que as empresas consumidoras preferem adquiri-lo aos poucos para evitar o alto custo de manutenção de estoques.



Soja

grão industrial R$/60kg

O crescimento na demanda de farelo pelo setor avícola combinado com o volume expressivo de exportações de grão no primeiro semestre promove um quadro de escassez interna, sustentando as altas nas cotações ao produtor.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; Arroz – Instituto Rio Grandense de Arroz; feijão – Sandra Hetzel; milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

AGROANALYSIS: mais informação por centímetro quadrado.

DIÁRIO de bordo



ROBERTO RODRIGUES

A chave da história

As discussões sobre os transgênicos são às vezes emocionais, às vezes ideológicas e às vezes técnicas demais. A impressão geral é de que o assunto não tem sido tratado de forma a esclarecer suficientemente as questões levantadas quanto aos efeitos eventuais dos OGMs sobre o meio ambiente e a saúde humana ou animal. Parece que as empresas defensoras do transgênico não conseguem vender bem a imagem de seus produtos.

A biotecnologia aumentou o conhecimento agronômico, permitindo redução de custos de produção inclusive através dos transgênicos. Mas talvez o x da questão esteja em que os produtores de OGMs não estão organizados para disseminar o conhecimento que detêm.

Há quem diga que a pendenga não passa de luta por mercados entre empresas que dominam e outras que não dominam a tecnologia da transgenia. Para ganhar tempo até alcançar as primeiras, as segundas alimentariam a reação aos alimentos geneticamente modificados, aproveitando o euronacionalismo ou até o desconhecimento dos diversos segmentos sociais sobre OGMs e outras instituições.

A disputa parece estar inserida numa questão mais ampla que se abriga na conhecida dicotomia Norte-Sul.

A Europa, onde a questão é mais sensível, vive um segundo Renascimento. No primeiro, uma elite social ficou tão rica que deu origem a mecenas de gênios de todas as artes e ao florescimento extraordinário das artes – pintura, escultura, música, literatura, teatro.

Agora vivemos o re-Renascimento. Não foi uma elite que enriqueceu: toda a classe média ficou rica na Europa Ocidental. A riqueza abre espaço para a contemplação. Há mais de uma década a Europa vive uma preocupação com o meio ambiente que se espalhou pelo mundo todo. Fala-se em preservação da paisagem! Já não é mais ecologia, é beleza pura! Em certas regiões tradicionais da Holanda é proibido construir estufas, porque elas enfeiam a paisagem.

Que país pobre pode ter essa preocupação? Os miseráveis da África, de certas regiões asiáticas e latino-americanas precisam comer antes de se preocupar com a paisagem. E, claro, sem discutir se o alimento é transgênico ou não.

Da mesma forma, só os ricos podem escolher pagar mais caro por produtos orgânicos em vez dos tradicionais. Ou criar imensas polêmicas sobre dioxina, hormônios, Coca-Cola e outros itens.

É claro que são questões sérias e precisam ser resolvidas. Mas surgiram à sombra da riqueza de europeus, norte-americanos, japoneses e se disseminaram mundo afora.

Desse panorama, algumas conclusões podem ser tiradas. É preciso apoiar todo e qualquer avanço tecnológico que resulte em otimização das cadeias produtivas do agribusiness, reduzindo custos de produção, melhorando a competitividade, aumentando o teor nutritivo dos alimentos e sua qualidade; mas é absolutamente imprescindível que tais avanços não perturbem a saúde humana nem animal e nem destruam elos da biodiversidade. Assim sendo, no caso dos OGMs, todas as perguntas precisam ser respondidas pela academia, sem partido, sem preconceito e sem paixão.

No entanto, o re-Renascimento determina uma nova postura dos consumidores, que é estrutural e não um modismo como querem alguns. Assim, há um imenso mercado rico para produtos não transgênicos, para produtos orgânicos, verdes, alternativos etc. Esse mercado definirá diferenciais de preços para tais produtos. O Brasil não pode ficar no maniqueísmo discursivo transgênico x não transgênico. Temos extensão territorial para ambos os modelos atenderem à demanda de quaisquer mercados. Dessa forma, esclarecidas as questões levantadas por consumidores – ricos ou não –, o uso dos OGMs deverá ser liberado, abrindo espaços para zonas reservadas de não transgênicos. Tudo isso será obviamente definido pelo mercado.

Mas a regulação deve ser clara, estabelecida com base em um lastro científico-tecnológico irrefutável, através de um debate democrático do qual se excluam as paixões e os preconceitos. E na regulação brasileira não se podem deixar de considerar documentos de outros países ou internacionais, como a Declaração sobre Biotecnologia e a Indústria Agroalimentar, preparada pelo IAFNC (Rede Internacional Agroalimentar). Não podemos ficar à margem do mundo. Afinal, o mercado não é só oferta ou procura, na medida em que ambas são modificadas por fatores psicossociais relevantes que só o completo esclarecimento relativiza.

Em conferência no Elmhirst Memorial, disse Theodore Schultz:

"... e quanto aos futuros custos dos produtos agrícolas? Em termos de possibilidades técnicas e de meras oportunidades econômicas, são boas as perspectivas de custos mais baixos; mas em termos do que está sendo feito politicamente, as perspectivas são más. Enquanto isso, as conferências internacionais sobre alimentos produzem uma série de relatórios fracos, ao passo que o pensamento social produz ideologias fortes. Mas relatórios e ideologias não produzem alimentos. Felizmente, as plantas e os animais não lêem relatórios e também não discriminam contra a ideologia de qualquer governo. Uma coisa é certa: a chave da nossa história está naquilo que o homem do campo conseguir fazer. Pode até acontecer que os economistas agrícolas ajudem a escrevê-la!"

*Roberto Rodrigues *é engenheiro agrônomo, agricultor, presidente da Aliança Cooperativa Internacional e da Abag (Associação Brasileira de Agribusiness) e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp – Jaboticabal.*

Se l'ga no 35



RINO

Sintonize no 35, o número do Canal Rural.

A melhor ligação entre você e o campo está no 35, o seu Canal Rural. Cotações, o melhor serviço de agrimeteorologia do Brasil, tecnologia e técnica rural, culinária, shows, notícias, mercados, músicas, entrevistas. rodeios, eventos e tudo sobre o agribusiness. Não se esqueça. Para se ligar no melhor do campo, não ligue para as outras, ligue no canal 35 do sistema a cabo NET e parabólicas digitais da SKY. Para assinar, ligue 0800-992211 e assista ao Canal Rural em todo o Brasil.

CANAL RURAL

Canal Rural. O campo na sua casa.

São Paulo (0_ _ 11) 3670-9100 • Brasília (0_ _ 61) 323-8844 • Porto Alegre (0_ _ 51) 218-5262 • Curitiba (0_ _41) 342-1008 • Rio de Janeiro (0_ _21) 553-6379

www.zaz.com.br/rural

RINO

CASE III



COLHEDORA. DE APLAUSOS.

Axial-Flow CASE.

Você não está diante apenas de uma máquina. Mas de um novo conceito. Linha Axial-Flow Case. Uma das melhores colhedoras do mundo movimentando o mais moderno sistema de tecnologia que se conhece: Sistema Integrado Case de Agricultura. Resultados melhores. Mais efetivos. Mais avançados. E muito mais eficientes. Entre em contato com a Case e conheça hoje mesmo todo o sistema. Ela vai fazer de tudo para tirar a Axial-Flow desse anúncio e levar para a sua fazenda.

- *A Axial-Flow colhe todos os tipos de grãos com o menor índice de quebra e perda de grãos do mercado brasileiro (menos de 1%). Ela é a única colhedora de múltipla aplicação do mercado.*
- *O cilindro "axial-flow" tem um sistema de trilha totalmente diferente. A planta fica mais tempo em contato com o cilindro, oferecendo ao agricultor grãos com alto grau de limpeza, aumentando rendimento e diminuindo perdas.*
- *Alavanca de marchas com 3 velocidades, assento pneumático para o operador, assento para passageiro e cabine climatizada.*
- *Pode ser equipada com o exclusivo sistema AFS de controle de produtividade do solo e monitoramento via satélite.*

CASE. Agricultura de precisão.



APOIO AO PRODUTO

0800-552188

CASE 80 ANOS DE BRASIL NA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA